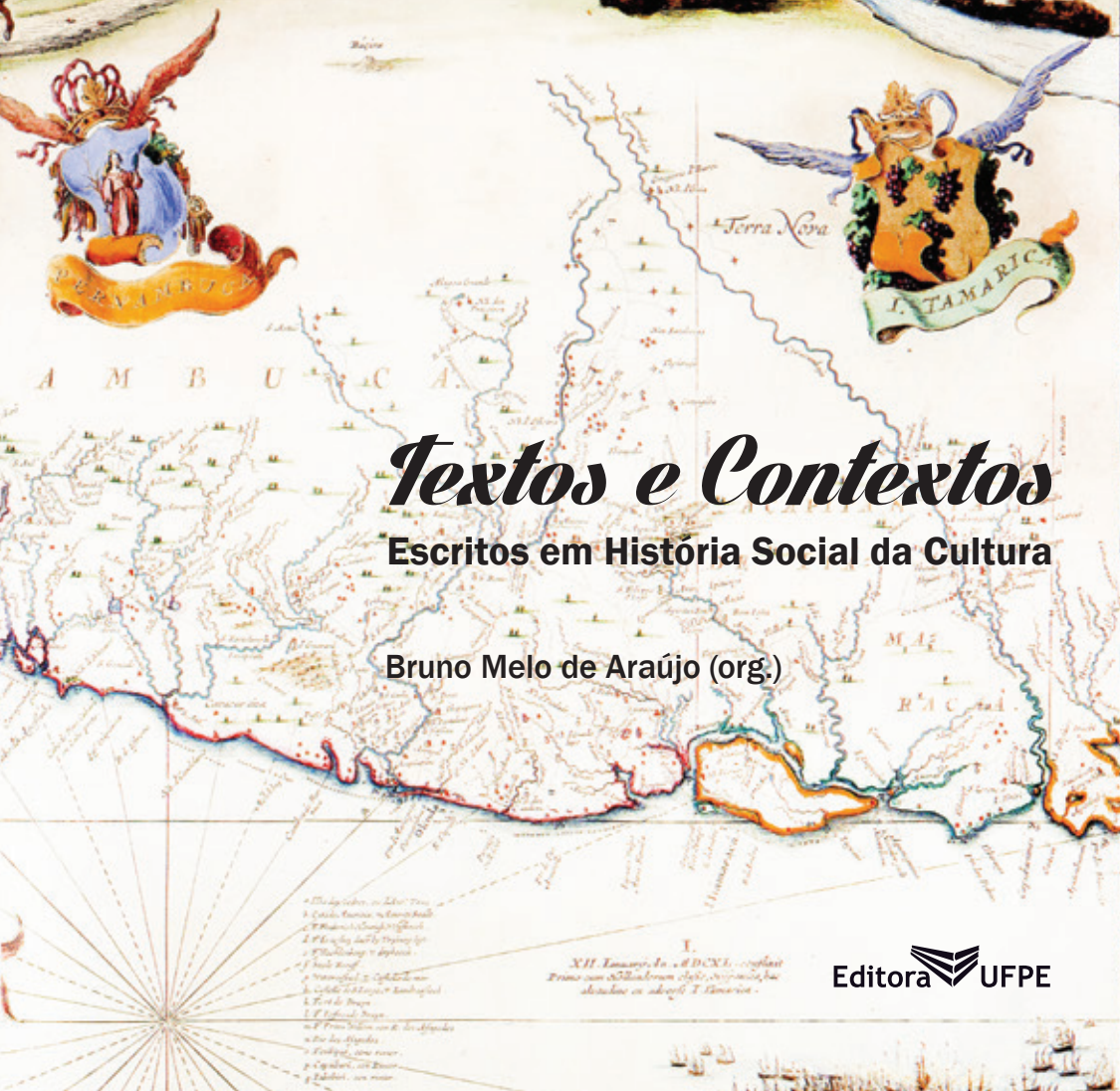




Textos e Contextos

Escritos em História Social da Cultura

Bruno Melo de Araújo (org.)

* Os lugares indicados no mapa são os seguintes:
 1. Capela, no Estado de Pernambuco
 2. Capela, no Estado de Pernambuco
 3. Capela, no Estado de Pernambuco
 4. Capela, no Estado de Pernambuco
 5. Capela, no Estado de Pernambuco
 6. Capela, no Estado de Pernambuco
 7. Capela, no Estado de Pernambuco
 8. Capela, no Estado de Pernambuco
 9. Capela, no Estado de Pernambuco
 10. Capela, no Estado de Pernambuco

XII. Tamarica, A. A. D. D. C. X. L. I. - o primeiro
 Príncipe com o sobrenome de Tamarica, o primeiro
 sobrenome de sobrenome Tamarica.

Editora  UFPE

Textos e Contextos

Escritos em História Social da Cultura

Bruno Melo de Araújo (org.)

Recife/2015

Editora  UFPE

Diagramação e Capa: Bruna Andrade

Imagem de Capa: Mapa da Região de Itamaracá, Joan Blaeu, 1662.

In: <<http://tokdehistoria.com.br/tag/brasil-colonia/>>

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

T355 Textos e contextos : escritos em história social da cultura /
[organizador] Bruno Melo de Araújo. – Recife : Editora
UFPE, 2015.
276 p. : il.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-0621-2 (broch.)

1. História social. 2. Cultura. 3. Historiografia. I. Araújo,
Bruno Melo de (Org.).

306.09

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2015-038)



PREFÁCIO

O Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional (Mestrado Acadêmico) da Universidade Federal Rural de Pernambuco – PGH – iniciou suas atividades em agosto de 2006. Situado em Recife, território onde se deu o início da ocupação colonial portuguesa na América, o PGH busca se consolidar como um espaço de qualificação da produção historiográfica da região política e cultural que se reconhece como Pernambuco.

Ele está estruturado em duas linhas de pesquisa: a linha *Cultura, Patrimônio e Memória* buscar articular projetos de pesquisa que investiguem a historicidade dos inúmeros fenômenos culturais particulares do Recife, de Pernambuco e/ou dos Nordeste privilegiando a abordagem da história cultural. Já a linha *Política, Instituições e Identidades* intenta reunir esforços de investigação em torno das diferentes formas de organização social próprias da região explorando principalmente as abordagens da história social.



Ao final de 2014 o Curso de Mestrado em História Social da Cultura Regional conta com 12 professores permanentes e 03 professores colaboradores totalizando 15 docentes. Todos doutores e doutoras com formação em diferentes universidades sendo que parte significativa já realizou estágios Pós-Doutoramento em outras instituições do Brasil e do mundo o que denota o desejo de ampliar o olhar teórico-metodológico.

Seguindo seu projeto inicial o curso de Mestrado em História se propõe a formar profissionais que venham a atuar nos mais diversos setores ligados à área da história social da cultura regional. O foco é a formação de pesquisadores e professores capazes de atuar no ensino superior. Mas nossa formação também permite o desenvolvimento de habilidades e produtos acadêmicos ligados a docência na educação básica de nível fundamental e médio. Ao mesmo tempo permite o desenvolvimento de competências básicas para a atuação em centros de pesquisa histórica de âmbito municipal, estadual e federal, e instituições de registro de memória e de guarda patrimônio histórico, tais como museus, centros de arte e cultura entre outras instituições culturais.

Essa formação, em nível de mestrado, é realizada em uma estrutura curricular de 24 créditos distribuídos em diversas disciplinas que focam aspectos da história social da cultura regional e permitem o aprofundamento em temas específicos. Ao longo do terceiro semestre de curso o discente deve fazer a qualificação de seu projeto de pesquisa diante de banca e ao fim do quarto semestre deve defender a dissertação de mestrado diante de banca para este fim. A dissertação deve apresentar: a delimitação do tema e dos objetivos da pesquisa, a explicitação da metodologia utilizada, revisão bibliográfica sobre o tema definido,



exame da documentação histórica e proposição de conclusões acerca deste tema pesquisado.

Tendo como um dos seus objetivos a formação de quadros profissionais para atuar no ensino superior o PGH desenvolve o Estágio Docência como disciplina obrigatória para os discentes bolsistas e como disciplina complementar para os não bolsistas. No estágio de docência em ensino superior o mestrando atua em disciplinas da Graduação, via de regra, em disciplinas ligadas a seu projeto e/ou ministradas por seu orientador. O professor estagiário inicialmente acompanha o trabalho desenvolvido pelo professor da disciplina, posteriormente assume a regência da turma sob a supervisão do professor da disciplina e acompanhamento do orientador.

Estão ligados ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE dois laboratórios de pesquisa histórica: O Memorial da UFRPE e o NUPESQ. O Memorial da UFRPE é um espaço museológico que guarda rico acervo de mais de dois mil documentos em suporte papel e de 100 objetos tridimensionais ligados a história da UFRPE fundada em 1912. Nesse acervo é possível identificar vestígios e sinais das atividades da intelectualidade regional, sobretudo de professores e alunos da nossa universidade. Com esse acervo já foram produzidas duas dissertações de mestrado em nosso programa e dezenas de trabalhos de iniciação científica. Este espaço é utilizado pelo grupo de pesquisa Laboratório de Estudos sobre Patrimônio Cultural e Memória Social e como espaço de aula de algumas disciplinas do programa.

O Núcleo de Pesquisa – NUPESQ – é o espaço físico onde está inserido o Núcleo de Ensino e Pesquisas Arqueológicas – NEPARQ – que articula as pesquisas em Arqueologia Histórica e Pré-colonial



desenvolvidas por professores de diferentes departamentos da UFRPE e do PGH. Ele abriga um laboratório de análise dos vestígios arqueológicos que envolve alunos de graduação e pós-graduação. A sua reserva técnica guarda milhares de documentos arqueológicos. Nele estão arquivados o material arqueológico (cerâmicas, louças, vidros, objetos de metal, artefatos em pedra entre outros), material iconográfico e outros documentos fruto das pesquisas na área de Arqueologia encontrados em atividades de escavações em diferentes sítios arqueológicos. Com este material já foram desenvolvidas 04 dissertações no PGH, diversas monografias de conclusão do curso de Licenciatura em História e inúmeros trabalhos de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFRPE) e de Incentivo Acadêmico (BIA/FACEPE). Além disso produz material didático (folders, catálogos e cartilhas) relacionadas a Educação Patrimonial dos sítios estudados.

Para o desenvolvimento de suas atividades o PGH conta com uma estrutura física e serviços de apoio mantidos pela UFRPE. Conta com toda uma infraestrutura de informática e os serviços que ela oferece tais como: e-mail institucional, servidor para a página do programa, acesso a rede wifi em espaços do Campus, sistema de registro acadêmico, sistema de busca nas bibliotecas e acesso ao Portal Periódicos além de suporte técnico.

Para os docentes desenvolverem suas atividades de ensino estão disponíveis laboratórios de ensino com equipamentos de informática. O Departamento de História conta com Laboratório de Informática com 10 máquinas e o Departamento de Educação conta com outro com 20 máquinas. Também estão a disposição dos docentes, para uso em suas atividades didáticas, 3 Datashow, 2 notebook, 2 iPad, uma máquina



fotográfica digital e DVD player. Materiais adquiridos com a verba de capital repassada ao programa ao longo dos anos de funcionamento.

Para uso administrativo do programa estão disponíveis 2 computadores e 2 impressoras multifuncionais e 2 notebook. Para uso dos discentes do PGH estão disponíveis 2 computadores e 1 impressora em sala de estudo junto a secretaria do programa para suas consultas locais. Além de diversos laboratórios de uso geral dos alunos da UFRPE como o do CEGOE, com 40 máquinas, e o da biblioteca, com 10 máquinas.

A biblioteca da UFRPE foi reestruturada em 2012 dando maior espaço para a área de humanidades, que cresce como um todo na universidade, e a subárea de história em especial com a aquisição de livros de publicação recente indicados pelos docentes do programa. Ao mesmo tempo o Programa tem recebido sistematicamente acervo bibliográfico adquiridos pelos docentes como base seus Projetos de Pesquisa financiados pelas agências de fomentos. Esse acervo recebe constantemente a doação de livros e revistas dos demais programas do Brasil, inclusive contando com a doação de parte da coleção de Revistas do Instituto Arqueológico, Histórico e geográfico Pernambucano. A administração superior da UFRPE, por seu turno, recebeu da família do escritor, geógrafo, historiador Manuel Correia de Andrade a transferência da Biblioteca Pessoal desse importante intelectual. Esse conjunto de ações tem feito da nossa biblioteca, embora pequena, esteja bastante atualizada. Nossa meta é manter a área de humanidades da nossa Biblioteca Central constantemente alimentada pelos novos Projetos que se integrarem no Programa e dissertações defendidas.

O PGH ao longo desses oito anos de existência construiu interlocução com Universidades do Brasil e do mundo. Seus docentes tem



realizado estágios de pós-doutorado e seus discentes tem frequentado disciplinas de domínio conexo em diversas universidades. Nossos docentes também participam de Grupos de Pesquisa sediados em outras universidades. Já os Grupos de Pesquisas liderados por pesquisadores do PGH contam com a participação de professores de outras universidades (UFPE, UE/PT, UFRJ, UBA, UFS, UFAL, Unicap, IFPE), fortalecendo assim, o debate das Linhas e Projetos de pesquisa.

No PGH há uma clara percepção de que a integração entre a graduação e pós-graduação é condição fundamental para afirmação da Universidade como instrumento de formação de profissionais de excelência. A integração do corpo docente nos dois níveis de formação pode ser evidenciada pelo fato dos 15 docentes do programa também lecionam disciplinas nos cursos de graduação levando para estas disciplinas produções bibliográficas e debates atualizados. Os eventos acadêmicos realizados pelo PGH, que têm como público principal os discentes do mestrado, mas são sempre abertos aos estudantes da graduação que podem assim assistir a conferências e também apresentar seus trabalhos dialogando com os pares.

Muitos estudantes de graduação são incorporados nos projetos e grupos do PGH na condição de bolsistas de Iniciação Científica ou Iniciação à Docência. Nesta condição trabalham juntamente com alunos da pós-graduação tendo uma visão mais ampla das possibilidades das pesquisas desenvolvidas. Disto tem resultado que diversos Trabalho de Conclusão de Curso se convertem em projetos de pesquisa apresentados nos processos de seleção do PGH.

Os docentes e discentes do PGH também estão inseridos em diversas iniciativas relacionadas à educação básica. Número significativo



de nossos alunos e egressos já atuaram, estão atuando ou irão atuar como professor da educação básica. Consideramos que a formação intelectual desenvolvida no interior da pós-graduação contribui para a qualificação destes profissionais da educação básica e, por conseguinte, melhoria dos indicadores de qualidade.

A maioria dos docentes do PGH acompanha o trabalho de bolsistas do Pibid desenvolvido em escolas parceiras. Este acompanhamento observa tanto questões teóricas e conceituais do campo da história como aspectos metodológicos do ensino na educação básica o que tem agido de forma decisiva formação de professores.

O projeto *Expondo Cultura*, com o financiamento da Petrobras, como parte das ações mitigadoras da Refinaria Abreu e Lima, montou um museu itinerante com os achados arqueológicos da área de construção. Trata-se de uma exposição itinerante montada dentro de um ônibus adaptado para expor o material arqueológico oriundo das escavações realizadas no sítio da refinaria. Está dividida em duas partes: Objetos Históricos e Objetos Pré-coloniais. Na área externa do ônibus ocorre a encenação de peça teatral que tratará sobre o cuidado com os bens culturais. Os visitantes podem assistir, durante a exposição, à exibição de vídeo com imagens dos trabalhos arqueológicos, bem como interagir com monitores touch screen como ferramentas educativas. Tendo como público alvo, prioritariamente, estudantes das escolas públicas municipais e estaduais, dos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho e comunidades mais afastadas dos centros urbanos, o projeto tem promovido o conhecimento dos processos de ocupação humana por parte das comunidades locais.



Também conta com o apoio do PGH a *Expotec: feira de ciências em Camaragibe* que é uma atividade de divulgação científica financiada por edital específico do CNPq. Ela consiste em uma feira de trabalhos científicos desenvolvidos nas escolas da cidade de Camaragibe, região metropolitana de Recife, com vistas a desenvolver o gosto pela ciência junto ao público escolar. Professora do programa também integra a comissão de avaliação do PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) que analisa os livros didáticos de História voltados a educação básica.

Estamos certos que o PGH UFRPE tem um caminho longo a percorrer na sua consolidação como espaço de formação em nível de pós-graduação. Mas nossa equipe tem demonstrado esforços para qualificar nossos cursos e alcançar melhores índices de qualidade. Por isso estamos certos que as ações até aqui desenvolvidas nos dão mais acertos que erros. A formação proporcionada pelo PGH tem se mostrado muito eficiente. Nossos egressos são um ponto forte da atuação do PGH. Os mestres aqui formados se destacam e ocupam boas posições sejam em seleções para cursos de doutorado, seja em concursos para provimento de vagas de professores universitários em universidades públicas e privadas.

A publicação deste livro com trabalhos de sete mestres formados no Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura Regional da UFRPE no ano de 2013 e dois doutores em História Social da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Atentos no sentido de oferecer uma formação preocupada com o melhor e mais atual debate historiográfico aos nossos discentes, formação intelectual sólida, focada em oferecer conhecimentos e diálogo com



outras instituições que permitam que cada um de nossos egressos saibam produzir conhecimento histórico de alto nível. Mas nossa formação também foca preparar sujeitos capazes de intervir no seus contextos sociais de forma positiva e propositiva. A proposição, organização e realização de projetos da qualidade e da envergadura como este livro é o melhor de todos os resultados que podemos almejar.

Ricardo de Aguiar Pacheco

Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura – UFRPE





APRESENTAÇÃO

Este livro resulta de pesquisas realizadas por pesquisadores do Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura da Universidade Federal de Pernambuco e do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de Campinas. O eixo norteador dos trabalhos incorpora as contribuições desta perspectiva teórica de percepção da História.

A possibilidade de se pensar a História pelo viés da Cultura e aberto pela perspectiva da História Social possibilitou o surgimento e incorporação de diversas temáticas de estudo, como as mulheres, a infância, a educação, dentre outros temas. Estes, considerados, “temas mal-ditos”, que traziam como objeto de pesquisa os excluídos da História, emergiram e se legitimaram como temas da História. Devido a este esforço, atualmente encontramos investigações que versam sobre a música popular, festas comunitárias, educação, ensino, relações de gênero.



Partindo desta perspectiva, *Textos e Contextos: Escritos em História Social da Cultura...* discute a partir de 09 artigos, diferentes apropriações desta concepção de produção histórica. Estes se apresentam de forma cronológica proporcionando a explicitação de posições e questionamentos a respeito da prática historiográfica, possibilitando ao leitor uma experiência de escrita e o reconhecimento de materiais e temas ainda não explorados.

O artigo que inaugura o texto, intitulado *As transgressões do clero secular: As práticas cotidianas do clero nas freguesias do açúcar de Pernambuco (1750-1800)* de autoria de Gustavo Augusto Mendonça dos Santos, analisa o cotidiano dos clérigos seculares das freguesias do açúcar próximas ao litoral da capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII. Assim, o autor buscou compreender as especificidades deste clero e de suas transgressões se faz necessária uma apresentação inicial das características do espaço físico e social onde habitavam esses sacerdotes, espaços estes os quais foram, na maioria das vezes, palco das transgressões dos presbíteros.

O segundo artigo, *A capitania de Itamaracá e o norte da América portuguesa durante os primeiros séculos da colonização*, de Josué Lopes dos Santos discute a posição da Ilha de Itamaracá, enquanto sede de uma capitania autônoma como espaço provido de instituições que garantiam a governança local.

O capítulo seguinte intitulado, *Civilizando os incultos sertões pernambucanos: O Diretório dos índios como projeto de civilização portuguesa*, de Elba Monique Chagas da Cunha analisa os sujeitos e as estratégias na tentativa de conquista do Sertão pernambucano. O Cenário em que se constrói essa narrativa é pautado pela implantação



da política pombalina que em alguns momentos se revelou oposta à ideia de liberdade que ela postulou.

O quarto capítulo, “*Dever (nem sempre) cumprido*”: críticas impressas sobre os aparatos policiais no Recife do Oitocentos (1850-1872), Emmanuelle Valeska Guimarães de Lima discute a partir da mídia circulante da capital pernambucana a formação de uma opinião pública sobre o aparato policial. A autora evidencia que as instituições policiais foram alvo de muitas críticas, estas muitas vezes guiadas por direcionamentos políticos. Frente estas críticas os aparatos policiais começam a desenvolver estratégias de controle do desvio disciplinares nos espaços públicos.

O quinto capítulo desta coletânea, produzido por Maria Emília Vasconcelos dos Santos intitulado *Hierarquias, tensões e autonomia no imediato pós-abolição na Zona da Mata Sul de Pernambuco* nos remete a uma reflexão sobre a liberdade conquistada por auto compra realizada pelos cativos, mas, também por “concessões” dos senhores, que tinham a pretensão de criar uma rede de dependentes. Essa análise nos possibilita visualizar que os efeitos da liberdade variavam, como também os ganhos sociais conquistados no período pós abolição.

No sexto capítulo, Marcus Vinícius de Freitas Rosa em *As origens da invisibilidade negra no Brasil meridional* nos apresenta um cenário de formulações de interpretações acerca do Rio Grande do Sul e o seu Povo. A partir desse, o autor aborda aspectos da construção da invisibilidade dos negros neste estado e da construção da província gaúcha como lugar de europeus, possibilitando dar visibilidade a um Rio Grande do Sul que vivenciou uma modernização conservadora baseada em um entendimento racializado de seus trabalhadores.



Em nosso sétimo capítulo, Vittor Leandro Bezerra Prestello discute em *Saúde e Higiene na década de 1920*, as transformações vivenciadas pela cidade de Recife e o intenso embate entre o tradicional e o moderno que conflitavam no seu projeto de modernidade. O autor afirma que o desenvolvimento vivido pela cidade esbarrava em uma série de empecilhos, uma vez que muitos dos populares do Recife não se alinhavam ao discurso do civilizado almejado.

No penúltimo capítulo, Bruno Melo de Araújo analisa o *Ensino agrícola em Pernambuco na primeira metade do século XX: a construção de uma política pública*. Neste, é abordada a trajetória e constituição das primeiras instituições de ensino agrícola no estado de Pernambuco, no contexto das reformas políticas e sociais decorrentes da promulgação da Lei Federal nº 8.319 de 20 de outubro de 1910, que estabelece o regramento do ensino agrícola no Brasil. Desta forma, o autor conclui que Pernambuco vivenciou uma política de aparelhamento da sua Escola de Agricultura que visava sua adequação a legislação federal.

Finalizando esta coletânea, Márcio Romerito da Silva Arcoverde em artigo intitulado *Moreno “cidade-empresa” em meio rural: paternalismo, costumes e as mobilizações operárias*. Anos 1950 discutirá um investimento empresarial realizado na cidade de Moreno em finais do século XIX e início do século XX. Neste cenário será discutida a montagem da fábrica, a vila operária e diversas formas de controle de trabalho e sociabilidade dos operários. Um ponto fundamental deste texto é a atuação do sujeito histórico como elemento evidente da narrativa.

Bruno Melo de Araújo

Departamento de Antropologia e Museologia - UFPE





AS TRANSGRESSÕES DO CLERO SECULAR: AS PRÁTICAS COTIDIANAS DO CLERO NAS FREGUESIAS DO AÇÚCAR DE PERNAMBUCO (1750-1800)

Gustavo Augusto Mendonça dos Santos

O presente artigo tem como foco a análise do cotidiano dos clérigos seculares das freguesias do açúcar próximas ao litoral da capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII. Os clérigos seculares, também chamados padres do hábito de São Pedro, eram diretamente submetidos ao bispo, mas por estarem pouco afastados das práticas do mundo dos leigos era comum que transgredissem as normas da Igreja no cotidiano da capitania de Pernambuco. E para que possamos compreender as especificidades deste clero e de suas transgressões se faz necessária uma apresentação inicial das características do espaço físico e social onde habitavam esses sacerdotes, espaços estes os quais foram, na maioria das vezes, palco das transgressões dos presbíteros.

Por esse motivo, iniciaremos por localizar as freguesias que foram objeto de nosso estudo e analisar alguns de seus aspectos físicos, demográficos e econômicos na segunda metade do século XVIII. Primeiramente lembramos que freguesia é uma divisão eclesiástica,



englobando toda a população em uma espacialidade que deveria ser atendida por um pároco. Segundo Bluteau, em seu dicionário de início do século XVIII, freguesia seria a igreja paroquial ou o lugar da cidade ou do campo onde vivem os fregueses (BLUTEAU, 1712:206) e, além da função religiosa, as freguesias serviam como referências para a contagem da população na América portuguesa, pois todos os habitantes de cada freguesia tinham por obrigação receber os sacramentos ao menos uma vez ao ano, em suas respectivas igrejas paroquiais. Eram nessas mesmas igrejas que ficavam registrados os batismos, óbitos e os casamentos dos habitantes. Logo, este recorte espacial é mais apropriado para o nosso trabalho uma vez que se trata de um recorte administrativo/religioso e que tinha uma importante função também para a administração secular da colônia.

Destarte, fizemos o levantamento das fontes depositadas nos Avulsos de Pernambuco (material digitalizado pelo Projeto Resgate e oriundo do Arquivo Histórico Ultramarino), das fontes disponibilizadas online pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo por meio do *Projeto TT Online* e do catálogo de condenados luso-brasileiros elaborado por Anita Waingort Novinsky, *Inquisição: prisioneiros do Brasil, séculos XVI ao XIXb* (NOVINSKY, 2009), material que possibilitou mapear as freguesias nas quais os clérigos seculares de Pernambuco cometeram transgressões durante a segunda metade do setecentos.

É possível perceber por meio da documentação que os presbíteros por nós estudados geraram, em seus intercursos sexuais com negras e mulatas, filhos mestiços, apesar das proibições impostas pela lei, assim contribuindo para a caracterização das freguesias do açúcar como um ambiente mesclado. E para beneficiar essa prole, fossem



brancos ou mestiços, os clérigos faziam os pedidos de cartas de perfilhação e legitimação.

As cartas de perfilhação serviam para tornar herdeiros aqueles que teriam mais dificuldades em ser considerados sucessores legítimos, protegendo essas pessoas de contendas familiares no momento da divisão dos bens, como no caso de mulheres ou filhos ilegítimos (ALMEIDA, 2005:123-124). Já as cartas de legitimação tinham por objetivo o reconhecimento das crianças nascidas fora de uma união nos moldes tridentinos (o casamento), ato que poderia ser realizado na colônia Brasil “através do casamento, testamento ou escritura pública” (ALMEIDA, 2005:126). Dependendo do estado a que pertencia o legitimador, proceder-se-ia de uma ou outra maneira. No caso dos eclesiásticos de ordens sacras, ficava vetada a legitimação por meio do casamento. Assim, restavam aos clérigos testamentos ou escrituras públicas, por meio dos quais os padres esclareciam suas vontades de fazer herdeiro seus filhos ilegítimos e deixavam explícita a falta de impedimentos para isso. As escrituras públicas eram um documento necessário no momento da solicitação das cartas de legitimação e perfilhação, principalmente se o pai já fosse falecido.

Em nosso trabalho utilizamos esses pedidos como provas de dois tipos de transgressões praticados por esses clérigos. Primeiramente, ao solicitar a carta, o presbítero reconhece que ele quebrou o celibato, pois todos os casos por nós estudados foram de clérigos de ordens sacras que eram “totalmente dedicados, e consagrados a Deus assim pelo voto, que fazem de castidade” (VIDE, 2007:86). Por esse motivo, os religiosos de ordens sacras, como também os clérigos seculares, não poderiam contrair matrimônio ou ter relações sexuais de qualquer tipo. Além disso,



na documentação vemos que muitos desses clérigos tiveram mais de um filho, o que nos serve de indício para outra transgressão que seria o amancebamento. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, amancebamento seria, na perspectiva eclesiástica, “uma relação intermediária entre a simples fornicação e o adultério, antes definida pela durabilidade e publicidade do que pela coabitação” (VAINFAS, 2010:108). Isso porque, apesar de relacionamentos duradouros, nem sempre o casal amancebado compartilhava o mesmo teto.

Essas fontes, além nos ajudar a compreender a forma como os clérigos participaram do povoamento e mestiçagem nas freguesias do açúcar, também nos serviram na construção do seguinte QUADRO I, no qual constam os clérigos que pediram cartas de perfilhação e legitimação para seus filhos nas freguesias do açúcar de Pernambuco nas últimas décadas do século XVIII, até os primeiros anos do XIX. Este QUADRO I também nos auxiliará na localização espacial das áreas onde foram cometidas as transgressões dos presbíteros.



QUADRO I: Pedidos de Carta de Perfilhação e Legitimação

FREGUESIA	CASOS DE LEGITIMAÇÃO E PERFILHAÇÃO DE FILHOS	MOMENTO DOS PEDIDOS
Sé da Cidade de Olinda e São Pedro Mártir de Olinda	5	1772 1777 1778 1799 1800
São Pedro Glorioso do Recife e Santíssimo Sacramento do Recife	3	1796 1796 1801
Santo Amaro de Jaboatão	2	1800 1801
Nossa Sra. da Purificação e S. Gonçalo de Una	1	1796
Nossa Senhora do Rosário de Sirinhaém	1	1800
Santo Cosme e Damião da Villa de Igarassu	3	1768 1770 1773
Nossa Senhora do Rosário de Goiana	1	1804
Nossa Senhora do Rosário da Várzea	1	1778
Santo Antonio do Cabo	3	1780 1794 1799

Fonte: Avulsos de Pernambuco – Arquivo Histórico Ultramarino



NOTAS DO QUADRO I:

- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 224, doc. 15154 – ant. a 21/02/1801.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 225, doc. 15182 – ant. a 03/03/1801.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 105, doc. 8166 – 30/05/1768.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 109, doc. 8433 – ant. a 60/07/1770.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 211, doc. 14339 – ant. a 30/10/1799.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 251, doc. 16839 – ant. a 24/10/1804.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 163, doc. 11652 – ant. a 01/04/1788.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 112, doc. 8618 – ant. a 31/01/1772.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 194, doc. 13310 – ant. a 01/07/1796.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 130, doc. 9825 – ant. a 27/07/1778.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 216, doc. 14607 – ant. a 28/04/1800.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 127, doc. 9635 – ant. a 09/07/1777.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 137, doc. 10203 – ant. a 15/07/1780.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 115, doc. 8790 – ant. a 01/07/1773.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 217, doc. 14734 – 07/07/1800.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 219, doc. 14819 – ant. a 07/08/1800.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 210, doc. 14300 – ant. a 16/10/1799.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 187, doc. 12940 – ant. a 23/09/1794.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 194, doc. 13335 – ant. a 26/07/1796.
- Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 119, doc. 13207 – ant. a 21/01/1796.



Destarte, tomando por base os casos encontrados, demos foco em nosso trabalho às seguintes freguesias, como consta no QUADRO II, onde clérigos seculares perfilharam e legitimaram filhos ou ocorreram denúncias de outras transgressões praticadas por presbíteros:

QUADRO II: Freguesias Estudadas

Sé da Cidade de Olinda
São Pedro Mártir de Olinda
São Pedro Glorioso do Recife
Santíssimo Sacramento do Recife
Santo Amaro de Jaboatão
Nossa Sra. da Purificação e S. Gonçalo de Una
Nossa Senhora do Rosário de Sirinhaém
Santo Cosme e Damião da Villa de Igarassu
Nossa Senhora do Rosário de Goiana
Nossa Senhora do Rosário da Várzea
Santo Antonio do Cabo
S. Lourenço da Mata

Além dos casos de filhos ilegítimos, os clérigos seculares das freguesias do açúcar de Pernambuco também transgrediram as leis da Igreja no que se referia à alçada do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, sendo assim incluídas nas freguesias do QUADRO I as localidades onde foram registrados casos competentes à Inquisição. Esses membros da Igreja foram processados pela Inquisição de Lisboa, sendo a documentação elaborada pelo Santo Ofício riquíssima no que



concerne às informações pessoais sobre os réus e seu relacionamento com a sociedade.

Entre os casos por nós encontrados e que cabiam à alçada da Inquisição estão os seguintes: dois casos de solicitações praticadas por clérigos contra as suas confessadas. O crime de solicitação ocorria quando os sacerdotes requisitavam os fiéis durante a confissão para atos sexuais, “solicitar era, (...) um enorme pecado e um grave crime cometido por religiosos ou clérigos que, a partir do século XVI, também seria assimilado à heresia” (VAINFAS, 2010:260-261); e o caso de um leigo que tomou ordens sendo casado. O leigo que se ordenasse casado entrava nas malhas da inquisição, posto que era suspeito de sentir mal do sacramento da ordem (VAINFAS, 2010:259-260). Pudemos encontrar também um clérigo minorista que havia recebido apenas a primeira tonsura, mas que administrou os sacramentos sem autorização por tal ato, violando, assim, as ordens. Por fim, temos os casos de proposições heréticas, nos quais se encaixavam as afirmações proferidas verbalmente nas quais poderia haver ofensas aos sacramentos da Igreja ou a Deus, de forma que a pessoa ficava suspeita na fé.

Com base nesses dados, foi possível montar o QUADRO III logo página seguinte, no qual constam as localidades onde foram registrados crimes de foro inquisitorial nas freguesias do açúcar de Pernambuco:



QUADRO III: Transgressões de Clérigos Correspondentes ao Foro Inquisitorial (1750-1800)

FREGUESIAS	CRIME/ACUSAÇÃO	QUANTIDADE DE CASOS
Recife e Olinda	Proposições heréticas e de solicitação	1
Recife	Proposições heréticas	1
Recife	Tomar ordens sacras sendo casado	1
S. Lourenço da Mata	Solicitação	1
Santo Amaro de Jaboatão (entre outras freguesias)	Violação das ordens	1

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Projeto TT Online*, NOVINSKY, 2009.

NOTA DO QUADRO III:

No quadro III, referimo-nos às duas freguesias de Olinda e às duas freguesias do Recife juntas, pois os atos praticados pelos clérigos, por vezes, ocorriam em mais de uma freguesia.



Assim, com base nos dados anteriormente analisados do Arquivo Histórico Ultramarino foi possível constataremos a quebra do celibato por parte dos padres das freguesias do açúcar em Pernambuco. E por meio das informações do Arquivo Nacional da Torre do Tombo pudemos localizar as freguesias nas quais sacerdotes transgrediram as normas da Igreja e entraram nas malhas do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição por suas ações. Ao observamos as localidades onde essas duas formas de transgressão ocorreram, chegamos a um total de 12 freguesias, todas localizadas na circunscrição da área produtora de açúcar da capitania de Pernambuco e, por essas razões, essas 12 freguesias tornaram-se os núcleos de nossa pesquisa, sendo chamadas de “freguesias do açúcar” como forma de facilitar a referência à localização espacial das mesmas.

As 12 localidades encontradas por meio deste levantamento de dados foram alvo de uma análise no que se refere à situação populacional e econômica durante a segunda metade do século XVIII, com o fim de compreendermos melhor como foi o cotidiano dos clérigos do hábito de São Pedro. Constatamos então que as freguesias do açúcar de Pernambuco conheceram no século XVIII um crescimento populacional considerável, mas esse crescimento, como mostra Kalina Vanderlei, foi um fator de continuidade em relação ao século XVII, pois, a população colonial como um todo cresce nos setecentos estimulada pelo fluxo reinol em função da descoberta das Minas, e do tráfico de escravos associado ao crescimento interno da população (SILVA, 2003: 64-65).

O seguinte QUADRO IV apresenta o total de pessoas de comunhão presentes nas freguesias do açúcar em finais da primeira metade do século XVIII e início de 1750 (quando começa nosso recorte



temporal). Ele foi elaborado tendo por base a *Informação geral da capitania de Pernambuco*, coleção de atos oficiais correspondentes à capitania de Pernambuco e as demais de sua jurisdição, tendo sido organizada provavelmente em 1749 e não indo além de dezembro de 1748 os atos nela colecionados. Com base neste QUADRO IV poderemos ter uma ideia da população nas freguesias do açúcar no momento inicial de nosso estudo.

QUADRO IV: Total Populacional das Freguesias Estudadas com Base na *Informação Geral da Capitania de Pernambuco* Elaborada em 1749¹

FREGUESIAS	POPULAÇÃO
Sé do Salvador da Cidade de Olinda	5975
Freguesia de São Pedro da Cidade de Olinda	1123
São Frei Pedro Gonçalves do Corpo Santo do Recife	12.536
Santo Amaro de Jaboatão	7344
S. Gonçalo de Uma	3400
Nossa Senhora da Conceição da Vila de Sirinhaém	4147
Santo Cosme e Damião da Villa de Igarassu	Não constam os números na edição consultada.
Nossa Senhora do Rosário da vila de Goiana	7613

1 É importante ressaltar que o historiador George Félix Cabral de Souza aponta esses dados populacionais como sendo referentes ao ano de 1746 (SOUZA, 2007: 171), de forma que, ao inserimos no quadro IV “elaborada em 1749”, referimo-nos à data de elaboração do documento, mas consideremos os dados populacionais válidos para se analisar o final da década de 1740.



FREGUESIAS	POPULAÇÃO
Nossa Senhora do Rosário da Varge (Várzea?)	2986
Santo Antonio do Cabo	4871
S. Lourenço da Mata	3631
Total	53.626

Fonte: Informação Geral da Capitania de Pernambuco. *Annaes da bibliotheca nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1908, v. XXVIII. p. 407-413.

Podemos nos valer dos dados presentes no QUADRO IV para chegar às seguintes conclusões: vemos que já no final da primeira metade e início da segunda metade do século XVIII a freguesia do Recife possuía o maior contingente de pessoas de comunhão, demonstrando sua importância entre as demais freguesias. Devemos lembrar que nesse momento a vila do Recife já havia sobrepujado Olinda como centro econômico da capitania. Como afirmou o historiador Evaldo Cabral de Mello, na obra *A fronda dos mazombos*, Olinda “era tão-somente a fachada urbana da nobreza-ruralizada” (MELLO, 2003:168). Em seguida ao Recife, vinham a freguesia de Goiana com 7613 pessoas de comunhão e Jaboatão com 7344, só então vindo a freguesia da Sé com 5975, o que demonstra sua decadência em relação às outras localidades.

Já no QUADRO V, página seguinte, podemos ter uma ideia do crescimento da população das freguesias estudadas mais de vinte anos depois da nossa primeira contagem. Temos por base o número de pessoas de desobriga, ou seja, aquelas que receberam os sacramentos da confissão e da comunhão e foram registradas pelos párocos no período da páscoa, sendo o relatório enviado no ano de 1777.



QUADRO V: Total Populacional das Freguesias Estudadas no Ano de 1777

FREGUESIAS	POPULAÇÃO
Sé da Cidade de Olinda e Freguesia de São Pedro Mártir de Olinda	9.026
São Pedro Glorioso do Recife	18.207
Santo Amaro de Jaboatão	4.740
Nossa Sra. da Purificação e S. Gonçalo de Una	5.213
Nossa Senhora do Rosário de Sirinhaém	5.229
Santo Cosme e Damião da Villa de Igarassu	5.588
Nossa Senhora do Rosário de Goiana	11.345
Nossa Senhora do Rosário da Várzea	3.340
Santo Antonio do Cabo	5.522
S. Lourenço da Mata	4.565
Total	72.775

Fonte: CARTA do Bispo de Pernambuco, D. Tomás [da Encarnação Costa e Lima], ao rei [D. José I], remetendo uma relação de todas as freguesias, capelas, ermidas e oratórios que tem o dito Bispado e o número de clérigos seculares que existem em cada uma das freguesias. 19 de fevereiro de 1777. A.H.U., PE, Caixa 126, Doc. 9545.

Constatamos que as freguesias de Olinda e Recife apresentaram um crescimento populacional quando comparamos os dados do QUADRO IV com o QUADRO V. Da mesma forma, as freguesias de N. Sra. do Rosário de Goiana, N. Sra. da Purificação e S. Gonçalo de Una, N. Sra. do Rosário de Sirinhaém também apresentaram um



aumento de sua população. Outras localidades como Sto. Cosme e Damião da Villa de Igarassu e Sto. Antonio do Cabo também se mostram com significativos continentes populacionais, tendo em comum com as outras freguesias o fato de serem importantes centros produtores de açúcar.

Já no ano de 1782, como consta no QUADRO VI logo abaixo, percebemos mais uma vez a visível conjuntura de crescimento populacional em relação ao QUADRO IV. Contudo, também devemos ressaltar que a discrepância entre os números pode ser resultado de diferentes metodologias aplicadas em cada uma das contagens.

QUADRO VI: Total Populacional das Freguesias Estudadas no Ano de 1782

FREGUESIAS	POPULAÇÃO
Sé da Cidade de Olinda	9.387
São Pedro Mártir de Olinda	1.797
Vila do Recife	17.934
Santo Amaro de Jaboatão	8.648
Nossa Sra. da Purificação e S. Gonçalo de Una	7.517
Nossa Senhora do Rosário de Sirinhaém	9.796
Santo Cosme e Damião da Villa de Igarassu	6.906
Nossa Senhora do Rosário de Goiana	14.506
Nossa Senhora do Rosário da Várzea	4.078
Santo Antonio do Cabo	10.945
S. Lourenço da Mata	6.935
Total	98.449

Fonte: (SILVA, 2003: 66.)



Já 11 anos depois da contagem do QUADRO V, como vemos no QUADRO VII, temos outra configuração populacional e administrativa na qual surgem novas freguesias. O crescimento contínuo do Recife leva à divisão de sua freguesia em duas: Freguesia de São Pedro do Recife e Freguesia do Santíssimo Sacramento. Entretanto, o alvará autorizando a divisão só foi expedido em 25 de agosto de 1789 (COSTA, apud SILVA, 2010:88).

A divisão entre Freguesia da Sé e Freguesia de São Pedro Mártir demonstra as diferentes metodologias aplicadas em cada uma das contagens, pois, em 1777 a população da Freguesia da Sé e de São Pedro Mártir foram contabilizadas juntas, mas nos relatórios de 1749, 1782 e 1788 essas duas freguesias tiveram sua população contabilizada separadamente.

QUADRO VII: Total Populacional das Freguesias Estudadas no Ano de 1788

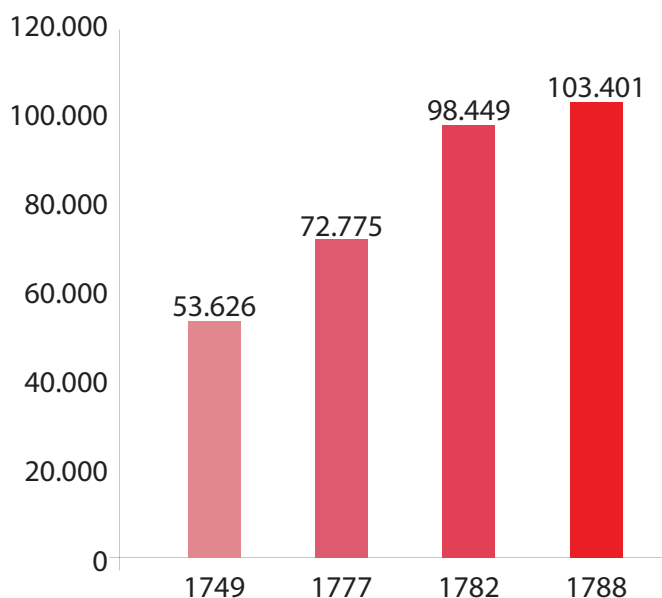
FREGUESIAS	POPULAÇÃO
Sé da Cidade de Olinda	10.570
São Pedro Mártir de Olinda	1.223
São Pedro Glorioso do Recife	7.843
Santíssimo Sacramento do Recife	13.696
Santo Amaro de Jaboatão	8.922
Nossa Sra. da Purificação e S. Gonçalo de Una	11.048
Nossa Senhora do Rosário de Sirinhaém	10.473
Santo Cosme e Damião da Villa de Igarassu	5.834
Nossa Senhora do Rosário de Goiana	21.623
Nossa Senhora do Rosário da Várzea	4.475



FREGUESIAS	POPULAÇÃO
Santo Antonio do Cabo	12.637
S. Lourenço da Mata	5.627
Total	103.401

Fonte: (SILVA, 2003: 68-69)

QUADRO VIII: Crescimento Total da População nas Freguesias nos Anos de 1749, 1777, 1782 e 1788



Podemos constatar pelo QUADRO VIII que no período de aproximadamente 39 anos a população nas freguesias estudadas cresceu cerca de 92.81%. Assim, vemos que na segunda metade do século XVIII essa era uma área em franco crescimento populacional, crescimento que teve também em suas bases um incentivo econômico, pois,



se Pernambuco não desfrutava do mesmo esplendor econômico originário da exportação de açúcar dos séculos XVI e XVII, também não estava com sua economia arruinada. Para que possamos ter uma ideia da economia da capitania na segunda metade do século XVIII, veremos no QUADRO IX como estavam as condições de parte dos engenhos das freguesias do açúcar no ano de 1761²:

QUADRO IX: Engenhos Existentes em Cada Freguesia no Ano de 1761

FREGUESIAS	ENGENHOS MOENTES	ENGENHOS DE FOGO MORTO
Nossa Sra. da Purificação e S. Gonçalo de Uma	10	1
Santo Cosme e Damião da Villa de Igarassu	13	3
Nossa Senhora do Rosário de Goiana e Tacuara	23	2
Santo Antonio do Cabo	22	4
S. Lourenço da Mata	17	2
Total	97	14

Fonte: (RIBEIRO JÚNIOR, 1976: 70-71)

Mesmo não tendo acesso ao número de engenhos de todas as 12 freguesias estudadas, podemos ter uma ideia a partir das seis apresentadas no QUADRO IX, pois, como podemos observar, apenas 12,6% dos engenhos dessas freguesias estava em fogo morto e os outros 87,4% dos engenhos estavam moendo e produzindo no início da década de 60

2 Como não temos dados específicos sobre os engenhos de todas as freguesias que são estudadas em nossa pesquisa, elaboramos essa tabela com aquelas sobre as quais temos informações, de modo a construir uma ideia aproximada da condição econômica da região.



do século XVIII. Assim, observamos que essas freguesias estavam com quase 90% do seu poder produtivo. Foi nesse período que foi instituído o monopólio da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, a qual, mesmo visando o aumento do comércio entre a metrópole e a colônia, tornou-se alvo de críticas dos senhores de engenho e lavradores devido aos preços que pagava pelas caixas de açúcar. Segundo o discurso das elites locais, a política da Companhia prejudicava os produtores e comerciantes, devido aos preços oferecidos na compra do açúcar.

Também vale ressaltar que outros artigos eram produzidos e exportados pelas freguesias do açúcar de Pernambuco no século XVIII, um deles era o couro. Mesmo o gado sendo criado no sertão, o processo de manufatura do couro podia ocorrer próximo ao litoral da capitania de Pernambuco. Como mostrou o historiador George Felix Cabral de Souza, desde os finais do século XVII, a atividade de tratamento de couros era praticada no Recife e continuou a ser praticada no XVIII, *“Por ejemplo, em la área sur de la villa, em la zona de Afogados, una fabrica de curtir cueros contaba ya em 1746 com 44 estanques para curtir los cueros operados por 14 esclavos. Em la vecina parroquia de Boa Vista, por estas fechas, habia cinco unidades productoras de este tipo”* (SOUZA, 2007:144).

Esse couro era transportado para o reino pela Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, quando os produtores não preferiam contrabandear a produção devido aos baixos preços praticados. No ano de 1768, os navios Santo Antônio e Madre de Deus, pertencentes à Companhia, carregavam juntos 252 caixas de açúcar, 1778 couros, 2748 solas e 1329 atanados, entre outros produtos.³ Já em 1772, o navio Bom

3 Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 106, doc. 8229 – 25/11/1768



Sucesso, que partiu de Pernambuco, além de sua carga de 318 caixas açúcar, transportava 4792 couros⁴.

O tabaco era outro produto exportado pela capitania de Pernambuco e tinha um importante valor de troca no comércio Atlântico. Essa lavoura, segundo Lapa, seria uma lavoura de caráter mais “democrático”, podendo ser praticada em pequenas áreas e por pessoas de poucos recursos⁵. Seu principal valor consistia como mercadoria exportada para Lisboa e também utilizada nas trocas por escravos nos mercados da África (AZIZ N. AB’SABER... [ET AL.], 2008: 236), como consta no requerimento feito pelos oficiais da Câmara de Goiana solicitando autorização para fazer comércio com o reino de Angola e Costa de Mina, utilizando o tabaco na aquisição de escravos para os engenhos de cana-de-açúcar⁶.

Em 1758, o então governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, elaborou uma relação das embarcações que do porto de Pernambuco partiam empregadas na navegação das Costa da Mina e Angola para o resgate de escravos. Nela constam 19 embarcações empregadas nesse trato, como, por exemplo, a Galera Aleluia, da qual era senhorio Manoel Gomes dos Santos, embarcação com capacidade para transportar 323 escravos.⁷ Na realização desse comércio, um navio que levasse 3000 rolos de tabaco e 3000 ancorras de aguardente para resgatar 600 negros gastaria 629 rolos de tabaco e 456 ancorras de aguardente com gastos diversos, como embarque e

4 Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 113, doc. 8722 – 18/11/1772

5 LAPA, J. R. Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. p. 149.

6 Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 55, doc. 5508 – 25/01/1747

7 Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 87, doc. 7129 – 12/11/1758



desembarque da carga, no Castelo da Mina e em Ajudá e ficaria com 2371 rolos de tabaco e 2544 ancorras de aguardente para realização dos negócios⁸.

E sendo uma capitania de grande importância no trato Atlântico de produtos, Pernambuco também teve o privilégio de ter em seu território um estaleiro localizado na vila do Recife, como afirmou o George Felix Cabral de Souza *“Al ser un importante centro portuário, Recife acogió también una modesta, pero constante, actividad de astillero”* (SOUZA, 2007:146).

O produto basilar da economia de Pernambuco era o açúcar, sendo necessário que os engenhos das freguesias produtoras estivessem em uma localidade próxima ao principal porto de embarque da capitania, o porto do Recife, para facilitar o escoamento da produção. Além disso, deveriam ter condições favoráveis de transporte, como proximidade ao fluxo dos rios e boas estradas, pois a produção açucareira poderia ser transportada tanto de canoas quanto em carros de bois. Na FIGURA I da página seguinte podemos observar a localização espacial das principais povoações da capitania de Pernambuco no ano de 1780.

8 Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – cx. 82, doc.6867 – 1756



FIGURA I: capitania de Pernambuco no ano de 1780



Fonte: (RIBEIRO JÚNIOR, 1976:65)

Quem nos oferece indícios de como se davam os transportes entre essas freguesias é a obra *Viagens ao Nordeste do Brasil*, publicada em 1816, pelo inglês Henry Koster, que viveu em Pernambuco no início do século XIX tendo chegado ao Recife no dia 7 de dezembro de 1809. Durante o período em que esteve aqui, ele arrendou o engenho Jaguaribe, distante do Recife 4 léguas, e plantou canas em Itamaracá, sendo capaz de deixar registrado em sua obra parte de sua experiência e da vida cotidiana na região (CASCUDO, apud, KOSTER, 1978:11-14).

Segundo Koster, ao tratar dos engenhos e das terras desses, a maioria das propriedades de primeira classe estavam em mãos de pessoas ricas e ficavam situadas no litoral marítimo. As melhores vantagens auferidas pela vizinhança da área eram as chuvas mais regulares



perto da costa e a facilidade do transporte dos produtos dos engenhos pelos rios e pequenos riachos que levam aos pontos do mercado, devido à péssima condição das estradas e da dificuldade em transportar as grandes caixas onde o açúcar era guardado (KOSTER, 1978:341-342).

Uma vez que já tivemos uma ideia geral das condições físicas, demográfica e econômica das freguesias estudadas, vamos agora observar quais eram as transgressões praticadas pelos clérigos seculares nas freguesias do açúcar de Pernambuco. Para isso iremos retomar os dados apresentados no QUADRO I, no qual constatamos que a composição de sacrílegas famílias por meio do concubinato era uma transgressão comum dos clérigos seculares de Pernambuco. Nossa análise apontou para um total de 20 clérigos que perfilharam e legitimaram seus filhos entre a segunda metade do século XVIII e o início do XIX, ficando evidente que o concubinato era uma das transgressões mais praticadas pelos clérigos das freguesias do açúcar de Pernambuco (e provavelmente a mais praticada).

Contudo, os clérigos seculares das freguesias do açúcar de Pernambuco também transgrediam normas do foro inquisitorial. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa exercia sua jurisdição sobre a América portuguesa e, entre os grupos sociais que eram alvos de sua regulamentação, também estava o clero. Assim, alguns eclesiásticos do hábito de São Pedro foram presos nas freguesias do açúcar de Pernambuco por transgredirem leis que eram da alçada inquisitorial. Nesse momento, veremos quem foram esses clérigos e quais os seus crimes.

Entre os clérigos processados em Pernambuco, pudemos destacar o caso do padre Bernardo da Silva do Amaral, que, em 22 de fevereiro de 1773, foi entregue nos cárceres da Inquisição de Lisboa. O padre



era natural de Lisboa, mas residia na Boa Vista, além de frequentar a cidade de Olinda e o Recife, onde atuava como confessor. A acusação que recaiu sobre esse presbítero secular era de pronunciar proposições heréticas e de solicitação⁹.

O crime de solicitação ocorria quando os sacerdotes requisitavam aos fiéis durante a confissão favores sexuais. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, na colônia “solicitar era, (...), um enorme pecado e um grave crime de religiosos ou clérigos que, a partir do século XVI, também seria assimilado à heresia” (VAINFAS, 2010:260-261). Já o crime de proposições heréticas é definido no *Regimento do Santo Ofício de 1640* como “blasfêmia que os Doutores chamam heretical (...) contrária a crença e confissão da fé, e contem em si erro, ou suspeita de erro contra ela” (REVISTA..., 1996:850).

E quais foram as proposições heréticas e atos que levaram o padre Bernardo da Silva do Amaral a ser denunciado? Ele foi acusado de afirmar a suas confessadas que dar ósculos e abraços e ter tatos desonestos não era pecado e que isso servia para união dos espíritos e serviço de Deus. Essa informação consta na denúncia de Dona Madalena Thomazia de Jesus, mulher casada e moradora na vila de Santo Antônio do Recife, a quem o padre também fez a afirmação. Essa acusação foi igualmente feita por outras mulheres das freguesias do açúcar de Pernambuco. Esse padre também foi acusado de ter tido atos torpes com Ana freirinha a qual mantinha em sua casa. No dia seguinte após os atos ia confessá-la na Igreja da Santa Cruz da Glória; além disso, dormia na mesma cama entre duas de suas confessadas¹⁰.

9 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 1772-04-23 a 1782-01-29. PT-TT-TSO/IL/28/8759

10 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 1772-04-23 a 1782-01-29. PT-TT-TSO/IL/28/8759



Essa mesma documentação também nos permite analisar como o juízo eclesiástico e os bispos de Pernambuco agiram com relação às transgressões do clero, sendo visível a colaboração entre a diocese de Pernambuco e o Santo Ofício. No caso do padre Bernardo da Silva do Amaral, nós podemos constatar que, antes de ter seu caso passado ao Santo Ofício, ele sofreu punições aplicadas pelo bispo, na época, Dom Francisco Xavier Aranha¹¹.

Em 28 de agosto de 1771, o padre Bernardo foi suspenso de confessar e administrar os sacramentos no bispado de Pernambuco para ambos os sexos e expulso das praças de Olinda, Boa Vista e Recife, devendo dentro de três dias ir para uma distância de cinquenta léguas, tudo por portaria do bispo Dom Francisco Xavier Aranha.

Não tendo obedecido à ordem, o padre acabou sendo detido, como consta do auto de desobediência passado pelo reverendo cônego vigário geral e juiz dos casamentos e resíduos Dr. Manoel Garcia Velho do Amaral, em 23 de maio 1772, no entanto, já desde 16 de setembro de 1771 havia nova ordem do bispo para que o padre fosse recolhido em custódia pelo meirinho¹².

Por fim, no termo de conclusão passado em 27 de julho de 1772, o vigário geral Dr. Manoel Garcia Velho Amaral conclui que as culpas do réu, o qual já se encontrava preso, pertenciam ao conhecimento do Santo Ofício e esse deveria ser remetido junto com o traslado dos autos para o tribunal. Uma vez em Lisboa o padre Bernardo da Silva do Amaral foi processado pela Inquisição. Em 1776 o réu foi considerado culpado, acusado inclusive de seguir a seita de Miguel de Molinos, mas,

11 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 1772-04-23 a 1782-01-29. PT-TT-TSO/IL/28/8759

12 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 1772-04-23 a 1782-01-29. PT-TT-TSO/IL/28/8759



por ter sofrido moléstias que interferiram no seu juízo, ele não seria punido como herético formal. Sendo vistos pelo Conselho Geral do Santo Ofício em 27 de fevereiro de 1776, foi aprovado o julgamento dos inquisidores. Segundo o acórdão dos inquisidores, ordinário e deputados do Santo Ofício, a pena do réu seria de ouvir sentença na Mesa do Santo Ofício, fazer abjuração de veemente, privado para sempre de confessar e celebrar missa, suspenso do exercício das ordens por dez anos e degredado para Lamengo e para sempre da “cidade de Pernambuco”. Além disso, deveria fazer penitências espirituais, ter instrução e pagar às custas processuais. Sua sentença foi publicada em 4 de março de 1776 na Mesa do Santo Ofício, estando presentes os inquisidores, duas testemunhas e o notário.

Outro caso que nos ajuda a compreender os tipos de transgressões com as quais se envolviam os clérigos seculares das freguesias do açúcar de Pernambuco e a forma como o Tribunal Eclesiástico do bispado e o Santo Ofício lidaram com essas transgressões é o do padre Francisco Lopes Lima. Esse clérigo foi entregue preso em 29 de setembro de 1757 nos cárceres secretos da Inquisição, tendo sido levado pelo capitão Bartolomeu Nunes da Fonseca, familiar do Santo Ofício, na frota de Pernambuco. A acusação feita contra o padre Francisco Lopes foi de ter tomado ordens sacras sendo ele casado com Thereza de Jesus Maria na Igreja da Freguesia de São Pedro Gonçalves do Recife¹³.

Francisco Lopes não queria fazer vida marital com sua esposa e por esse motivo ausentou-se do Recife e foi para a cidade do Rio de Janeiro. Dessa cidade ele se dirigiu para Buenos Ayres e daí passou para Córdova [Argentina] nas índias de Espanha, onde tomou ordens sacras

13 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 20/9/1757 - 25/12/1761. PT-TT-TSO/IL/28/8675



com o excelentíssimo e reverendíssimo bispo Pedro Miguel Argandoña, voltando depois ao Rio de Janeiro, onde disse missa¹⁴.

Ao que tudo indica, as engrenagens da justiça eclesiástica foram postas em movimento pela mulher do então padre Francisco Lopes, Thereza de Jesus Maria. Thereza fez petição à Justiça Eclesiástica de Pernambuco segundo a qual o marido ausentara-se para o Rio de Janeiro querendo tomar ordens. A petição foi feita ao Dr. Manoel Pires de Carvalho, cônego, vigário geral e juiz dos casamentos e resíduos, o qual informou à justiça eclesiástica do Rio de Janeiro por meio de uma carta de precatória geral. Cartas precatórias poderiam ser passadas para que o réu fugitivo da diocese fosse executado e citado em outro tribunal. Assim, vigário geral de Pernambuco solicitava que não dessem as ordens sacras a Francisco Lopes e que o mesmo deveria retornar para sua mulher sob pena de excomunhão maior, passando, para isso, carta precatória¹⁵.

Assim, em 22 de maio de 1753, o padre encontrava-se preso no Rio de Janeiro, onde foi interrogado pela justiça eclesiástica do bispado e ficou comprovado que havia se ordenado nas Índias de Espanha. Em obediência aos precatórios, o padre foi enviado para Pernambuco e, em maio de 1756, ele estava preso na cadeia do Recife. Nesta data já constava uma condenação pelo crime de se ordenar com reverendas¹⁶ falsas e celebrar o santo sacrifício da missa em suspensão e irregularidade sob pena de 250 cruzados para a Sé e o meirinho e 5 anos de degredo para

14 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 20/9/1757 - 25/12/1761. PT-TT-TSO/IL/28/8675

15 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 20/9/1757 - 25/12/1761. PT-TT-TSO/IL/28/8675

16 Como vimos acima, as reverendas serviam para que os ordenandos de um bispado pudessem receber ordens sacras em outra diocese quando, por algum impedimento, o seu bispo não pudesse lhes conferir as ordens.



o bispado do Maranhão. No que se refere ao ordenar-se casado, a condenação previa que o mesmo deveria ser remetido ao Santo Ofício. Em maio de 1756, saiu o resultado de uma apelação que o eclesiástico fez à Relação Metropolitana da Bahia, a qual decidiu nessa data confirmar a primeira condenação e suspensão do clérigo, porém, foi aceita a apelação do padre para que o caso passasse à instância superior do Tribunal da Legacia, para onde deveria ser remetido o preso¹⁷.

A Relação Metropolitana da Bahia consistia na segunda instância dos tribunais eclesiásticos que eram sufragâneos ao Arcebispado da Bahia¹⁸ e julgava as apelações feitas pela primeira instância e as causas nas quais os bispos ou membros do juízo eclesiástico fossem parte (SALGADO ORG., 1985:119). Já o Tribunal da Legacia atendia em terceira instância aos bispados sufragâneos, sendo a apelação para esse tribunal uma prática jurídica também realizada no bispado do Maranhão durante o século XVIII (MENDONÇA, 2011:153).

Mas o padre Francisco Lopes acabou por ser remetido ao Tribunal do Santo Ofício por ordem do vigário geral Dr. Manoel Pires de Carvalho, em 30 de maio de 1757. Uma das razões apontadas pelo vigário foi o fim de sossegar os outros presos a quem o padre inquietava e muito provavelmente por considerar que o sacerdote pretendia alongar o processo ou escapar da alçada inquisitorial por meio da apelação da nulidade matrimonial feita à Legacia.

17 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 20/9/1757 - 25/12/1761. PT-TT-TSO/IL/28/8675

18 O Tribunal da Relação Metropolitana da Bahia só era segunda instância dos tribunais eclesiásticos sufragâneos ao Arcebispado da Bahia, mas nem todos os bispados do Brasil o eram, como no caso do bispado do Maranhão que era sufragâneo do Patriarcado de Lisboa (MENDONÇA, 2011:46.).



Após ser entregue ao Santo Ofício, o padre Francisco Lopes foi processado também por esse tribunal, sendo seu processo uma amostra tanto da complexidade e competência com a qual a inquisição poderia agir em suas investigações quanto do drama pessoal do sacerdote.

Mal sabia o presbítero Francisco Lopes que, ao ordenar-se na colônia de outro país, colocaria em movimento engrenagens jurídicas administrativas internacionais, pondo em evidência a relação entre o Santo Ofício de Portugal e de Espanha. Esse fato ocorreu porque uma das medidas tomadas pelo tribunal de Lisboa foi solicitar à inquisição espanhola que procedesse a diligência sobre o caso do padre, repassando as informações para os tribunais daquele reino.

Assim, o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa pediu em 22 de novembro de 1757 ao Santo Ofício da Inquisição de Madri que se praticassem as diligências a respeito do padre Francisco Lopes; solicitou também que se averiguassem os livros de matrícula de ordens, a qualidade das reverendas e que se recorressem ao registro da inquisição em Córdova na investigação sobre o padre. O arcebispo de Pharsalia[sic] e inquisidor geral escreveu então à inquisição de Lima no Peru em 16 de dezembro de 1757 pedindo que as diligências necessárias ao tribunal lisboeta fossem executadas com brevidade e remetidas ao Conselho Geral da Inquisição. A carta de Madri junto com a cópia do pedido de Lisboa chegou em Lima apenas em 11 de maio de 1759, tendo sido registrada pelo secretário mais antigo do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos do Peru¹⁹.

A inquisição de Lima atestou não haver denúncia nem causa contra o padre Lopes na mesma data em que a carta chegou de Madri. Além

19 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 20/9/1757 - 25/12/1761. PT-TT-TSO/IL/28/8675



disso, em 11 de julho de 1759, escreveu-se ao comissário de Córdoba para executar as ordens de diligência, sendo enviadas duas cópias da ordem: uma por mar, no navio Mercedes que se dirigia para o Chile, e outra por terra, pelo comissário de Potosy, tendo sido ambas enviadas em datas diferentes. O Comissário, com base nas ordens que recebera, analisou os livros de ordens, onde constatou que, de fato, Francisco Lopes Lima ordenara-se sumariamente em 14, 18 e 21 de janeiro de 1753 como subdiácono, diácono e presbítero. Sobre as reverendas, o bispo afirmou as ter devolvido às partes como de costume, de modo que o comissário não pode consultá-las. Vale ressaltar que o padre Francisco Lopes foi ordenado sumariamente junto com outras pessoas, sendo que, dentre elas, haviam mais dois súditos do Império português: um do bispado de São Paulo e outro do Rio de Janeiro²⁰.

Ao que tudo indica, as diligências feitas pelo comissário junto com as perguntas feitas a um religioso de São Francisco – a propósito do presbítero Lopes – chegaram em 15 de setembro de 1760 no Tribunal de Lima. Esse tribunal deve ter repassado aos autos para o Tribunal de Madri antes que esse os encaminha-se para Portugal²¹. Acreditamos nisso com base na última carta encaminhando as diligências praticadas pelo Tribunal de Lima, onde consta “*Inqq^m de Corte*” em 26 de novembro[?] 1761 destinada à Lisboa²².

Mas, enquanto isso, em Lisboa, o processo do padre Lopes seguia, pois o tribunal poderia dispor ainda dos sumários feitos por sua ordem

20 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 20/9/1757 - 25/12/1761. PT-TT-TSO/IL/28/8675

21 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 20/9/1757 - 25/12/1761. PT-TT-TSO/IL/28/8675

22 É possível que essas inquirições não tenham chegado, pois, em 26 de novembro de 1761, o réu já estava julgado. Além disso, essas informações estão no final do processo, indicando que podem ter sido anexadas posteriormente.



em Pernambuco e no Rio de Janeiro, e ainda poderia tomar a confissão do réu, não dependendo apenas dos tribunais espanhóis. Destarte, aos 22 dias de setembro de 1757, o reverendo, que tinha então 27 anos, ao apresentar sua triste saga à inquisição, afirmou que Thereza de Jesus Maria o fez prender pelo Tribunal Eclesiástico afirmando que eles haviam contraído esposais (fato negado pelo réu). Convencido por uns e ameaçado por outros, chamou o vigário geral e disse que não queria continuar preso e a receberia por esposa para se livrar da cadeia. Sem consumir o matrimônio, fugiu para o Rio tendo feito depois a viagem que o levou a Córdoba, onde se ordenou. Explicou que apelara para anular o matrimônio, pois havia sido injustiça o forçarem a casar sem celebrar esposais e porque na época tinha 22 anos, tendo sido sua apelação à Legacia aceita ainda assim foi remetido ao Santo Ofício. Mesmo com esses argumentos, o réu afirmou que cometeu a culpa “por miséria e maldade sua cheio de paixão e não por sentir mal de nossa Santa Fé Católica”²³.

Os autos com o julgamento e condenação foram vistos na Mesa do Conselho Geral da Inquisição em 7 de agosto de 1761, tendo a Mesa confirmado a sentença. Foi então o padre Francisco Lopes condenado pelo Santo Ofício a sair em auto-de-fé, fazer abjuração de leve suspeito na fé, penitências espirituais, privado para sempre do exercício de suas ordens, inabilitado para benefícios eclesiásticos e pagamento das custas do processo. O padre saiu no auto-de-fé celebrado em 20 de setembro 1760 nos Estaus do Convento de São Domingos. Teria ele saído em auto antes de sua condenação ter sido confirmada em Mesa ou teria

23 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 20/9/1757 - 25/12/1761. PT-TT-TSO/IL/28/8675



sido um deslize do escrivão que registrou 1760 onde deveria ser 1761²⁴? Difícil afirmar.

Entre os outros clérigos processados pelo Santo Ofício de Lisboa estiveram os seguintes. o padre Bernardo Luís Ferreira Portugal, morador no Recife o qual foi acusado de proposições heréticas e escandalosas em 1796, porém seu processo não teve continuidade por falta de provas²⁵. José Pedro Moreira (ou Medanha) clérigo minorista que cometeu o crime de celebrar missa, confessar fiéis e administrar os mais sacramentos da Igreja sem ter ordens para tal, ele foi condenado a auto-de-fé de 23/09/1795, abjuração de leve suspeito na fé, suspenso do exercício de ordens, inabilitado para sempre de receber outras ordens e de grado por tempo de oito anos para o Pará²⁶. E o padre Manuel Mendes de Queirós, morador em São Lourenço da Mata, acusado do crime de solicitação, este processo data de 1763, mas não pode ser consultado devido ao estado de degradação.

Mesmo não tendo sido possível acessar todos os documentos, os dados levantados nos levam às seguintes conclusões. Primeiramente que transgredir as normas da Igreja era uma atitude cotidiana do clero secular das freguesias do açúcar de Pernambuco, sendo que isso se devia ao não afastamento entre os homens do clero e a vida comum dos leigos, agindo os presbíteros como normalmente agiam os homens da colônia. Em segundo lugar que a formação de sacrílegas famílias e o concubinato eram as transgressões mais comuns praticadas

24 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 20/9/1757 - 25/12/1761. PT-TT-TSO/IL/28/8675

25 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 20/06/1796 - 11/01/1803. PT-TT-TSO/IL/28/7058

26 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 29/12/1793 - 17/11/1782. PT/TT-TSO-IL/028/09730



pelos padres das freguesias do açúcar de Pernambuco com 20 casos registrados por nós, ficando muito a frente dos vários delitos de foro inquisitorial.

Referências

- A época colonial**, v. 2: administração, economia, sociedade/ por Aziz N. Ab'Saber... [et al.]. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto**: normatização e resistência feminina no império Português, XVI-XVIII. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e Latino**: 1712-1727. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.
- CASCUDO, apud, KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2. ed. Prefácio e tradução de Luís da Câmara Cascudo. Recife: SEC; Departamento de Cultura. 1978.
- COSTA, apud SILVA, Gina Carlo de Melo. **Um só corpo, uma só carne**: casamento, cotidiano, e mestiçagem no Recife colonial (1790-1800). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- LAPA, J. R. Amaral. **Economia colonial**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. p. 149.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1751. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MENDONÇA, P. G. O Tribunal Episcopal do Bispado do Maranhão: Dinâmica Processual e Jurisdição Eclesiástica no Século XVIII.



- In: FEITLER, B; SOUZA, E. S. (Orgs.). **A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.
- SALGADO (Org.), op. cit., 1985.
- NOVINSKY, Anita Waingort. **Inquisição: prisioneiros do Brasil, séculos XVI a XIX**. 2. ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 157, n. 392, p. 495-1020, jul./set., 1996.
- RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780**. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- SILVA, K. V. P. da. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. 2003. 362 páginas. Tese – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.
- SOUZA, George Felix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. 2007. 698 páginas. Tese – Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica. Salamanca, 2007.
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide**. Brasília: Senado Federal, 2007.





A CAPITANIA DE ITAMARACÁE O NORTE DA AMÉRICA PORTUGUESA DURANTE OS PRIMEIROS SÉCULOS DA COLONIZAÇÃO.

Josué Lopes dos Santos

A partir do momento que a América portuguesa foi apresentada ao mundo como recém-descoberta, o reconhecimento e a defesa do território deveriam ser pontos cruciais para o sucesso da colonização (ALBUQUERQUE, et. al., 1999). A ocupação e exploração das terras do Brasil como um todo estava também relacionada à comercialização de recursos naturais, desta maneira, navios de diversas bandeiras passaram a freqüentar a costa das novas terras, inclusive descumprindo os acordos e bulas papais que determinavam a “soberania” lusitana sobre as novas conquistas no ocidente, a saber, o Tratado de Tordesilhas (MEDEIROS, 2001). Somente um rigoroso sistema de defesa organizado a partir da idéia principal de demarcar territórios de influência e um conhecimento detalhado sobre a região poderia reforçar a Autoridade portuguesa, como explica Marcos Albuquerque:

Depois que Portugal deu ciência ao ‘mundo’ de sua descoberta do outro lado do Atlântico, haveria que se preocupar com a defesa



daquelas novas terras. Mesmo tendo suas atenções principalmente voltadas para o lucrativo comércio no hemisfério norte, não podia descurar do que acontecia nas terras de Santa Cruz. Havia sempre a esperança de ali se descobrir ouro ou mesmo prata. E haviam outros interessados naquelas terras, nas riquezas que ali se poderia obter. (ALBUQUERQUE, et. al. 1999:13)

Seguindo a lógica da época, uma das principais preocupações da Coroa portuguesa deveria ser manter seu domínio hegemônico sobre as novas terras sem, porém, investir alto neste processo, haja vista, no início do século XVI, Portugal estava mais preocupado em manter suas rotas de comercialização com o oriente do que, necessariamente aventurar outras (COSENTINO, 2012:10). Em termos práticos, os esforços da Coroa estavam ligados, principalmente, à organização das expedições de exploração.

Para a ocupação e administração do espaço brasileiro, foi escolhido inicialmente pelos portugueses o modelo de Capitanias hereditárias em 1534, segundo o qual a nova terra seria dividida em grandes lotes e estes deveriam ser administrados por fidalgos ou particulares que teriam prestado serviços relevantes à Coroa (MEDEIROS, 2001:67). Estes seriam os donatários e teriam a importante tarefa de povoar e defender os lotes que lhe foram confiados. Dentro deste sistema, os custos com a ocupação e a exploração econômica da terra seriam de responsabilidade do donatário, que tinha estas obrigações e concessões respaldadas na Carta de doação da capitania por parte do rei ao particular. Este modelo administrativo já havia sido implantado com sucesso nas Ilhas de Madeira ainda no século XV e foram uma constante no modo português de colonizar.



No âmbito da governança e formação das elites locais, Stuart Schwartz, ao analisar o aparelho administrativo organizado na América portuguesa, reforça a idéia de uma jurisdição intimamente ligada à Coroa e valoriza a perspectiva de um “Imenso Portugal”. Para ele, a governança e as instituições administrativas das terras do Brasil seguiam modelos lusitanos, assim como acontecia na África e Ásia portuguesa, constituindo, assim, o Império marítimo português; ressalva, porém que estas eram adaptadas às necessidades específicas (SCHWARTZ, 2011:28). Segundo Schwartz, “Os modelos de governo e instituições oficiais do Brasil baseavam-se nas formas originadas em Portugal ou nas áreas do Atlântico, da África e da Ásia para onde os portugueses se expandiram.” (SCHWARTZ, 2011:28).

As câmaras municipais instaladas na América portuguesa são um bom exemplo destas questões. Ao analisar a estrutura organizacional camarária, George Félix Cabral argumenta que esta instituição está relacionada à atuação de grupos sociais locais que intervinham no exercício de poder, interagindo nas estruturas burocráticas e administrativas da Coroa, gozando até de certa autonomia. Ainda, o autor ressalta dizendo que estas elites coloniais estavam engrenadas no contexto também de exploração da colônia. A instituição utilizada por George Cabral para demonstrar a relação administrativa metrópole-colônia é a Câmara municipal, estudando seu funcionamento e composição, enquanto unidade governamental com raízes no império português, mas que foi adaptada a necessidade colonial e que chega ao Recife nos primeiros idos do século XVIII visando, também, apaziguar os ânimos dos conflitos pelo poder local (CABRAL, 2007).

Estão, no século XVI, as raízes da concepção de Império português aplicada ao espaço do Brasil. Evaldo Cabral de Mello explica o que



ele chama de “lusitanidade da existência colonial”, pela interpretação do autor estava incutido ainda nos primeiros exploradores das novas terras a imagem de uma nova Lusitânia, o Brasil como uma extensão de Portugal. Para Evaldo Cabral, esta perspectiva reforçou a falta de uma originalidade na colônia, e enalteceu o modo lusitano de existência durante o período que se convencionou chamar de colonial, porém não sendo este um modelo absoluto (MELLO, 2008).

Como exemplo deste contexto, Duarte Coelho, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, nas suas cartas a El Rey, utilizou na década de 1540 já o termo nova Lusitânia para designar as terras do Brasil. Esta foi uma prática constante durante todo este século. Evaldo Cabral esclarece que mesmo quando o vocábulo “Pernambuco” passou a ser usado mais incisivamente para designar a capitania nas correspondências oficiais, era recorrente vir grafado como “Pernambuco da nova Lusitânia” ou de forma similar. Numa das cartas de Duarte Coelho a El Rei datada de 1546, lê-se:

Quanto, Senhor, a esta Nova Lusitânia, posto que com muito trabalho e com assaz fadiga, tanta quanto o Senhor Deus sabe, a cousa está bem principiada, a Deus louvores, mas há muitos inconvenientes e estorvos para ir a cousa em crescimento e aumento, como eu, Senhor, desejo, para serviço de Deus e de Sua Alteza. (MELLO, et. al., 1997:99)

No que concerne à colonização e exploração do espaço do Brasil nos primeiros anos após o seu “descobrimento” oficial, este contexto



de conquista e afirmação de poder estava pautado numa relação de dominação focado na perspectiva de conquista da época, ou seja, para aquela sociedade onde a expansão marítima significava alargamento das estruturas sociais, religiosas e principalmente comerciais, se firmar material e simbolicamente era importante. Portugal tinha conhecimento sobre as principais rotas marítimas e quando conquistava terras no além-mar, deveria logo se preocupar em consolidar materialmente a sua presença. Disputando principalmente, nos dois primeiros séculos da colonização a exploração efetiva sobre as terras no Brasil, os portugueses se valiam deste fator ideológico instituído que lhes garantia a posição de “dono” absoluto das novas terras para resguardar legalmente seu lugar de soberano em relação a vassallos de outras Coroas, ao menos em tese. Charles Boxer bem resume esta questão ao analisar a influência dos franceses na colonização brasileira:

A ameaça crescente da possível fixação dos franceses nessa parte da América do Sul, que fora designada à Coroa portuguesa pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, acabou induzindo Dom João III a sistematicamente colonização do Brasil (BOXER, 2002:100).

O diário de navegação de Pero Lopes de Sousa nos dá vários indícios destes constantes conflitos entre portugueses e franceses nestes primeiros anos de exploração. Pero Lopes e Martim Afonso de Sousa narram, por exemplo, um enfrentamento de suas armadas contra algumas naus francesas nas imediações do Cabo de Santo Agostinho em 1531, uma delas carregada de pau-brasil. Após uma intensa perseguição,



se iniciou o embate naval que durou uma noite e um dia, culminando na rendição da nau francesa. Assim Pero Lopes descreveu o combate em seu diário:

(...) cheguei a nao, e primeiro que lhe tirasse, me tirou dous tiros: antes que fosse noite lhe tirei três tiros de camelo, e três vezes toda a outra artilharia: e de noite carregou tanto vento lessueste, que naum pude jogar senam artelharia meuda; e com Ella pellejamos toda a noite [...] E desde as sete horas do dia até o sol posto, que rendemos a nao, pellejamos sempre. A nao me deo dentro na caravela trinta e dous tiros, quebrou-me muitos aparelhos, e rompeo-me as velas todas. (KEATING, MARANHÃO, 2011:67)

Este trecho do diário de Pero Lopes de Sousa argumenta em relação à intensa presença francesa no litoral norte brasileiro, na continuação do documento são constantes as descrições de pelejas entre a esquadra de Pero Lopes contra naus de bandeiras indesejadas (KEATING, MARANHÃO, 2011). Pero Lopes, fazendo parte da expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1532), estava inserido dentro da proposta impetrada pela coroa portuguesa de combater os franceses, principais “invasores”, e buscar riquezas na nova terra que justificassem de fato a colonização, já que o comércio indiano estava em declínio. As ações destes primeiros exploradores estavam centradas eminentemente na ação marítima, seja para os combates ou para deslocamento pela costa (KEATING, MARANHÃO, 2011).

Intrinsecamente, a intenção militar está relacionada às primeiras ações de exploração e ocupação do espaço do Brasil. Essa intervenção



era uma necessidade imposta pela ação constante de vassallos pertencentes a diversas bandeiras europeias no imenso território. No campo historiográfico esta prioridade de militarização do espaço respaldando a colonização como primeira atenção é largamente difundida entre os estudos sobre a América portuguesa, a saber, Charles Boxer, Vera Ferlini e Kalina Silva.

Neste sentido, Kalina Silva, ao analisar a organização militar da Capitania de Pernambuco, ressalta que a partir do século XVI já é iniciada a estruturação do aparato burocrático português nas terras brasileiras. Este modelo deveria estar voltado essencialmente para a vocação militar da colônia e as ações da Coroa em relação à administração destas terras deveriam incidir de maneira direta sobre a importância de se resguardar o território. Para isto a Coroa portuguesa repassa às mãos dos donatários incumbências administrativas e militares, obrigações e privilégios assegurados em documento, o que torna a sociedade colonial eminentemente militarizada desde os primórdios da ocupação do espaço colonial, como ressalta Silva:

Assim, o projeto defensivo planejado para as capitanias é obrigar por lei que cada colono do Novo Mundo tenha armas, e que se ponha sob o comando do donatário para usá-las. Da mesma forma que ocupar e povoar o Brasil nada custa à Coroa, conquistar e defender também não (SILVA, 200:59).

No entanto, para a efetiva ocupação do Brasil atrelado à necessidade de defesa e a fixação de colonos, deveria haver ainda um argumento comercial que justificasse a colonização da terra e que fosse



atrativa aos particulares. Vera Ferlini, neste contexto, ressalta que foi a implantação do cultivo do açúcar que fomentou a princípio as ações de colonização, pois Portugal já tinha contato com a sua produção nas ilhas do Atlântico e tinha parceiros comerciais que poderiam viabilizar a sua produção e distribuição. Sobre a relação entre o cultivo do açúcar e a defesa do território, Ferlini lembra que:

A exploração econômica definiu, pois os rumos da colônia, mais não era o único móvel das determinações de D. João III. À época, sobrelevou a necessidade de efetiva ocupação e defesa do território, que, requerendo o aproveitamento econômico da terra, teve na empresa açucareira elementos de atração dos colonizadores, incentivo aumentado pelas isenções e estímulos emanados da Coroa (FERLINI, 2003:20).

A burocratização da atividade mercantil relacionada ao cultivo do açúcar, em exponencial crescimento, proporcionou ainda a intensificação da atividade portuária em locais como Pernambuco e Bahia, sobretudo a partir de 1580. Diversas precauções eram tomadas no momento de escoamento da produção e uma das atitudes geralmente utilizadas a partir deste período era dividir a carga em diversas naus menores, ao invés de fretar uma única que comportasse todo o produzido. São aparentes as intenções dos locatários com estas atitudes, já que o risco de se perder a carga, por naufrágio, saque, ou qualquer outro motivo, era bem maior sendo ela transportada em uma única embarcação. Este foi, também, um motivo que acelerou o desenvolvimento de portos como o do Recife e adjacentes, com a atividade portuária fervente (COSTA, 1999).



O movimento de formação de elites locais como também o de conquista e exploração da costa estão diretamente associados um ao outro. Já que a exploração litorânea gerava a exigência de uma diretriz administrativa a viabilização pela atividade mercantil. Rodrigo Ricupero, neste contexto, também acrescenta a questão do fomento a um suporte econômico para a conquista articulada à necessidade de se resguardar o vasto território, que viabilizou aproveitando-se as extensas terras para a produção açucareira e utilizando, inicialmente, a mão de obra indígena, depois africana (RICUPERO, 2009).

Em relação a exploração do litoral já nos primeiros anos após o descobrimento, houve uma preocupação por parte da Coroa portuguesa em reconhecer o litoral do Brasil, identificando portos, barras, áreas propícias à boa navegabilidade e ocupação. Em 1503, a expedição de Gonçalo Coelho já demonstra um esforço em se familiarizar com o território, como apontado por Pereira da Costa nos Anais Pernambucanos (COSTA, 1952). Mais tarde, num esforço em se fixar no território, é construída em 1516 a feitoria de Cristóvão Jacques por ordem de D. João III, nas proximidades da Ilha de Itamaracá. Esta região, no atual município de Igarassu, é conhecida hoje como “Reduto dos Marcos”, já que se constituía no marco divisório entre as Capitanias de Pernambuco e Itamaracá (ALBUQUERQUE, 1993).

A história ainda conhece pouco sobre a feitoria de Cristóvão Jacques. Esta deveria atender a demanda de dispersar a presença estrangeira no território, e ao mesmo tempo explorar produtos da terra, notadamente o pau-brasil, explorado nas matas dos arredores, e de lá embarcado para Portugal. Apesar de sua importante missão, os constantes ataques franceses contra a insipiente estrutura de defesa do



reduto culminaram na desativação da mesma poucas décadas após sua fundação. Pero Lopes de Sousa, ao visitar a região na ocasião de sua participação na expedição de exploração de Martim Afonso nos primeiros anos da década de 1530, encontrou o local saqueado e núcleos populacionais franceses nas proximidades, no território da Ilha de Itamaracá, logo tratou de debelar a atuação inimiga e organiza a construção de um forte, o reduto dos marcos, próximo à feitoria. Mesmo assim, a opção de ocupar e povoar a Ilha de Itamaracá inibiu o desenvolvimento do reduto (ALBUQUERQUE, 1993).

Com o litoral já reconhecido o suficiente e suas principais rotas por mar e terra desvendadas, ao menos no litoral, somente em 1534 é que foi implantado o sistema de Capitanias hereditárias, visando efetivamente à colonização do Brasil. Nesta lógica, Guilherme Medeiros argumenta contra a proposição muito difundida na historiografia tradicional de que os primeiros trinta anos após o descobrimento teriam sido de total abandono. Segundo este autor, os esforços da Coroa portuguesa estavam, na verdade, centrados na proposta de, inicialmente, reconhecer o território, depois estabelecer entrepostos comerciais e por fim tomar medidas pela efetiva colonização, e o modelo adotado foi o sistema de Capitanias hereditárias (MEDEIROS, 2001:58).

Um dos fatores mais importantes para o sucesso das ações de conquista e colonização pode ser considerado o domínio das técnicas de navegação em novas águas na costa. O não conhecimento dos ventos e correntes marítimas poderia ocasionar acidentes e mesmo naufrágios. Para garantir uma navegação segura, era necessário tomar ciência previamente da dinâmica do mar naquela região. Tal conhecimento poderia ser adquirido através de cartas náuticas ou registros escritos,



daí a importância das expedições de exploração da costa, sendo assim, encontrar um porto cômodo era vital para embarcações que enfrentavam meses de navegação oceânica (MEDEIROS, 2001).

Basicamente toda a área litorânea do atual estado de Pernambuco favorecia as navegações, já que a maior proximidade com a Europa juntamente com o regime dos ventos e correntes marítimas tornavam esta região, como um todo, um ponto de parada quase indispensável para navegantes oriundas do Velho Mundo. E ainda, toda a costa norte propiciava a atracagem de embarcações e a fixação de núcleos de povoamento de acordo com a lógica urbana portuguesa, com fontes de água potável acessível e alimentos tropicais, além da topografia favorável à defesa.

A rede hidrográfica das Capitanias de Pernambuco e Itamaracá favorecia as navegações, e os rios São Francisco, Capibaribe e Paraíba, logo cedo, foram explorados como rotas fluviais para o alcance do interior do território. Rios de menor proporção também são importantes no contexto de fixação da ocupação, basta analisar o Canal de Santa Cruz da Ilha de Itamaracá, que às suas margens se fixou o porto, e adentrando encontra-se a vila de Nossa Senhora da Conceição, centro administrativo da Capitania (PEREIRA, 2006).

A Capitania de Itamaracá

A necessidade cada vez mais latente de se efetivar no território impulsionou Portugal a instalar-se nas novas terras. Nos primeiros idos do século XVI, as ações da Coroa portuguesa se limitavam a organizar



expedições de exploração (enviadas desde 1501 e durante os vinte primeiros anos de colonização) e uma insipiente guarda costeira alicerçada na ação naval. Estas iniciativas não davam conta de resguardar a ação de outros povos no território colonial, que era constantemente visitado por corsários, principalmente franceses, que negociavam basicamente pau-brasil com os indígenas. Estas investidas estrangeiras “exigiram de Portugal medidas enérgicas no sentido de impedir que outros sistemas incorporassem as terras americanas” (ALBUQUERQUE, 1993:104).

Marcos Albuquerque ressaltava que nas proximidades da Ilha de Itamaracá, no litoral norte do atual estado de Pernambuco, se instalaram as primeiras unidades funcionais integradas à proposta de “colonizar” o Brasil. Nesta área existia um porto muito freqüentado já nas primeiras décadas do século XVI. Os estudos de Albuquerque apontam a feitoria de Cristovão Jacques, construída por volta de 1516 como sendo um dos primeiros núcleos de povoamento da colônia (NEVES, 2009). Este reduto teria sido construído às margens do canal de Santa Cruz.¹ Nesta região, também existia um porto denominado Porto de Pernambuco, posteriormente denominada “barra de Itamaracá” constituindo-se em uma das principais rotas para escoamento da exploração local nas primeiras décadas desse século (ALBUQUERQUE, 1993).

Em 1535, Pero Lopes de Sousa recebe do Rei de Portugal, Dom João III, a incumbência de administrar as terras situadas entre a baía da

1 O trato do pau-brasil era um monopólio comercial da Coroa portuguesa no início do século XVI e a instalação das feitorias teria esta finalidade muito evidente, negociar o produto com indígenas e escoá-lo a partir da feitoria, com a intenção, também, de eliminar a concorrência francesa que negociava pau-brasil com indígenas, Sobre o assunto ver: GONÇALVES, Regina Célia. Guerra e açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (séculos XVI e XVII). In: OLIVEIRA, Carla Mary; MEDEIROS, Ricardo Pinto (orgs.). **Novos Olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.



Traição e o canal de Santa Cruz no litoral. Estas terras compreendiam uma ilha litorânea em seus limites e este local era conhecido pelos indígenas que ocupavam a área por “Itamaracá”, que na linguagem tupi pode significar “Pedra que Canta”. Neste contexto é que se dá o início do processo de ocupação da região, tanto na porção continental, quanto na porção insular foram se organizando núcleos de povoamento. A importância da área pode ser percebida quando a Ilha de Itamaracá é escolhida para sediar a Capitania homônima em 1535.

Pero de Magalhães Gandavo, em 1576, ao analisar a Capitania de Itamaracá na sua obra *História da Província de Santa Cruz*, já argumenta sobre a importância e antiguidade deste local. Ao realizar um histórico de todas as capitanias no momento, o autor afirma que “a primeira e mais antiga se chama Tamaracá a qual tomou este nome de uma ilha pequena onde sua povoação está situada.” (GANDAVO, 2008:76)

Em termos práticos, a administração da Capitania de Itamaracá foi confiada, inicialmente, a Pero Lopes de Sousa pelo sistema de donataria. Era dele a obrigação de povoar, defender e, conseqüentemente, explorar economicamente a região, que eram regalias referendadas por ordem régia.² A Capitania de Itamaracá tinha a capitania de Pernambuco como vizinha ao sul, e a capitania do Rio Grande ao norte, como ressalta o próprio D. João III na carta de doação da dita capitania:

2 Pero Lopes de Sousa acompanhou seu irmão Martim Afonso de Sousa em expedição de exploração ao Brasil em 1532, pelos relevantes serviços prestados a Coroa, recebeu, na ocasião da divisão do espaço brasileiro em Capitanias, três destes lotes de terra, além de Itamaracá deveria administrar terras na atual costa paraense e entre os limites da Capitania de São Vicente. Ambos tinham negócios na Índia e morreram em combates no local. Sobre o assunto ver: (KEATING, MARANHÃO, 2011).



D. João &c. A quantos esta minha carta virem: faço saber que considerando eu quanto serviço de Deos a meu proveito, e bem do meu Reyno e Senhorios, e dos Naturaes e Subditos delles, he ser minha Costa, e terra do Brazil mais povoada do que até agora foi [...] ouve por bem de a mandar repartir, e ordenar em Capitánias de certas em certas legoas, para della prover aquellas pessoas que bem me parecese, [...] e pelo qual havendo eu respeito à criação que fez Pero Lopes de Souza, fidalgo da minha casa, e aos serviços que me tem feito [...] hei por bem e me apraz de lhe fazer mercê, como de feito por esta presente carta faço mercê e irrevogável doação, entre vivos valedora deste dia para todo sempre, de juro e herdade, para elle e todos os seus filhos, netos, herdeiros e successores, que apoz elle vierem, [...] segundo adiante irá declarado, de 80 legoas de terra na dita Costa do Brazil, repartidas nesta maneira: 40 legoas que começarão de 12 leguas ao sul da ilha da Cananéa, e acabarão na terra de Santa Anna, que está em altura de 28 grãos e um terço; e na dita altura se porá o padrão, e se lançará um linha, que se corra a loeste: e 10 leguas que começarão do rio de Curpare, e acabarão no rio de São Vicente; [...] e as 30 leguas que fallecem, começarão no rio que cerca em redondo a ilha de Itamaracá, ao quel rio eu ora puz – Rio da Santa Cruz –, e acabarão na bahia da Traição, que está em altura de 6 grãos. [...] e será sua a dita ilha de Itamaracá, e toda a mais parte do dito rio da Santa Cruz que vai ao norte; [...] Manoel da Costa a fez em Évora a 21 dias do mez de Janeiro de 1535.

REY (Apud, MEDEIROS, 2001:74-75)



Como fica sinalizado no documento, as terras pertencentes a Pero Lopes na Capitania de Itamaracá, iriam desde o Canal de Santa Cruz, batizado com este nome pelo próprio Rei, até a Baía da Traição. As suas posses eram descontínuas, tendo recebido também outros lotes ao longo da costa.

Gabriel Soares de Sousa em 1587 ao analisar a figura de Pero Lopes, no tratado descritivo do Brasil, ressalta que o mesmo gozava de grande prestígio na corte e teria investido alto no povoamento das terras do Brasil. Ressaltando inclusive que foi graças a atuação militar do donatário que a ameaça francesa foi diminuída na região e em seus arredores (SOUSA, 2010:51). Segundo Gabriel Soares, “Desta capitania fez el-rei D. João, o III de Portugal, mercê a Pero Lopes de Sousa, que foi um fidalgo muito honrado.” (SOUSA, 2010:51)

A Capitania de Itamaracá detinha um vasto território que, oficialmente, se estendia até a baía da Traição. A consolidação da presença portuguesa não acontecia nas terras ao norte da Ilha de Itamaracá de forma efetiva, a ocupação prática desta capitania se limitava aos territórios da Ilha e em pontos esparsos no decorrer do rio Goiana. Muitas das regiões além destas áreas estiveram sob o domínio indígena por muito tempo, e já se constituíam em um empecilho ao avanço econômico da colônia, uma vez que poderia ser inviável a exploração de pau-brasil em regiões dominadas por indígenas. Estes fatos são comumente atribuídos à imperícia administrativa dos donatários que confiavam a governança das extensas faixas de terra a prepostos, a saber Manuel Correia de Andrade (ANDRADE, 1999).

Em seus estudos, Regina Célia Gonçalves argumenta que este foi um dos fatores que culminaram na criação da Capitania da Paraíba



para efetivar a ocupação do vasto território em 1585. Em linhas gerais, até a fundação desta nova, as terras do norte da Capitania de Itamaracá eram ocupadas por indígenas hostis aos portugueses e vários conflitos aconteciam entre os portugueses e estes, principalmente os Potiguaras, aliados aos franceses. A apatia administrativa da Capitania de Itamaracá alheia à situação de total abandono de suas terras ao norte do Rio Goiana resultou na reação enérgica da Coroa em tomar atitudes visando efetivar-se na região a partir de 1574.³ Regina Gonçalves lembra, neste contexto, que:

Em 1574, depois da destruição do Engenho Tracunhaém, e diante do fato consumado de que nem os donatários nem os moradores de Itamaracá ou de Pernambuco teriam condições de completar, com sucesso, a ocupação das terras até o Rio Goiana, sem que o levante dos Potiguaras fosse contido, a Coroa portuguesa, finalmente, resolveu tomar as rédeas da situação. Se bem sucedida, tal ação também garantiria (...) a manutenção e o reconhecimento internacional da sua soberania sobre aqueles territórios, na medida em que os franceses fossem expulsos e que se promovesse o povoamento português. (GONÇALVES, 2007:71)

Estes fatores de carência administrativa e estagnação econômica são atribuídos por historiadores como Manuel Correia de Andrade à imperícia de seus principais donatários, que não souberam lidar com as

³ As questões sobre a agregação das terras da Capitania de Itamaracá por parte da Capitania da Parayba e os nuances políticos e econômicos que envolveram o processo já foram muito bem estudadas pela historiadora Regina Célia Gonçalves, nos atemos aqui a um breve resumo sobre a problemática. Para maiores informações buscar: (GONÇALVES, 2007).



questões relativas à administração de uma capitania independente, ou eram ausentes da governança. Desta forma, lentamente, a capitania de Itamaracá perdeu território e influência para as Capitânias da Paraíba e Pernambuco. Como ressalta Manuel Correia de Andrade:

A capitania de Itamaracá, com donatários sempre ausentes e carentes de recursos financeiros, não conseguiu se desenvolver, permanecendo durante décadas a depender de Pernambuco, embora independente do ponto de vista político-administrativo. (ANDRADE, 1999:59)

Desde sua fundação, a Capitania de Itamaracá percorreu uma conturbada trajetória político-administrativa que culminou na anexação da mesma à jurisdição da Capitania de Pernambuco em 1763. Até lá, a capitania de Itamaracá teve vários donatários e administradores. Inicialmente, a Capitania foi doada a Pero Lopes de Sousa, como já foi dito, porém o mesmo não tomou posse prática das terras, morrendo em 1539 em batalha no oriente. Após sua morte, a capitania foi administrada pelos seus descendentes e parentes por um período, consequentemente, chegou às mãos do Marquês de Cascais, em 1617, e após a invasão holandesa se tornou Capitania régia, sendo, na prática, governada como capitania anexa a Pernambuco. Em fins do século XVII, a capitania volta a ser de donatários e entregue aos descendentes do Marquês de Cascais até ser anexada a Pernambuco também de forma conturbada – repleta de litígios e impasses (BARBALHO, 2009).

Retomando a descrição dos cronistas em relação a Capitania de Itamaracá, temos o relatório de Diogo de Campos Moreno descrevendo



as principais capitanias no território brasileiro em 1612. O relatório do Sargento-Mor deveria servir como uma espécie de auditoria para relatar-se as condições físicas e administrativas de cada núcleo urbano da colônia prestando contas à Coroa portuguesa. Ele explica também, seu ponto de vista sobre a estagnação social e econômica em que se encontrava a Capitania de Itamaracá à época de sua visita, segundo ele “Esta capitania tem tanta vizinhança com Pernambuco que mais parece aldeia sua que vila ou jurisdição à parte.” (MORENO, 1984:198)

Diogo Moreno elenca um importante fator que contribuiu para o insucesso da capitania: a questão da governabilidade, quando compara à vila de Nossa Senhora da Conceição, na condição de centro administrativo da capitania, a uma vila de Pernambuco inclusive nas questões de jurisdição.

Dada à conjuntura exposta, o padre José de Anchieta assim descrevia a Capitania de Itamaracá em 1585: “aproximadamente 50 vizinhos portugueses; tem seu vigário; é cousa pouca e pobre e vai se despovoando” (ANCHIETA, 1988:418). Esta informação do Padre realça a construção de Itamaracá como uma capitania que fracassou, devido a uma confluência de fatores que passam pelo incipiente fluxo comercial, bem como a uma estrutura urbana precária e defasada, e também pela dificuldade de acesso ao centro administrativo da Capitania realizado somente pela via fluvial. A opção de residir na Ilha de Itamaracá ou se fixar e local órgãos administrativos e governamentais cada vez mais se tornava inviável e era inevitável o declínio da região, e os principais administradores locais somente contribuíram com isto.

A opção pela utilização do Porto do Recife mais próximo da vila de Olinda e com condições naturais mais favoráveis, aos poucos,



impulsionou o declínio da atividade comercial na Ilha de Itamaracá. Este fator agregado à carência administrativa da sede da capitania e aos conflitos pelo poder local entre a vila de Conceição e a vila de Goiana contribuiu para o aparente fracasso de Itamaracá, chegando aos nossos dias como “uma capitania frustrada”.

Apontamentos históricos sobre a Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá

Na porção sul da Ilha de Itamaracá, às margens do canal de Santa Cruz no topo de um morro íngreme, o que facilitava a estrutura de defesa acastelada, e próxima ao porto, foi fundada a vila de Nossa Senhora da Conceição ainda nos primeiros anos do século XVI, em data incerta (NEVES, 2009). Foi nesta vila que se fixou a administração da Capitania de Itamaracá. Apesar de sua importância evidente, devido ao seu *status* de centro administrativo de uma capitania, o seu desenvolvimento neste século não se comparou ao de outras vilas fundadas na mesma época. A vila de Olinda, por exemplo, desde sua fundação experimentou um exponencial crescimento, que só foi estagnado com a invasão holandesa no século XVII, quando o local foi incendiado.

No início do século XVI, quando se deu início o povoamento da região, a Ilha de Itamaracá apresentou vários atrativos aos europeus: boas condições de atracagem; rios navegáveis; áreas de manguezal e topografia favorável para ocupação. Um dos fatores que, por certo, mais atraiu os colonizadores para o local seria a característica insular em que a vila de Conceição estava inserida, sendo possível garantir situações



de confinamento e isolamento que se constituíam em defesa natural, formando condições ideais para a instalação de um núcleo de povoamento, fator que posteriormente se tornou um empecilho.

Como já foi informado, a vila de Nossa Senhora da Conceição tem data de fundação incerta. Manuel Correia de Andrade afirma que esta teria sido apenas erguida à condição de vila na década de 1540, sendo que já deveria existir enquanto povoado desde a década de 1520 (ANDRADE, 1999:56). André Lemoine Neves aponta sobre as especificidades e incertezas que envolvem a fundação da Vila, que:

Fundada em data incerta, entre 1535 e 1547, a sede da capitania de Itamaracá foi, durante pelo menos três décadas, o único núcleo urbano surgido naquela capitania. Sua localização e elementos constituintes parecem indicar a origem inequívoca de um núcleo urbano português: erguida no ponto mais alto da ilha, com vistas para o porto e a entrada do canal de Santa Cruz, possui uma conformação pautada nas necessidades de proteção da época. (NEVES, 2006:4)

A vila de Nossa Senhora da Conceição era um espaço fechado, definido e protegido por muralhas e posições fortificadas. No topo de uma colina sinuosa é que estavam resguardadas todas as atividades burocráticas, administrativas e religiosas da Capitania de Itamaracá, no espaço confinado pelos muros da vila de Conceição. No século XVII, margeando a vila, não mais no alto do morro, estavam localizados engenhos, armazéns, fornos de cal e o porto.



Esta dicotomia estrutural entre a cidade alta e a cidade baixa favorecia ainda uma separação ideológica entre o poder administrativo junto com as demais atividades intelectuais e as atividades ligadas ao trabalho braçal. Não sendo este um modelo exclusivo para a região.⁴ Esta divisão estrutural deveria hierarquizar o espaço citadino, legitimando, no poder, os que ocupavam o alto, ao mesmo tempo em que subordinava simbolicamente os que ocupavam a parte baixa.

Seja através do discurso dos cronistas e viajantes ou através da análise da iconografia, além dos documentos oficiais, é possível perceber a importância da região da Ilha de Itamaracá no contexto da América portuguesa, pois o local foi representado em diversas imagens e relatos desde o século XVI, atestando sua relevância no cenário colonial. O trato com estas iconografias, porém, requer uma especial atenção no sentido de observar as singularidades de cada uma, pois algumas, tendo sido produzidas na mesma época, podem representar situações diferentes sobre o mesmo objeto, atestando a ausência de um método convencional e universal para a produção das mesmas (MEDEIROS, 2001). A disposição dos edifícios, ângulo de visão do desenho, cores, vegetação, legendas e outros fatores atestam a subjetividade do autor em realizar a imagem representando a sua impressão sobre aquele espaço, levando o historiador, hoje, a ter uma atenção especial ao lidar com

4 Este padrão estabelecido a partir da divisão física da disposição citadina em patamares hierárquicos estava relacionado aos princípios do urbanismo de origem português e também demonstrar uma intenção em resguardar o território com defesa natural. Salvador e Olinda, cidades que tem origens também no início do século XVI, podem ser exemplos de outras áreas onde este princípio urbano foi aplicado. Sobre este assunto ver: COSTA, Carlos Alberto Santos. **A Influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549-1760)**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Recife: CFCH/UFPE, 2007.



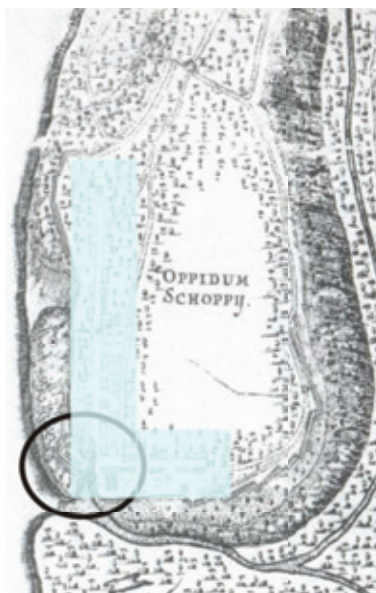
este tipo de fonte. No período colonial, muitas imagens foram produzidas por pessoas que, sequer estiveram no Brasil e retrataram o que ouviam ou o que liam sobre o novo mundo.

A partir da análise iconográfica, é possível observar diversos aspectos da morfologia urbana da vila de Nossa Senhora da Conceição, como, por exemplo, sua malha urbana em forma de “L”, ou as muralhas que deveriam circundar a vila desde fins do século XVI, resguardando o local da ameaça estrangeira. Se analisarmos o momento de intensificação das investidas holandesas visando conquistar este espaço, será possível observar a eficácia do esquema já que foram várias as tentativas de se apoderar daquele território até o êxito em 1631. Ilustrando o livro de Gaspar Barlaeus está, por exemplo, uma imagem que define pormenores da organização urbana da vila de Conceição. É possível observar a distribuição dos edifícios em “L”, confluindo para a igreja matriz fortificada, além das muralhas ao redor da vila.⁵

5 Durante o período de dominação holandesa na Vila de Nossa Senhora da Conceição, a mesma passou a se chamar “Oppidum Schoppij”, ou Vila Schoppij, este era o sobrenome do general holandês que comandou a ofensiva que tomou a Vila de Conceição, o nome do local, durante este período, passou a fazer referencia direta a ele.



FIGURA II: Insula Tamarica (Oppidum Schoppy). 1631. Detalhe. Circunscrita está a área com defesa prioritária na entrada da vila, onde existia a igreja matriz que evoca também a Nossa Senhora da Conceição. Além disto, em azul, está sinalizado o arruado principal da vila, como mencionado organizado em forma de 'L'. [Grifo nosso].



Fonte: <http://www.atlasofmutualheritage.nl>. Acesso em: 13/03/2012.

Outra importante iconografia sobre a vila de Nossa Senhora da Conceição se trata de um desenho, com vista a vôo de pássaro, da vila com detalhe sobre a localização das principais instituições administrativas e pontos de defesa do local em 1630, ano de produção do documento, provavelmente para atualizar a Coroa acerca da militarização do local. O autor da imagem não foi identificado, mas a riqueza de detalhes do desenho chama a atenção:



FIGURA III: Autor não identificado, Stadt Nostre Signora de Conception. 1630. Marcações nossas. 1) Entrada fortificada. 2) Resquícios de muralhas. 3) Entada principal fortificada.



Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM. Imagem de numero: PE 17

Uma análise mais apurada do desenho evidencia a relação da vila de Nossa Senhora da Conceição com o canal de Santa Cruz, estando a vila localizada às suas margens com um caminho ligando o canal ao principal acesso ao interior da vila. Existem assinaladas duas estruturas que remontam a igrejas e, provavelmente, estas devem ser as igrejas de Nossa Senhora da Conceição, matriz, e a Santa Casa de Misericórdia. Outro aspecto que chama a atenção no desenho é a pontuação das



poucas construções locais, dentro e fora da vila, tais obras seriam casas de colonos, particulares ou prédios administrativos.

Continuando a análise do desenho, este se torna de grande importância para o entendimento da militarização da vila, o local por sua própria localização topográfica, se constituía de forma acastelada, remontando a cidades medievais. As muralhas identificadas em diversas imagens da época são visualizadas nesta imagem e limitam a área plana e habitada da vila das sinuosas encostas da colina. Esses muros encerram em seu interior a administração e principais residências da vila e devem ter sido construídos no momento em que foi constatada a ameaça de uma invasão pelos Países Baixos ao norte da América portuguesa. Na vila de Nossa Senhora da Conceição, após ter sido construída a paliçada, somente se adentraria através de portões também protegidos e fortificados, que podem ser visualizados na imagem em questão nas extremidades norte e sul da vila. Pela sua riqueza de detalhes militares, este mapa se constitui em uma das mais importantes iconografias em que se é representada a vila de Conceição na época.

Pereira da Costa ao analisar a vila de Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá do século XVII escreve que

A vila de Conceição, capital da capitania de Itamaracá, era próspera, e de uma certa vida ativa e econômica. Constava de mais de cem prédios, tinha duas igrejas, a matriz sob a invocação de N. S. da Conceição e de N. S. do Rosário, dos homens pretos, com a sua competente confraria, o Hospital da Santa Casa de Misericórdia com a sua respectiva capela, e as casas de residência do Capitão-Mor governador, da câmara e cadeia da alfândega e da provedoria da



fazenda real com a do seu competente almoxarifado.
(COSTA, 1952:542)

A descrição de Pereira da Costa atesta a relevância da vila de Conceição enquanto sede de uma Capitania autônoma. Como tal, esta deveria ser provida com principais unidades de governança e religiosas locais, tais como: Casa do Capitão-Mor, Casa de Câmara e cadeia, provedoria da fazenda, entre outros. Mesmo que a partir de fins do século XVII, a Vila de Goiana tenha, aos poucos, tomado para si a administração da capitania.⁶

Sobre as unidades religiosas no local destacamos a igreja de Nossa Senhora da Conceição, no ponto de confluência da malha urbana da Vila, que regeu as atividades religiosas na Capitania de Itamaracá por um longo período, como igreja matriz (SOARES, 2009). Sua fundação tem data incerta, sendo a bandeira religiosa ponto nodal no processo de ocupação e exploração do espaço brasileiro, então, o mais provável é que a Igreja tenha iniciado suas atividades já no momento de fundação da própria vila na década de 1530.

Na sua obra *História do Brasil*, Frei Vicente do Salvador já apresenta notícias sobre a situação do poder eclesiástico na Ilha de Itamaracá do início do século XVII. Segundo as constatações do frei, existia uma Santa Casa de Misericórdia na vila de Conceição exercendo suas atividades plenamente. Segundo ele, a Vila tinha “uma igreja matriz do mesmo título e outra da Santa Misericórdia.” (SALVADOR, 2009:94). A igreja da Misericórdia estaria localizada em área mais afastada da praça

6 Não cabe, neste trabalho uma análise mais aprofundada da organização camarária da Capitania de Itamaracá, pois foge ao foco proposto. Para maiores informações sobre o assunto, sugerimos a leitura do trabalho: (BARBALHO, 2009).



central e da igreja matriz, sendo que ainda dentro dos limites da local, de acordo com os resultados de pesquisas arqueológicas realizadas na vila em 1985 (BARTHEL, 2007).

Diogo de Campos Moreno, na ocasião da confecção de relatório à Coroa portuguesa sobre o estado das Capitanias no Brasil, em 1612, também descreve a situação em que se encontrava o poder eclesiástico na vila de Nossa Senhora da Conceição. Conforme o que ele dissera, na época de sua visita à vila, já estavam funcionando a matriz de Nossa Senhora da Conceição e a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (MORENO, 1984).

O espaço da Ilha de Itamaracá foi invadido e ocupado pelos holandeses a partir de 1631, sendo efetivada a conquista do local em 1633. Após várias investidas das armadas inimigas à vila de Nossa Senhora da Conceição, pequena fortaleza, não resistiu à ação do coronel holandês Sigimund Schopij, então, dá-se início ao período de ocupação holandesa na Ilha. (SOARES, 2009)

Ao que parece, a Ilha de Itamaracá gozava de grande prestígio por parte do alto comando holandês. Por certo tempo, no início da administração de Maurício de Nassau, cogitou-se inclusive a transferência da sede administrativa do governo para a vila de Nossa Senhora da Conceição. Gaspar Barlaeus escreveu a *História dos Feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* durante a administração de Mauricio de Nassau, na sua obra, lê-se sobre Itamaracá:

(...) era a ilha de Itamaracá grandemente louvada e recomendada na Holanda entre os próceres do império batavo-brasileiro. Já se falava com insistência em transferir para ela a sede do governo.



Significaram-lhes, porém, as desvantagens e a inutilidade daquela mudança. (BARLAEUS, 1980:54)

Barlaeus segue o documento explicando que a Ilha de Itamaracá, apesar de gozar deste prestígio com os holandeses, tinha uma estrutura urbana que não apresentava condições de sediar o governo da WIC (Companhia das Índias ocidentais), pois o porto já não apresentava condições propícias para suportar o elevado fluxo de embarcações, além da questão defensiva, também defasada em Itamaracá se comparado ao Recife. Esta foi a conclusão a que chegou a comitiva organizada por Nassau para avaliar a possibilidade da mudança. Diante das argumentações, foi mantida a sede do governo no Recife que apresentava inclusive, características topográficas mais condizentes com a realidade nos Países Baixos.

A Ilha de Itamaracá, enquanto sede de uma capitania autônoma, era provida das principais instituições que garantiam a governança no local, prédios administrativos, religiosos e militares constituíam-se nas macroestruturas administrativas que eram subsidiadas pela atividade portuária na região, mais relevante ainda já que o local é uma ilha.



Referências

- ANCHIETA, Padre José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 1980. [1647]
- COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias diárias da guerra do Brasil**. São Paulo: Beca produções culturais, 2001. [1654]
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1952. Vols. 1 e 2.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz**. São Paulo: Editora Hedra, 2008. [1576]
- KEATING, Vallandro; MARANHÃO, Ricardo. **Diário de navegação: Pero Lopes e a expedição de Martin Afonso de Sousa (1530-1532)**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**. Recife: Editora Massangana, 1997.
- MORENO, Diogo de Campos. Relação das praças fortes do Brasil. **Revista do Instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano**. Recife, v. LVII, p 185-247. 1984. [1609]
- SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil (1500-1627)**. Curitiba: JUARÁ, 2009. [1627]
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Hedra, 2010. [1587]



- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1988.
- ALBUQUERQUE, Marcos. O processo interétnico em uma feitoria quinhentista no Brasil. **Revista de Arqueologia**. Vol. 7, p. 99-123, São Paulo:1993.
- _____; LUCENA, Velda; WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco**. Imagens do passado e do presente. Recife: Graftorres, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma capitania frustrada**. Recife: CEHM, 1999.
- BARBALHO, Luciana de Carvalho. **Capitania de Itamaracá – Poder local e conflito**: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: CCHLA/UFPB, 2009.
- BARTHEL, Stela. **Arqueologia de uma fortificação**: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Recife: CFCH/UFPE, 2007.
- BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- CABRAL, George Félix. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial**: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822). Tese (Doutorado em História). Universidade de Salamanca. 2007.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSENTINO, Francisco Carlos. Apontamentos sobre a defesa do litoral, questões militares, governo-geral do Estado do Brasil e carreira militar, séculos XVI e XVII. **Revista Navigator**. Rio de Janeiro, v.8, n 15, p. 1-25, 2012.



- COSTA, Carlos Alberto Santos. **A Influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549-1760).** Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Recife: CFCH/UFPE, 2007.
- COSTA, Maria Leonor Freire. A rota do Cabo e as rotas do Brasil: Para um estudo comparado do transporte marítimo nos séculos XVI e XVII. In: ANDRADE, Manuel Correia; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo. **O Mundo que o português criou.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder** – Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder** – O mundo dos engenhos no nordeste colonial. São Paulo: EDUSC, 2003.
- GASPAR, Joaquim Alves. **Revisitando a cartografia náutica portuguesa do Atlântico:** Uma análise quantitativa. Anais do III sim-
pósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto:MG, 2009.
- GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açucares.** Política e economia da Parayba – 1585-1630. São Paulo: EDUSC, 2007.
- ____. Guerra e açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (séculos XVI e XVII). In: OLIVEIRA, Carla Mary; MEDEIROS, Ricardo Pinto (orgs.). **Novos Olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.
- LOPES, Josué. **O Sentido da Colônia:** Estudo das unidades funcionais da Ilha de Itamaracá - PE entre os anos de 1530 a 1654. Monografia (Graduação em História). Recife: DEHIST/UFRPE, 2010.



- MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico** (1570-1670). São Paulo: Ed. ESTAMPA, 1997
- MEDEIROS, Guilherme de Souza. **Arte da Navegação e Conquista Européia do Nordeste do Brasil** (capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII). Dissertação (Mestrado em História). Recife: CFCH/UFPE, 2001.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. São Paulo: Editora 34, 2007.
- _____. **Um imenso Portugal: história e historiografia**. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2001.
- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégias da política de defesa portuguesa** (O caso da Capitania de Pernambuco/1654-1701) Dissertação (Mestrado em História). Recife: CFCH/UFPE, 2006.
- _____. **O sistema de defesa da barra e do porto do Recife no século XVII**. *Clio – Série Arqueológica*. Recife, n 16. p 87-101. 2003.
- NASCIMENTO, Ana. LUNA, Suely. LOPES, Josué. Na rota das navegações: análise do transporte marítimo na ilha de Itamaracá nos séculos XVI e XVII. *Clio – Série arqueológica*. Recife: Vol. 25, n.2. p 1-17.
- MUNIZ, Bianca Machado. **Desvendando imagens: aspectos da reconstituição virtual do forte Maurício através da cartografia histórica holandesa**. Anais do I simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty: 2009.



- NEVES, André Lemoine. **A Transferência da cidade portuguesa para o Brasil – 1532-1640**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Recife: CFCH/UFPE, 2009.
- _____. **Vila (velha) de Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá: História e morfologia urbana**. Anais do I Encontro Nordestino de História Colonial. João Pessoa: 2006.
- PEREIRA, Sidcley. **Caminhos da resistência – O espaço público no Recife durante a ocupação neerlandesa (1630-1637) Pernambuco (Brasil)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Recife: CFCH/UFPE, 2006.
- RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distancia**. São Paulo: Alameda. 2008.
- RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, c.1530 – c. 1630**. São Paulo: Alameda, 2009.
- SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SOARES, André Luis Gomes. **Diagnósticos dos impactos antrópicos em Vila Velha: Proposta para sua preservação e conservação**. (Dissertação – Mestrado em Arqueologia). Recife: UFPE, 2009.
- SILVA, Kalina. O sertão na obra de dois cronistas coloniais: A construção de uma imagem barroca (sécs. XVI-XVII). **Revista de estudos ibéricos**. PUCRS, v. XXXII. N. 2.p. 1-15.
- _____. **O miserável soldo & A boa ordem da sociedade colonial**. Dissertação (Mestrado em história). Recife: UFPE/CFCH, 200.





CIVILIZANDO OS INCULTOS SERTÕES PERNAMBUCANOS: O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS COMO PROJETO DE CIVILIZAÇÃO PORTUGUESA

Elba Monique Chagas da Cunha

Com o avanço da ocupação e do povoamento do interior, estabeleceu-se uma nova alteridade, na relação interativa e complementar entre litoral e sertão. “Como em um jogo de espelhos’, o sertão espaço do outro – do índio, do caboclo, do vaqueiro – refletia ‘seu principal referente’, o litoral – território do poder, da força propulsora do desenvolvimento, do padrão cultural – de forma invertida, deformada, estilhaçada” (NEVES, 2003:155). Esse sertão se configurou como o reflexo invertido do litoral, era o espaço do incivilizado, o território dos bárbaros, que impediam o avanço da sociedade colonial, quadro que, na segunda metade do século XVIII, foi alvo de projetos para transformá-lo no espaço civilizado.

Em meados do Século XVIII, boa parte da Capitania de Pernambuco já fazia parte do mundo colonial com uma atividade social, econômica e política bastante intensa, graças, sobretudo ao sucesso da empresa açucareira. O território tocado por este produto possibilitou



a inclusão no universo colonial, dito civilizado. Todavia, existia ainda um lugar que o mundo português não tinha conquistado – o *Sertão*. Neste espaço, a descoberta do outro ainda era uma constante entre os colonos que habitavam os sertões da capitania. E vendo a imensa diferença nestes nativos, as medidas impostas neste ambiente para implantação da política pombalina, em alguns momentos, se revelou oposta à ideia de liberdade que a lei planejou.

Nas próximas linhas tentamos apontar quem foram os sujeitos, e as estratégias que foram utilizadas para inserir efetivamente o Sertão no mundo civilizado. Tomamos como ponto de partida a submissão dos índios que ainda não estavam submetidos ao sistema colonial, os que haviam abandonado os aldeamentos, que viviam de corso pelos matos, impedindo a efetiva implantação da política pombalina, e quais “resultados” surgiram deste embate. Iniciaremos mostrando, em linhas gerais, o cenário onde os fatos aconteceram – o Sertão. Este espaço influenciado pelo clima marcado pela rigidez da seca e “barbaridade” das pessoas se tornou palco de conflitos, envolvendo colonos, padres seculares e missionários, índios “do mato” e até mesmo os aldeados que já inseridos no sistema colonial se tornaram aliados dos portugueses.

SERTÃO, s. m. o interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo, e costa v. g., Cidade do Sertão. § O Sertão toma-se por mato longe; da costa. § O Sertão da calma i.e. o lugar onde ela é mais ardente. (BLUTEAU, 1712:244)

Nosso estudo se passa em um espaço bastante controverso, e defini-lo é deveras difícil, isto porque, na verdade, o Sertão não é apenas



um lugar, mas uma condição atribuída a variados e distintos lugares e concepções que agregam valores simbólicos particulares.

Então, o Sertão, pode ser pensado no plural – *Sertões*, pois é também uma representação, que é um símbolo construído em variados contextos históricos, servindo a diferentes propósitos, em diversos momentos. A seguir, apresentaremos alguns pontos de vista e concepções sobre nosso espaço de estudo.

Nenhuma palavra mais ligada a história do Brasil, sobretudo à do Nordeste, do que a palavra sertão. [...] O termo sertão penetra fundamentalmente na história e na vida do povo brasileiro. Reflete-se de modo extraordinário no seu folclore e na sua literatura, por onde espalha todos os seus derivados. (BARROSO, 2004:9-12)

Seguindo esta trilha, lembramos os diálogos que se tecem ao longo da narrativa do livro *Grande sertão: veredas*, escrito em 1956 por Guimarães Rosa, que nos revelam alguns conceitos e ideias sobre o Sertão que são a melhor elaboração do seu significado sinuoso, existencial e profundo, seguem alguns trechos do livro:

Sertão. O senhor sabe: Sertão é onde quem manda é forte, com astúcia. Deus mesmo quando vier, que venha armado!

Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso...



O Sertão é do tamanho do mundo.

Sertão é o penal, o criminal. Sertão é onde homem tem de ter a dura nuca e mão quadrada.

Sertão é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo.

O sertão é isto: o senhor empurra para trás; mas de repente ele volta a rodear o senhor pelos lados. Sertão é quando menos se espera; digo.

O sertão é bom. Tudo aqui é perdido, tudo aqui é achado[...] o sertão é confusão em grande demasiado sossego...

O sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a Caatinga.

O sertão não tem janelas nem portas. E a regra é assim: ou senhor bendito governa o sertão, ou o sertão maldito vos governa... (ROSA, 1978:17-18, 22, 59, 86, 121, 218, 343, 370 e 374)

Nosso ambiente de estudo foi um espaço imaginado, criado e repensado pela sociedade colonial que, ao longo da conquista e ocupação agregou alguns significados. A origem dessa palavra provém do termo “desertão” que significava espaço vazio de súditos da Coroa portuguesa, mas não de pessoas (SILVA, Kalina, 2003:189). Durante os séculos XVI ao XVIII imagens sobre o *Sertão* foram sendo construídas baseadas e corroboradas pelos escritos e impressões que cronistas e viajantes informavam sobre a natureza, riquezas e populações nativas que



ocupavam este local. As imagens construídas nesses séculos tinham a intenção de provocar a imaginação do leitor que habitava nas vilas açucareiras quando se procurava representar o verossímil (SILVA, Kalina, 2003:192).

A maioria das reflexões sobre o Sertão aponta-nos como sendo um espaço distinto da costa (litoral) que possuía riquezas não exploradas pelos portugueses; um local não civilizado pelos súditos da Coroa portuguesa; um espaço de fuga e liberdade para os que não se enquadravam na sociedade açucareira; um lugar temido ocupado por povos bárbaros e selvagens personificados na figura dos grupos indígenas genericamente chamados de “tapuia”, considerados inimigos da civilização portuguesa (SILVA, Kalina, 1992:214). Enfim, nota-se então que não existia apenas um sertão, mais sim vários sertões que tinham em comum o fato de ser um espaço não civilizado pela sociedade colonial, apesar de já ser conhecido e demarcado geopoliticamente em freguesias nem sempre com ocupação do homem branco (BARBOSA, 2007:111).

O Sertão da Capitania de Pernambuco foi paulatinamente sendo ocupado pela criação de gado que cada vez mais se espalhava rumo ao interior, longe dos centros canavieiros. “No fim do século XVII, os conquistadores que eram um conglomerado de guerreiros e que viviam em arraiais, vão se transformar em curraleiros adaptar-se-ão às novas contingencias tendo o gado como o móvel” (BARBOSA, 2007:113).

“O sertão assume assim o sentido de lugar, de terra abundante, de espaço aproveitável, mas obstaculado pela presença dos índios”(-SILVA, Kalina, 2003:201). Assim, ainda no século XVII, documentos oficiais citados por Pereira da Costa e Nelson Barbalho, levam-nos a



admitir que muitas léguas de terra foram doadas a ordens religiosas no intuito de instituir missões de catequese e, a partir daí dispersar o processo de colonização (BARBOSA, 2007:113) com a efetiva conquista de terras e segurança através do controle dos nativos que habitavam aquele espaço.

De acordo com a historiadora Kalina Silva, o litoral foi também responsável pela ocupação deste espaço, uma vez que já em meados do século XVII e XVIII, a zona litorânea era densamente ocupada, política e economicamente pela sociedade portuguesa, que nestas terras (re)criaram seu universo social. Esta sociedade era hierarquicamente dividida, excluía os pobres e vadios que paulatinamente eram “empurrados” para ocupar outros espaços. O lugar mais provável foi o sertão. Assim sendo, “O Sertão recebia o excesso populacional das vilas canavieiras que não encontrando oportunidades de enriquecimento no litoral viam na ocupação do interior a chance de acumular uma pequena fortuna” (SILVA, Kalina, 2003:213), bem como a possibilidade de encontrar um lugar dentro da estrutura social existente. Todavia, esse ambiente não era um espaço desabitado, pelo contrário, era povoado por índios que lutaram e travaram guerras de resistência a ocupação portuguesa, durante todo o período colonial.

Na medida em que colonos e gado avançavam, os conflitos com os indígenas se tornavam mais constantes. Estes disputavam com os nativos os recursos naturais (água, caça, serras e ilhas fluviais) que garantiriam a sobrevivência em uma terra semiárida. Essa interiorização ampliou a ocupação lusa nesse território antes pertencente aos indígenas para o aproveitamento econômico com a formação de latifúndios (SALDANHA, 2002:96).



O Jesuíta André João Antonil, no livro *Cultura e opulência do Brasil*, informava sobre as condições econômicas da pecuária no Sertão do São Francisco, apresentando-as como aparentemente restabelecidas.

Os rios de Pernambuco, que por terem junto de si pastos competentes, estão povoados com gado (fora o rio Preto, o rio Guaraíra, o rio Iguaçu [Igaraçu], o rio Corrente, o rio Guariguaê [Gurguéia], a lagoa Alegre e o rio de São Francisco da banda do Norte) são o rio de Cabaços, o rio de São Miguel, as duas Alagoas com o rio do Porto do Calvo, o das Piranhas, o Pajeú, o Jacaré, o Canindé, o de Parnaíba, o das Pedras, o dos Camarões [Poti] e o Piauí (ANTONIL, 1982:90)

Temos aí um Sertão em plena atividade econômica, com latifúndios e fazendas de gados e núcleos urbanos. Todavia, era ainda um espaço inconstante, bárbaro, não civilizado, representado pela figura do *Tapuia*. Este era o maior problema enfrentado pelos colonos e pela administração pública, pois os nativos eram inconstantes, fugindo do controle da sociedade colonial, ou mesmo dos aldeamentos, os índios adentravam refugiando-se nesses espaços, tentando manter sua autonomia social, causando muitas vezes danos às propriedades e vilas próximas, trazendo pânico aos moradores. Estas inconstâncias e a resistência à conversão social estão presente na história dos índios de Pernambuco e registrada por Domingos Loreto Couto, em sua obra *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, escreveu: “Querem nestes homens uma Constância, que triunfe das inconstâncias da própria



natureza. Querem neles uma resolução para toda a vida, e uma obstinação, que os ponha em estado de nunca poderem mudar de estado” (COUTO, 1981:53).

Para historiografia colonial brasileira, “os Sertões” eram regiões não inseridas nos processos civilizatórios, ou seja, ainda eram habitadas e controladas por grupos que não estavam subjugados social e economicamente pelo poder oficial. No decorrer de todo o período colonial, essa imagem praticamente não sofreu mudanças. O Sertão continuou sendo – na visão das autoridades - o espaço habitado por índios ferozes, nada dispostos a aceitar o contato com o europeu. Assim, tornou-se também um espaço de guerras contra estes indígenas. Mesmo o Sertão mantendo-se como uma região perigosa, cada vez que a colonização precisava avançar, novas áreas eram requisitadas e novas necessidades se impunham aos colonos rumavam ao interior. Estas terras ao serem controladas, passaram a ser condição importante para a viabilização econômica da colônia. Desta maneira, o Sertão no século XVIII tornava-se uma região essencial ao projeto de civilização pensado para o Brasil (AMANTINO, 2001:34)

Para Kalina Silva, a conquista do Sertão da Capitania ganhou diferentes significados para os grupos envolvidos. Para a Coroa significava alargar os seus domínios para além do litoral e assegurar a defesa interna contra possíveis invasões; para as elites coloniais a possibilidade de aquisição de terras e títulos; para os paulistas a busca de terras, títulos e escravos; para a Igreja a abertura de novas fronteiras para a catequese; para os grupos indígenas além das perdas, a possibilidade de negociar com a sociedade que estava se construindo; e para os pobres e



vadios das vilas açucareiras a possibilidade de ascender socialmente e aquisição de terras “desocupadas” (2003:188, 234 e 311).

A pecuária exigiria pouco desses excluídos sociais. O cuidado com o gado era mínimo, pois estes necessitavam apenas de pasto, água e um pouco de atenção do vaqueiro, que vigiava o comboio de animais que percorriam as terras em busca de alimento. Depois de certo tempo, o vaqueiro poderia conseguir terras e a chance de ter suas próprias cabeças de gado. Mas, este era um ambiente hostil, considerado terra de ninguém, um local onde colonos e nativos resistiam e lutavam para garantir seu território, provocando uma instabilidade social que atingia a todos, vilas, povoados, fazendas e até mesmo nas missões não existia sossego, como podemos ver no excerto abaixo:

Na aldeia da [...] a que assistem dois Padres, vivem 200 tapuias pouco mais ou menos, mas como estão oprimidos dos moradores, que os tem cercado da sorte que os pobres não podem ter planta alguma; que logo não seja destruída: donde resulta o irem em ranchos procurar o sustento pelo mato, aonde gastam ás vezes 15 a 20 dias ao dano considerável de suas consciências; tratamos de os mudar, e se anda atualmente fabricando nova aldeia acima do sitio, com que agora assistem, algumas três Léguas. Esta mudança tem custado bastante trabalho pela Repugnância dos moradores quizeram estorvar, por que com ela cessão alguns dos seus interesses, o que os missionários não querem atender com prejuízo das almas dos tapuias, cuja educação está encomendada. (AHU_ACL_CU_015_Avulsos de Pernambuco. Doc. 1859).



No trecho acima, alguns pontos são importantes. O aldeamento não garantia uma tranquilidade para os povos nativos. Por isso percebemos que estes sofriam com ataques da vizinhança que destruíam suas roças, obrigando-os a procurar outros ranchos buscando o sustento ou indo aos matos, o que afirmava o documento prejudicava o trabalho dos padres. Para solucionar o problema do ataque foi necessário mudança da aldeia. Essa medida, também não agradou aos moradores porque iam de encontro com os seus objetivos. Que interesses seriam estes? Porque os moradores não queriam a mudança dos índios? Acreditamos, que estes mesmos moradores oprimiam os nativos, prejudicando o progresso da aldeia porque se utilizavam da força de trabalho destes índios em seus ranchos. E isto ia de encontro ao projeto dos missionários que tinham por dever educar os *tapuia* para trazê-los à civilidade.

É nesse clima que se encontrava os sertões, um espaço “sem leis”, onde prevalecia o mais forte, um local onde o poder da Coroa tinha pouco alcance, onde missionários, nativos aldeados, índios de corso e colonos, viviam em conflito prejudicando a economia e civilidade da região, sobre isso Kalina Silva escreveu:

A conquista do sertão assumiu, assim, um sentido civilizador, pois enquanto região não colonizada, o sertão apresentava-se como a fronteira colonial, significando-se, desde o século XVI, como espaço de mobilidade humana, aproveitado por integrantes da sociedade açucareira tanto como lugar de fuga, quanto como lugar de ascensão social legítima. Assim, durante a fase de conquista, o sertão, fronteira da ‘civilização do açúcar’, foi representado pelo



imaginário dominante das vilas açucareiras como o espaço do que era selvagem, perigoso, mas que também prometia riquezas. O sertão era constituído então pelas vizinhanças não colonizadas da zona do açúcar, as matas marginais que limitavam as áreas de engenhos, as serras onde os índios se refugiavam, assim como pelo semi-árido e a caatinga distante (2005:1-2).

Mesmo após a conquista no Século XVII com o fim da “Guerra dos bárbaros”, a imagem de lugar inóspito e de região não colonizada vai permanecer sobre o Sertão, apesar de diluídos pela presença de colonos, instalação de aldeamentos, povoados e vilas. Ainda assim “... Durante o século XVIII, por exemplo, fugas e deserções para o sertão ainda o justificam como uma área de fronteira perante o imaginário da zona do açúcar” (SILVA, Kalina, 2005:206). No entanto, o sertão ainda aparece como um lugar da não civilização, um caminho de fuga para os marginalizados pela sociedade açucareira. “Esse discurso se fortalece devido à ausência de uma autoridade estatal efetiva na sociedade sertaneja. Ausência que permite aos sesmeiros assumirem o poder civil, muitas vezes através da violência.” (SILVA, Kalina, 2005:297).

Uma carta datada de 1761 exemplifica o que foi exposto acima. Este documento representa o sertão como um local de refúgio para aqueles marginalizados pela sociedade açucareira, pela frouxidão das regras coloniais: os vadios e “foras da lei” que buscavam esse espaço como local propício para fugas.

... pela diversidade dos distritos, e sua vizinhança, costumam os que devem alguma coisa as justiças de



um território, destes refugiarem-se no outro, que sendo sertões mal povoados de justiças em toda a parte enquanto se recorre as justiças do respectivo distrito, tem a comodidade de se livrarem da de uma e outra jurisdição, inconveniente a que acudiu a providência do Rei Nosso Senhor. (AHU_ACL_CU_015_ carta de 31 agosto 1761)

Do aspecto acima comentado, identificamos um traço geral na construção do imaginário sertanejo: o Sertão foi comumente concebido como um espaço para a ampliação e também como o objeto de um movimento expansionista que buscou incorporar aquele novo ambiente, assim denominado, a fluxos econômicos e sociais ou a uma órbita de poder que lhe escapava naquele momento. Considerado um lugar inóspito, ausente de civilização deveria ser além de ocupado incluído dentro do sistema colonial, tal qual ocorria no litoral, com ordens e regras explicitamente elaboradas.

O Sertão também é definido como um lugar ocupado por povos diferentes, exóticos, qualificando-se como a morada dos “outros”. É um espaço com habitantes culturalmente ou racialmente distintos na classificação dos tipos nacionais. Tratam-se nesses discursos de localidades povoadas por seres identificados como saídos de outra época ou descendentes de outra origem que aquela que tipifica a formação da nacionalidade (SCHWARCZ, 1993). Não poucas vezes, o sertão foi estabelecido como o ‘habitat dos selvagens’, a ‘terra de tapuias’, ou ainda ‘terrenos ocupados pelos indígenas ferozes’ como mencionado no Atlas do Império do Brasil de Candido Mendes de Almeida, editado em 1868. Enfim, os Sertões são muitos e “as narrativas constroem este lugar cultural cristalizando o sertão



enquanto conceito, ao mesmo tempo em que ele se dilui enquanto espaço geográfico” (POMPA, 2003:199). Foi assim que concomitante à formulação do conceito e da imagem de sertão, o conceito e a imagem do Tapuia também foi sendo construída.

Como palco da barbárie, do exótico, do medo, enfim da alteridade, representando tudo que era contrário à ideia de civilização, o Sertão também foi constituído a partir dos povos que lá habitavam – os *Tapuia*. Estes foram considerados selvagens bárbaros, oposto ao *Tupi*, povos aliado dos portugueses, seu nome virou sinônimo de selvageria e medo.

A imagem do Tapuia como um perigoso empecilho para o projeto civilizacional português chegou ao século XVIII ainda com muita força, pois muitos grupos viviam pelos matos, vivendo de corso e atacando as vilas e fazendas de gado, de acordo com denúncias dos moradores. Mesmo os índios aldeados, se levantavam contra os missionários e fugiam dos aldeamentos. Alguns missionários afirmavam que os índios seriam incapazes de serem civilizados.

Segundo Horácio de Almeida, Tapuia era a denominação que os povos de raça Tupi davam aos inimigos vencidos e que foram batidos para os chapadões do interior. Os Tapuia originalmente dominaram o sul do Brasil, até que foram expulsos pelos grupos Tupi, e ficaram ocupando o vasto território que se estende desde a foz do rio São Francisco até o rio Cricaré, chamado depois de São Mateus, no Estado da Bahia, até que passaram a ocupar a zona sertaneja de Pernambuco desde a margem esquerda do São Francisco, estendendo-se pelo interior, principalmente até o rio Piauí, eram considerados povos de costumes contrários aos Tupi.



Nas observações de Rodolfo Garcia sobre os indígenas que eram denominados Tapuia ele declarou que,

sob o nome genérico de Tapuias andaram nos primeiros tempos confundidos com outros índios que infestavam a região de seu domínio. Por isso mesmo, ainda hoje torna-se difícil saber, com absoluta certeza, entre tantas alcunhas tribais, quais eram o de origem Quiriri, que eram os Caraíbas e os Gês. Quiriri alterado em Cariri, é qualificativo tupi, que significa – calado, silencioso – e que indica, sem dúvida, uma característica etnográfica tanto mais notável quanto se sabe que os outros índios eram palradores incoercíveis. Quiriri aplicar-se-ia propriamente às tribos da Baía: Cariri às tribos do Norte (MAMIANI, 1942. Apud. KRAISCH, 2008:21-22).

No interior da Capitania de Pernambuco, os índios que viviam fora do sistema colonial, como os Paraquió, Pipipã, Mangueza, Guege e Xocó, estavam causando problemas no Sertão de Buíque, Ribeiras do Moxotó e Pajeú, dentre outras paragens e os prejuízos causados às estruturas coloniais foram um dos fatores determinantes para a implantação da política pombalina nos sertões.

Na Fazenda Cuncacalo, por exemplo, Pipipã e Paraquió causaram prejuízos imensos na região, com mortes que deixaram a população assustada, este episódio deu início asse começou as investidas para redução dos gentios. Os Paraquió conscientes de suas ações e das estruturas coloniais, entraram em contato com o capitão-mor dos Xucurus, confessando tudo, negociando sua rendição, perante a promessa de serem perdoados (AHU_ACL_CU_015_Código 1919. Doc. 25/10/1759. 8/10).



No dia marcado, porém, pressionados pela população e os cabos que avisaram ao comandante de que se deixassem os índios sem punição novamente eles se juntariam aos Pipipã e os atacariam. Assim seria pertinente “... que se prendessem primeiro os Paraquiós, para se poder ir aos mais e na falta que se não fizesse se voltava para trás...” (AHU_ACL_CU_015_Código 1919. Doc. 25/10/1759. 8/10). Estava iniciada uma guerra que mobilizaria colonos, índios e autoridades à luta pela pacificação e civilização dos sertões pernambucanos, embates que se organizaram em torno das já conhecidas Bandeiras.

A Guerra das bandeiras: as mobilizações dos índios pela manutenção dos seus espaços

Bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena. O nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra. Dirigia a expedição um chefe supremo, com os mais amplos poderes, senhor da vida e morte de seus subordinados (ABREU, 1982:113).

Estas expedições varreram todos os “Sertões” da colônia brasileira, principalmente nos séculos XVI e XVII, a historiografia tradicional os aponta como compostos por homens cruéis acostumados na vida pelos matos e brenhas dos sertões, matavam e caçavam os índios com força e rigor, reduzindo os que podiam ao trabalho escravo. Durante a conhecida *Guerra dos bárbaros* ganharam notoriedade na medida em



que venciam as batalhas contra os indígenas. Conseguiram com isso algumas benesses do estado como terras das nações indígenas conquistadas, cargos públicos e títulos.

Com o fim da *Guerra dos bárbaros*, estes homens, conhecidos por bandeirantes tiveram sua atuação reduzida, uma vez que sua principal função era repressora. No entanto, ainda foram solicitados no século XVIII, para acalmar os levantes provocados pelos índios aos sertões (PIRES, 92).

Em 25 de novembro de 1759, o Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco, Luis Diogo Lobo da Silva, o Bispo da Diocese de Olinda e o Ouvidor Geral se reuniram no Palácio da Soledade para tratar do conteúdo da carta enviada pelo Juiz da Comarca do Ararobá. O documento informava que índios da nação Paraquió e Pipipã causaram conflito na Fazenda Cuncacalo, nos “Sertões de Buique”, acarretando, ao que tudo indica, em mortes. Na reunião, a primeira medida tomada foi nomear um oficial capaz de submeter os indígenas que viviam de corso pelos matos causando conflitos no Agreste-Sertão da Capitania.

Diante de tantas estratégias planejadas para civilizar os nativos, havia se de pensar em como seriam tratados os que resistiam ao projeto visto que as ações “diplomáticas” não surtiavam o efeito desejado. A solução encontrada foi o uso de bandeiras. Utilizando a força para se alcançar a paz, teve início uma guerra, pode soar incoerente, mas é justificável de acordo com Starobinski:

... a palavra civilização, se já não designa um fato submetido ao julgamento, mas um valor incontestável



[...] ela própria se torna o critério por excelência: julgar-se-á em nome da civilização. [...] tudo que não é a civilização, tudo que não resiste, tudo que a ameça, fará figura de monstro ou de mal absoluto[...] o serviço ou a defesa da civilização poderão, eventualmente legitimar o recurso à violência: o anticivilizado, o bárbaro devem ser postos fora de condição de prejudicar, se não podem ser educados ou convertidos.” (STAROBINSKI, 2001:26, 32)

Armados com a lógica de “evitar um mal maior”, as autoridades locais escolheram o Sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz, para executar “civilizar” os revoltosos. As ordens eram de que deveria procurar submeter às nações com brandura poupando toda mortandade possível, devendo ser repartidos pelas aldeias que se erigissem em vilas, de acordo com a lei (AHU_ACL_CU_015_Código. 1919. Doc. 25/11/1759. p. 58-60), somente usariam a força caso não obtivessem sucesso nas negociações.

Seguindo as diretrizes, Jerônimo da Paz se organizou para implantar a lei. Primeiro fez um levantamento sobre as missões (AHU_ACL_CU_015_Código. 1919. Carta 21/12/1759. p. 75-77) que já existiam na região do São Francisco, indicando a localidade, a quantidade de moradores e quem eram os responsáveis pela missão. Ao todo, ele contabilizou 12 missões, sendo 10 instaladas nas ilhas do rio São Francisco e 2 em terra firme. Para melhor visualização do leitor, organizamos as informações em uma tabela que pode se vista no quadro da página seguinte:



QUADRO I – Missões identificadas na região do São Francisco pelo Sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz no ano de 1759

NOME	LOCALIDADE	MISSIONÁRIO	NAÇÃO	QUANTIDADE
Missão do Pontal	Ilhas do rio São Francisco	Capuchos da Província do Brasil	Tamanquin e alguns Oriz	20 casais
Missão dos Coripos	Ilhas do rio São Francisco	Capuchos da Província do Brasil	Coripó	Uma dúzia de casais
Missão do Inhanhy	Ilhas do rio São Francisco	Capuchos da Província do Brasil	Kariri	Uma dúzia de casais
Missão do Arapué	Ilhas do rio São Francisco	Capuchinhos italianos	Kariri	Uma dúzia e meia de casais
Missão do Cavalo	Ilhas do rio São Francisco	Capuchinhos italianos	Kariri	20 casais
Missão do Aracapé	Ilhas do rio São Francisco	Capuchinhos italianos	Kariri	20 a 30 casais
Missão do Pambu	Ilhas do rio São Francisco	Capuchinhos italianos	Kariri	70 a cem casais
Missão da Varge	Ilhas do rio São Francisco	Frades italianos	Porcas e Brancaruru	20 casais de ambas as nações
Missão do Axará	Ilhas do rio São Francisco	Capuchinhos italianos	Porcas e Brancaruru	Entre ambos terá uma dúzia
Missão de Sorobabé	Ilhas do rio São Francisco	Frades capuchos portugueses	Porcas, e Brancaruru	Até duas dúzias de casais
Missão de Araripe	Serra do Araripe		Ixu e Caracui (estes supostamente haviam fugido)	Não soube informar ao certo, mas acreditava não passar de cem casais
Missão de Brejo da Gama do Pajáú	Pajéú	Frades franciscanos	Pipipã e outros aliados	



Na “Informação Geral da Capitania de Pernambuco em 1749”¹, encontramos informações sobre algumas aldeias subordinadas, na época, à jurisdição de Pernambuco e na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rodelas. São elas: Aldeia de Missão Nova de São Francisco do Brejo, situada na Ribeira do Pajeú e tem várias nações de Tapuia; Aldeia de Santo Antônio, situada na Ilha de Irapuá e tem uma nação de índios Kariri; Aldeia de Senhor Santo Cristo, sita na Araripe, com nação de Tamaqueus; e por último, Aldeia de Aricobé, com uma nação de “caboclos Aricobé”, de língua geral.

Ainda de acordo com o levantamento sobre os indígenas que viviam na região do São Francisco, Jerônimo Mendes da Paz identificou os Uman que não estavam reduzidos nas missões, ele assim os descreveu:

Fora destes há os índios chamados Umans que não tem Aldeia, nem missão, vivem sem rancho, nem morada certa, andando todo o ano caçando e sustentando-se das frutas agrestes e de gados dos moradores, e a estes andam agregados de outras nações: Saem dos matos algumas vezes, e trazem os filhos para que os batize o Pároco, que algumas vezes os entretem alguns dias ainda que com algum dispêndio afim de os catequizar e instrui-los nos dogmas da nossa santa fé, o que não obstante se tornão aos matos. (AHU_ACL_CU_015_Códice. 1919, doc. 21/12/1759. Relação das missões que existem no Rio São Francisco. p. 76)

1 Publicada no Volume XXVII dos Anais da Biblioteca Nacional



Este documento revela a fragilidade das relações que eram estabelecidas entre os nativos e os padres responsáveis pela submissão da fé católica e civilidade. Estes índios transitavam tranquilamente entre os dois mundos. Eram nômades, viviam livres pelo mato, mesmo tendo conhecimento das normas da sociedade colonial, se recusavam a abandonar os seus ritos, embora com as tentativas dos padres de convertê-los à santa fé. Todavia, adquiriram o hábito de levar seus filhos para serem apresentados ao primeiro sacramento católico cristão – o Batismo². Este ritual era simbólico e no contexto colonial, possuía uma característica peculiar, pois o neófito, na ocasião do batismo, recebia um novo nome, um nome cristão, um nome civilizado, que lhe proporcionava ser aceito na sociedade portuguesa. Pelo fato de não terem abandonado seu modo de vida, será que podemos afirmar que eles não eram cristãos? O fato de muitos deles serem batizados já não é um sinal de que se trata de índios cristãos, não-gentis? Ao que parece para o oficial “da Paz”, não por eles não estarem submetidos a nenhuma missão e ainda viverem de corso era um sinal de que estavam à margem da sociedade colonial, portanto, deveriam ser aldeados.

A partir deste trecho, podemos ainda levantar outras questões, mas por ora ficaremos com três possibilidades: a primeira sobre a ineficiência das missões que não cumpriam tudo o que se propunham, que era tirar os indígenas do barbarismo em que viviam, submetendo-os ao cristianismo; a segunda é apontar para o fato que mesmo vivendo pelos matos, com seus antigos costumes, estes indígenas não deixavam de ser cristãos, pois traziam seus filhos para o batismo ou poderia também

2 São 7 os Sacramentos que a Igreja exige do bom cristão: Batismo, Eucaristia, Confissão, Crisma, Matrimônio, Ordem e Unção dos Enfermos.



ser encarado como uma forma de sujeição branda ao sistema. Esse fato intrigou o sargento Jerônimo da Paz, pois mesmo com os esforços dos padres de catequizarem estes índios, eles não se deixavam submeter à vida no aldeamento, voltando sempre para a sua antiga vida nos matos; a terceira é, através deste excerto, conseguimos ver claramente a mobilidade que permitia a vida pelos sertões, onde os índios dialogavam e mantinham contato com o universo colonial quando assim desejavam, e mostrando que o sistema de missões tinha suas adaptabilidades nesses espaços, que serviam de parada por algum tempo até que o grupo decidisse deixá-lo. Conforme aponta Cristina Pompa (Apud. OLIVEIRA, 2011:268), durante os séculos XVIII e XIX na região do São Francisco, existia um quadro de mobilidade indígena, mostrando que as relações estabelecidas nesses espaços, eram maleáveis e apontam estratégias políticas e culturais por parte dos nativos.

Para Maria Regina Celestino de Almeida, os aldeamentos não foram simples espaço europeu e cristão, pois possibilitaram também a reconstrução da identidade e da resistência indígena. “As aldeias coloniais foram também um espaço indígena, onde os índios encontraram possibilidades de adaptar-se à Colônia, recriando suas tradições e identidades” (ALMEIDA, Maria. 2003:90). Subjugados pelo sistema colonial, os indígenas reagiram à sua nova condição, reivindicando seus direitos, ainda que os fizessem em uma posição subordinada e em desvantagem em relação aos demais súditos do Rei (ALMEIDA, Maria. 2003:259).

*Assim a dinâmica social existente desses povos,
exigia ocasionalmente alguns acordos a fim de*



assegurar a tranquilidade e minimizar a resistência dos indígenas abrindo um caminho para a civilização. Eventualmente as alianças e acordos não eram respeitados os índios se levantavam e lutavam contra os colonos em defesa principalmente das suas terras. “os chamados índios ‘bárbaros’ continuaram enfrentando com armas os brancos, em diversas regiões, sendo inclusive vítimas das chamadas ‘guerras justas’. A maioria, entretanto já viviam em aldeias ou tinham sido aldeados” (CUNHA, 1992:446).

Em Pernambuco, à sujeição dos indígenas, com já foi dito anteriormente, ficou a cabo do sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz que organizou bandeiras que deveriam percorrer os Sertões à busca dos índios de corso, executadas ao mesmo tempo em um verdadeiro cerco aos “rebeldes”. As bandeiras respaldavam-se nas estruturas já existentes como a vila de Penedo e seus arredores – Freguesia de Nossa Senhora do Ó, a povoação de Nossa Senhora das Montanhas de Monte Alegre – Freguesia de Ararobá e os índios aldeados, a Freguesia do Rodelas e os índios das ilhas de São Francisco, até mesmo da Freguesia de Piancó – na Capitania da Paraíba. Em um olhar mais geográfico sobre a organização das bandeiras, através das correspondências do comandante Jerônimo da Paz, percebemos que ela mobilizava recursos vinculados a todas as regiões da Capitania, a mata atlântica com a Vila de penedo, no Ararobá a região agreste e afundava-se nos sertões adentro com as Ribeiras do Pajeu e Ilhas do São Francisco, ou seja, um verdadeiro cerco, vindo de todas as regiões da Capitania, percorrendo os caminhos para que os indígenas não tivessem a possibilidade de fugir. Como atesta uma carta enviada ao Capitão Faustino Vieyra,



informando que os Paraquió deveriam ser impedidos de se retirarem para a Bahia (AHU_ACL_CU_015. Códice. 1919. Carta endereçada ao capitão Faustino Vieyra, de 28/03/1760. p. 101).

Na pesquisa através da leitura das cartas enviadas pelo o que conseguimos identificar, haviam 14 bandeiras formadas por colonos, fazendeiros e ainda contavam com a participação de alguns índios que relacionamos com as nações Panaty, Pega, Icozinho, Xucuru, Tamaquiu, Carnijo e índios do Curral dos bois, da parte da Bahia. Para melhor visualizarmos esses dados confeccionamos uma tabela mostrando onde elas foram formadas, a quantidade de homens e se era composta por indígenas.

QUADRO II – Relação das bandeiras organizadas pelo Sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz

BANDEIRA	COMANDANTE	LOCALIDADE	QUANTIDADE DE MEMBROS
	Tenente-coronel Fernando Dantas Barbosa	Riacho do Navio / imediações do Pajeú	200 homens
Bandeira do Piancó	Capitão-mor de Piancó Francisco de Oliveira Ledo	Paraíba	200 a 300 homens
	Capitão-mor da vil de penedo Francisco dSe Souza Caldas	Penedo	
	Comandante da Freguesia de Nossa Senhora do Ó da vila de Penedo – capitão Ignácio de Barros Leyte	Penedo	



BANDEIRA	COMANDANTE	LOCALIDADE	QUANTIDADE DE MEMBROS
	Capitão Faustino Vieyra, morador da Freguesia de Nossa Senhora do Ó	Penedo	
	Caetano Ferreira, morador da Freguesia de Nossa Senhora do Ó	Penedo	
	Capitão Cláudio José de Pontes	Missão do Comunaty	100 homens
Bandeira do Tacaratú	Francisco Gomes		
	Manuel de Góis		
	Francisco José Seyxas		
Bandeira das flores		Comarca de Flores	
	Francisco Barbosa		
	Alferes João Freire	Serra do Arapuã	
	Capitão Cosme (roiz) Rodrigues		

As ordens passadas aos comandantes das bandeiras variavam entre os confrontos propriamente ditos até alianças com a ajuda dos índios capturados. As negociações eram presentes, visto que a redução dos nativos deveria ser da forma mais branda possível, só partindo para força física, quando a diplomacia falhasse. Para os acordos era preferível enviar os índios já incorporados ao sistema, talvez como forma de mostrar aos demais que a vida para aldeados era possível, com liberdades e algumas regalias e que eles viviam como súditos da coroa. Como mostra a carta enviada por Jerônimo da Paz ao comandante da Bandeira que era de Manoel de Caldas Sylva, segue excerto:



... com os soldados moradores, e os cabos dos índios das Missões de São Felis, Varge e Axará, e com os soldados das ditas aldeias busque a travessia da cana brava que entra em São Francisco. Ocorrerá toda a campanha da dita travessia mandando bater de uma e outra parte até encontrar os Índios Pipipãns, Xocós, Oês aos quais mande persuadir que venham de paz, que lhes não pretendo fazer mal, senão aldeá-los, e pô-los em termos de gozarem das felicidades, que gozão os índios mansos das mais missões, e que os não ei de matar, nem cativar, nem permitir que se lhe faça o menor dano e só quero que venhão a obediência das leis do Rei Nosso Senhor, e a viverem em sossego, e na lei de Jesus Cristo... (AHU_ACL_CU_015_Códice. 1919. Doc 156)

Quando às negociações feitas pelos aldeados falhava, o sargento-mor mudava a estratégia e ordenava o envio de índios que haviam sido presos de volta para persuadir os outros de seu grupo a se entregarem a fim de serem reduzidos a algum aldeamento.

... E poderá ser colher alguma mulher com filhos, e entender portugueses (sic), soltará a mulher, para que vá falar aos mais, e propor-lhes a paz, deixando em penhor os filhos. O que tudo espero fará vossa mercê executar com a inteireza que deve a honra e ao zê-lo do serviço do Nosso Soberano... (AHU_ACL_CU_015_Códice. 1919. Doc. 152)

Neste trecho enxergamos também o papel da mulher nesse processo, quando elas eram obrigadas a fazer as negociações, para isso



mantinham suas crianças em cárcere até a sua volta aos matos a fim de negociar a rendição dos rebeldes e convencê-los a viver conforme as leis coloniais.

Mas, nem sempre a diplomacia vencia. Neste caso o comandante, baseado na lei, exigia o uso da força, mesmo para aqueles que se recolhiam em alguma missão, como foi o caso dos Pipipã e Paraquió, que deveriam ser presos e enviados ao sargento mesmo que se abrigassem em uma missão.

... Se os índios se recolherem a Missão do Brejo, vossa mercê ali mesmo os cerquem e prendão, exceto aqueles que ali estiverão a mais tempo, ainda que se recolhão a casa do padre ou a igreja sempre os cerquem até se entregarem, e lhes não deixem entrar mantimento, e não atenda a propostas, nem pretextos para deixa de fazer o que lhes tenho dado: e se eles dentro da Igreja fizerem algum mal aos de fora entrem dentro, e a força os prendam; por que a igreja não é para velar couro de malfeitores. (AHU_ACL_CU_015_Códice 1919. Doc. 151)

Esta carta aponta para duas questões: a primeira, o fato dos aldeamentos servirem de abrigo para os rebeldes, que utilizavam a fé cristã e o respeito que ela impunha para resistirem às investidas das bandeiras. Ao que parece, era uma espécie de trégua que foi utilizada por algum tempo, até que o comandante não mais permitiu esta situação e exigiu que mesmo assim os índios fossem presos, exceto os que já moravam na missão; a segunda questão era que os rebeldes simulavam quando lhes



convinham serem já incorporados na sociedade envolvente fingindo fazerem parte do aldeamento.

Se fazia preciso em execução das ordens novamente expedidas, para este continente reduzi-las a menor juntando todos os índios de uma mesma nação naquelas aldeãs que se acharem mais convenientes [...] praticando o mesmo a respeito das mais referidas e conciliando na união dellas aquelas nações em que se reconhece mayor antypathia ou opposição a viverem em boa harmonia [...] por deste modo se adiantar a civilidade dos mesmos [...] (AHU_ACL_CU_015_Código 1919. Doc. de 21/12/1759. p. 75-77; Doc. 26/12/1759 p. 77-79).

A seguir, veremos brevemente como a instalação das novas vilas foi responsável pela “liberação” das terras para ampliação do comércio do gado.

O diretório dos índios: A fundação das vilas no Sertão Pernambucano e a política de terras

Assim, como o alto Paraíba do sul, mas em proporções muito mais grandiosas, também o rio de S. Francisco servio de condensador da população.

À vista disto poder-se-ia esperar muitas vilas nestas regiões tão povoadas. Puro engano: só foram criadas no Século XVIII, mas uma prova da diferença entre as capitanias del-rei e as de donatários na apreciação das municipalidade (ABREU, 1982:138)



Como já vimos, a vida pelos Sertões vivia à margem das formalidades da sociedade colonial. As relações eram mais frouxas e a própria geografia do lugar, o tipo de economia implantada bem como a vida dos indígenas, permitia uma flexibilidade na região que não foi propício à criação extensiva de vilas e povoados. Até mesmo os aldeamentos que, a princípio, tinham regras mais rigorosas e uma vida mais controlada, era um espaço mais maleável em alguns casos os indígenas vivam nus “... o vestido lhe serve de peso, e embaraço, e melhor se acomodam a viverem nus expostos a toda a calamidade do tempo, e mosquitos, que vestidos...” (AHU_ACL_CU_015_Códice 1919. Doc. de 21/12/1759) e passavam a maior parte do tempo longe, caçando pelos matos, ou seja, ainda que confinados ao sistema de aldeamentos, os índios tinham certa autonomia para manter seus costumes, continuando a citação.

... Os que tinha vestidos, achei nus, e a maior parte fugidos, e o pior é que não posso saber ao certo os que andam fugido, nem quais os que ainda se conservam na povoação, porque todos os dias me aparecem de novo na povoação uns, que eu já tinha por fugidos, e me desaparecem outros dos que eu imaginava tinha mais empenhado na Povoação e mais seguros, e daí a poucos dias me tornão a aparecer...

A vida no sertão seguia assim frouxa, sem muitas regras, mesmo com as sociedades indígenas já aldeadas. As relações dentro destas aldeias eram mais maleáveis e até mesmo para a escolha dos lugares eram respeitadas as experiências e costumes dos nativos, que tinham conhecimento dos melhores pontos para fixarem moradia. De tal sorte,



os aldeamentos geralmente estavam localizados em terras férteis cobradas por colonos, que exerciam pressão para esbulhar as terras. Com a política pombalina exigindo a redução dos aldeamentos, ela serviu também para os não índios usurparem estas terras, posto que as missões deveriam ser reduzidas e transformadas em vilas e povoados não mais restritos aos índios.

... se fazia preciso em execução das ordens novamente expedidas, para este continente reduzi-las a menor juntando todos os índios de uma mesma nação naquelas aldeãs que se acharem mais convenientes [...] praticando o mesmo a respeito das mais referidas e conciliando na união dellas aquelas nações em que se reconhece mayor antypathia ou opposição a viverem em boa harmonia [...] por deste modo se adiantar a civilidade dos mesmos ...” (AHU_ACL_CU_015_Códice 1919. Doc. de 21/12/1759 pp. 75-77; Doc. 26/12/1759 pp 77-79)

A aplicação da política pombalina nos sertões pernambucanos foi bastante difícil, mesmo com os índios já aldeados. Estes também resistiram às novas mudanças impostas, e fugiam das povoações a que eram enviados, utilizando, inclusive das estruturas e jurisdição vizinha a fim de abrigo. Como foi o caso dos índios da missão do Axará que fugiram para missão de Rodelas, recebendo proteção do frade da missão.



QUADRO III – Relação das Aldeias, Vilas e Lugares da Capitania de Pernambuco

Aldeias	1729	1760	1763
Ipojuca	Congregação do Oratório	X	Escada
Unna	Franciscanos	Carmelitas	Lugar Barreiros
Pirassinunga	Carmelitas	X	
Palmar	Missionário: capitão terço do palmar	X	
Limoeiro	Congregação do Oratório	Congregação do Oratório	
Santo Amaro (Alagoas do Norte)	Franciscanos	Franciscanos	Santo Amaro
Ararobá de Tapuias – N. Sra. das Montanhas	Congregação do Oratório	Congregação do Oratório	Cimbres
Carnijós	S. Secular	Congregação do Oratório	
Paraquiós	Não há missionário	X	
Santo Amaro	S. Secular	X	Atalaia
Barra do colégio	S. Secular	X	
Barra do Traipu	S. Secular	X	
Pajeú	Não há missionário	X	
N. Sra. da Escada	X	Congregação do Oratório	
Aratagui	X	Congregação do Oratório	
Gamelera	X	Missionário clérigo	Atalaia
Urucu (Alagoas do Norte)	X	N. Sra. da Conceição	Atalaia



Aldeias	1729	1760	1763
São Braz	X	Missionário	Lugar de Porto Real
Alagoa Comprida	X	Missionário	Lugar de Porto Real
Pão de Açúcar		Missionário clérigo	
Alagoa da Serra do Comunaty	X	Missionário clérigo	Lugar Águas Bellas
Macaco	X	Missionário	Atalaia

Para a implantação da nova política imposta aos povos indígenas, foram necessárias além da força, negociações como, por exemplo, a distribuição para alguns índios de terras que pleiteavam como forma de garantir seu apoio na luta contra os índios bravos e também como forma de assegurar a fixação na terra. Foi o que aconteceu com o índio D. Felipe de Souza e Castro, mestre de campo da Serra da Ibiapaba e principal, conforme revela o trecho do documento a seguir:

O mesmo me representou, que para sustentar com decoro correspondente ao posto e honras, com que sua Majestade fidelíssima o havia distinguido, se lhe fazer preciso que o dito senhor lhe conservasse uma fazenda de gado, que possuía com duzentas cabeças e lhe desse terra para estabelecer outra afim de que pela utilidade de ambas se pudesse decentemente enterter e a sua familia sem extorquir dos seus súditos porção alguma de que se prevalecesse por não querer nesta parte incorrer na justa indignação do mesmo senhor vista a honra que lhe fazia em determinar



fossem tratados como os mais portugueses e segundo as graduações do seu posto.

Confesso a Vossa Excelencia, que esta rogativa me pareceu tão justa unida à reflexão da muita terra que há na Serra da Ibyapaba, que me não pude dispensar de avisar ao Ouvidor Geral a que lhe desse, além da porção que lhe toca pelo Diretório: nem faça admiração ter este Índio o principio de fundo, que deixo referido, pois a não o contemplarem os Padres preciso contentá-lo para lhe segurar o domínio dos outros, e rebater a violência do Gentio brabo, como tem feito nas repetidas descidas, que tem vencido com total destruição dos invasores, entendendo segundo o sistema, que praticavam com os mais, o não deixariam lograr esta pequena parte, que com trabalho adquiriu”(AHU_ACL_CU_015_Cx.91.Doc.7284;AHU_ACL_CU_015_Avulsos de Pernambuco. Doc. 1859)³.

Pelo trecho da carta, percebemos que o índio Felipe Castro detinha conhecimento das estruturas sociais da Coroa. Utilizando de sua posição, o índio fez exigências em benefício próprio, garantindo o que já possuía e exigindo mais terras para com isso manter a estabilidade do aldeamento, que posteriormente se transformou em Vila Viçosa Real, e dos demais índios que viviam causando instabilidade na região. O governador Lobo da Silva, também conhecedor das estruturas coloniais e da força numérica que o Principal Felipe Castro possuía, cerca de 7 a 8

3 OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando que os principais das aldeias reduzidas em vilas, estiveram em sua companhia, para tomarem as instruções devidas.



mil almas, percebeu que não seria por imposição que a lei garantiria o sucesso das novas medidas, haveria que se ter negociação com os índios para diminuir as discórdias, assim cedeu as exigências, pois era preciso ter aliados para apaziguar os ânimos dos sertões.

A questão da terra servia também como um prêmio aos índios por seus serviços prestados, como estímulo para outros seguirem seu exemplo e seria também benéfico para a Coroa porque resultaria em dízimos para a Fazenda Real.

... outros acho que me pediram o mesmo a respeito de enormes porções de terra, que romperam com o seu trabalho, em que faziam a suas plantas e entretenham algumas cabeças de gado, que ganharão nos serviços que fizeram entre os brancos e como entendi, que pelo beneficio da cultura não deviam ser de pior condição, antes era justo premiar a atividade de a fazerem sem embargo dos obstáculos, que se lhes o punham no odioso sistema, a que viviam unidos e de serem por este meio atendidos, resultaria nos outros estímulo para seguir o seu exemplo de que se segue não pequena utilidade ao adiantamento dos povos e fazenda de Sua majestade nos dízimos que lhe hão de provir ordenei ao dito Ministro, que até das que tivessem bem fabricadas e povoadas lhes desse as que lhe tocam pelo diretório, querendo-as, e sendo-lhes precisas enquanto o mesmo senhor não mandar o contrário. (AHU_ACL_CU_015_Cx. 91. Doc. 7284; AHU_ACL_CU_015_Avulsos de Pernambuco. Doc. 1859)

As incertezas acerca da execução das vilas eram muitas, a começar pelos índios que se recusavam a partir de suas antigas localidades



e seguiam o comando de seus antigos missionários que os persuadiam a seguirem-no causando muitas vezes transtornos entre os vizinhos, como apontou uma carta enviada à Jerônimo da Paz informando que os índios da missão Axará saíram da vila de Assunção, ao qual foram remetidos e partiram para a Bahia e Missão do Rodelas persuadidos por pessoas de má intenção. A Carta informa, ainda que nativos do lado baiano do São Francisco navegavam para o lado de Pernambuco, roubando as fazendas de gado das redondezas e em algumas ocasiões “... se expuzeram nas vizinhanças da Povoação da Assunção em parte acomodada a inspirarem em os índios o que podem afim de me perturbarem no progresso desta diligencia...”. (AHU_ACL_CU_015, Cx. 90. Doc. 7211).

O Sargento informa ao capitão da Missão do Rodelas para prender e enviar os líderes da desobediência e também o aconselha que não receba orientações do seu missionário nem de outra pessoa, visto que as ordens do Rei deveriam ser cumpridas. Entre idas e vindas de cartas entre Jerônimo Mendes da Paz e Vicente Dias Fogaça, capitão-mor dos índios da Missão do Rodelas a respeito do envio dos índios a Vila de Assunção, este informou ao comandante que os índios apoiados pelo padre, oficiais, soldados e alguns senhores e moradores, se recusam a ir à Vila de Assunção. “... os índios meteram-se na Igreja, e dizem que de lá não saem, e por esta razão é que o Missionário se mostra mais empenhado. Vossa Mercê mande o que for servido que eu fico a sua obediência como sempre.” (AHU_ACL_CU_015_Cx. 91, Doc. 7284)⁴.

4 OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando que os principais das aldeias reduzidas em vilas, estiveram em sua companhia, para tomarem as instruções devidas.



O sargento Jerônimo Mendes escreveu outra carta corroborando as ordens dadas anteriormente, de que os indígenas deveriam ser remetidos para a povoação de Assunção e que Vicente Fogaça não devia dar ouvidos aos conselhos do seu missionário, pois ele não tinha mais autoridade sobre os índios, ficando somente com os deveres da religião.

Na povoação de Monte Alegre, os índios também se recusavam a obedecer às ordens do seu Diretor o sargento-mor João Mendes Branco, os índios da nação Xucuru se recusavam a aceitar o novo estabelecimento e a obedecer às ordens do novo administrador. Afirmavam os Xucuru terem se aliados a índios de outras nações que apoiavam seu levante, informa uma carta que eram persuadidos pelo fazendeiro Antônio Vieira de Melo, que utilizava os serviços dos índios em suas fazendas prometendo dar-lhes terra. Todavia, a revolta dos índios teria sido controlada quando eles souberam que com a criação da vila eles passariam a ser vassalos de El Rei de Portugal.

... depois que a esta missão chegou o governador dos índios Leandro da Silva [...] se puseram os índios mais soberbos e altivos, tomou posse o governador para o que se ajuntaram todos quantos na ocasião se achavam. Leram-se as patentes, a isto levantaram a vós que não queriam o tal governador que queriam viver como tinham vivido: a esta determinação se portou o governador com toda a prudência, e só lhes disse que se eram vassalos de El Rei de Portugal deviam seguir as suas ordens, retirou-se o gentio de tarde procuram os cabos ao governador no seu quartel e ai lhes falaram, e foi tão intensa a prática que já saíram todos obedientes, e começaram a fazer obrigações de soldados. Agora entra Antonio Vieira de



*Mello a fazer a figura do demônio como é costumeado (AHU_ACL_CU_015. Cx. 95, Doc 7512).*⁵

Este fato mostra como o Estado lidou com as forças que atuavam nestes espaços, os fazendeiros e índios que se recusavam a aceitar a vida nas novas vilas e procuravam fazer acordos e alianças para manterem suas posições. O episódio também aponta como seria difícil a implantação do novo sistema, pois os indígenas não foram passivos ao processo e levavam as suas queixas e reclamações com pulso firme.

Também encontramos resistência na aldeia da Alagoa Comprida. Lá, os índios se recusavam a se unirem aos que se encontravam nas fazendas que foram dos Jesuítas. A orientação era proceder da seguinte forma:

*... que vem a ser depois da experiência mostrar não cederem aos remédios brandos, usar dos mais ativos, prendendo-lhe os cabeças e remetendo-os com sumários quem com esta receita temos igual ou muito maior dureza nos Pegas e Apodis que sendo dos mais bárbaros deste continente, se acham com a prisão dos que os fomentavam a não largarem os sítios em que residiam, obedientes e ativos trabalhadores nas Vilas a que se uniram por força das comodidades e vantagens que se lhes seguem destas novas assistências e observância das Reais Ordens, e precisão de se separarem daquele distrito em que as não podiam lograr... (BN – I – 12,3,35, fls. 147v / 149v).*⁶

5 26 de março de 1761 – Auto de testemunhas tirado por requerimento do sargento mor a Povoação de Monte Alegre, João Mendes Branco.

6 Carta do Governador de Pernambuco Luiz Diogo Lobo da Silva ao dr. Ouvidor das Alagoas Manoel de Gouvea Alvares sobre várias matérias a respeito dos novos estabelecimentos. Recife, 16/12/1761.



O estabelecimento das vilas e povoados serviam a diversos interesses para todos os grupos envolvidos, uns ganharam menos e outros se valeram dos novos estabelecimentos para usufruírem das facilidades que o estado propunha. Principalmente no sertão, elas foram pensadas para garantir o sossego dos colonos e povoados que viviam aterrorizados pelas ações das nações que viviam de corso, causando conflitos e destruição das fazendas; foram também uma maneira encontrada para confinar os nativos em espaços planejados, promovendo ao mesmo tempo a “limpeza” das terras que poderiam ser arrendadas pelos colonos, como apontou Suely Maris Saldanha que a política pombalina serviu para além de implantar um processo de invisibilidade do índio, para “... libertar as terras à ocupação colonial, num período que a atividade da criação estava em pleno processo de dilatação...” (SALDANHA, 2002: 91). Neste sentido a posição de Sylvia Porto Alegre de que o efeito dessa política teve maior impacto para as comunidades indígenas pode ser percebida no sertão da capitania, lá os antes espaços de índios, apesar de também terem suas regras e servirem ao Rei, era um espaço onde o índio pode recriar sua rotina, rompido apenas pela presença do missionário. Entretanto com a mudança para vila, estes lugares passaram a contar com a presença de padres, colonos e todo um aparato burocrático do Estado para garantir a efetivação da política.

... o indigenismo pombalino teve um efeito desagregador maior sobre a organização tribal que o regime anterior das missões. Visando transformar o índio numa força de trabalho controlada, as vilas pombalinas do final do século XVIII foram o locus por excelência da fricção interétnica, o espaço onde se davam os conflitos, centrados na questão da terra e



do trabalho. (DINIZ, E.; LOPES, J. S. L. e PRANDI, R. (orgs.). 1993:195-219)

Através da criação das vilas e povoados, os índios que antes tinham a “liberdade” de percorrer todo o espaço do sertão, fazendo das terras e matas sua morada com a nova política e o confinamento nos povoados, os nativos perderam muitas léguas de terra, e estas ficaram livres para a ocupação colonial. Observa-se que as terras mais cobiçadas estavam localizadas em lugares eminentes, como serras e morros, próximos a cursos d’água, matas e com solo bom para o cultivo e também lugares estratégicos protegidos da invasão de inimigos. Como por exemplo, as ilhas do São Francisco e as terras férteis nas proximidades dos rios Ipanema e Moxotó e também pelos brejos de altitude, como a Serra do Comunati e Serra do Ararobá, espaços onde o clima é ameno e a população instalada coexiste com as atividades agrícolas e a pecuária (SILVA, Edson, 2008:114).

... na descida da dita Serra do Comunati de uma e de outra parte da Ribeira, que da mesma nasce por onde chamam a Abra da Serra, se descobre a melhor terra de lavoura de todo o sertão, porque ao mais leve benefício da agricultura produz excelentes roças de maniba, milho, legumes e outras plantas de diversos nomes e de utilidade⁷.

7 “Relação dos novos estabelecimentos das vilas e lugares dos índios do Governo de Pernambuco da parte do Sul, executados por Manoel de Gouvea Alvares, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas” in Carta de Luis Diogo Lobo da Silva a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 23 de novembro de 1763. APEJE



Sobre esta questão territorial, a análise de Rita Heloisa de Almeida é bastante pontual, a saber:

É inevitável identificar esta concepção de extensão territorial presente nas estratégias de ocupação de largas extensões territoriais, percorridas pelos rios brasileiros. Toda uma legislação foi elaborada para tornar real a transformação de habitações indígenas em ‘missões’, e estas em ‘lugares’, ‘vilas’, e cidades portuguesas [...]. (ALMEIDA, Rita, 1997:67)

Nos documentos referentes às aldeias existentes em Pernambuco, no ano de 1760, havia 27 aldeias na capitania de Pernambuco e na comarca de Alagoas, com a presença de missionários e índios de diferentes grupos. Já entre 1761 e 1763, após a atuação de Manuel de Gouveia Alvarez (ouvidor geral das Alagoas), e com a participação ativa de Jerônimo Mendes da Paz, as antigas aldeias e os índios foram referenciados a partir da vila ou lugar criado, passando a existir então sete agrupamentos (Vila Ilha de Santa Maria, Vila Ilha de Assunção, Vila de Cimbres, Lugar Águas Belas, Lugar Barreiro, Lugar Porto Real e Vila Atalaia, estas duas últimas incorporadas posteriormente à província de Alagoas).⁸

A transformação dos aldeamentos em vilas e a submissão dos nativos ao novo modelo social permitiu que o processo de invisibilidade

8 Relação das aldeias que há no distrito do Governo de Pernambuco, e capitanias anexas, de diversas nações de índios [1760]. (MEDEIROS, 2007:148-152). / “Relação dos novos estabelecimentos das vilas e lugares dos índios do Governo de Pernambuco da parte do Sul, executados por Manoel de Gouveia Alvares, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas” in Carta de Luis Diogo Lobo da Silva a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 23 de novembro de 1763.



do índio fosse posto em prática. Vivendo nas vilas, o indígena estava destinado a se integrar à sociedade na categoria de colono, ganharia nome português e não mais poderia viver de acordo com seus costumes. Com a redução dos grupos a espaços definidos, a política pombalina também permitiu a liberação das terras das aldeias e terras onde indígenas não aldeados ocupavam, para ocupação pelo gado em um período que a atividade pecuária estava em plena expansão; bem como para a implantação de novas fazendas e currais.

Com a política de criação de vilas, a legislação pombalina contribuiu ainda para ampliar/ alargar o Território da Coroa portuguesa, antes restringido ao litoral. Com as novas medidas, o Sertão antes considerado selvagem foi dominado por súditos da Coroa que passaram a domesticar o espaço e os indígenas que passaram a ser vassallos de El 'Rei, desta forma, três objetivos seriam alcançados: o da pacificação; o da expansão do Território e o da inserção dos índios na sociedade colonial.

Não podemos garantir que a política pombalina alcançou seus objetivos com plenitude. O que podemos considerar é que depois da aplicação da lei, o sertão passou a contar com mais 7 vilas e lugares que produziam roças; curtiam couro; criavam gado; transportavam as boiadas para as praças de Pernambuco e Bahia e ocasionalmente lutavam com os nativos rebeldes, servindo também como escudo militar para a Coroa.

Nestes lugares a participação dos indígenas no desenvolvimento da sociedade colonial principalmente a sertaneja, foi presente. Nesse ambiente, os nativos foram ativos e impuseram limites freando a ação dos colonos e padres que lutavam pelo controle de sua força de trabalho



e de suas terras. Ora partindo para o confronto direto com os agentes da Coroa, ora usando dos mecanismos legais para fazer da missão/aldeia um ponto a partir do qual seria possível obter melhores condições de sobrevivência para seus grupos.

Referências

- ABREU, Capistrano João. **Capítulos de História colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- AZEVEDO, Ana Elizabeth. **O diretório pombalino em Pernambuco**. Recife: UFPE 2004, dissertação de mestrado em História.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios: um projeto de “civilização” dos índios do século XVIII**. Brasília: editora da UnB, 1997.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil [1711]**. 3ª ed. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, EDUSP, 1982. (Reconquista do Brasil, nova série, v. 70).
- AMANTINO, Marcia Sueli. **O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII**. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001. Tese: Doutorado em História Social do Brasil.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e Latino (1712-1727)**. Coimbra: 1712.



- BARROSO, Gustavo. **Vida e história da palavra Sertão**. 3 edição, v. 1
Fortaleza: ABC Editora, 2004
- BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranambuco: herança e poder indígena** no Nordeste séculos XVI – XVII. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História** – Novas Perspectivas. São Paulo, UNESP, 1992
- CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007.
- COUTO, Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MAMIANI, 1942 [1698], Apud. KRAISCH, Adriana Machado Pimentel de Oliveira. Os índios tapuias do cariri paraibano no período colonial: ocupação e dispersão. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. pág. 21-22. ISSN 1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acesso em 16/07/2012.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. In: **Revista Politéia**. V. 3. Nº. 1. 2003, p. 153-162
- POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.



- _____. História de um desaparecimento anunciado: as aldeias missionárias do São Francisco, séculos XVIII – XIX. In: **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 267-294
- PIRES, Idalina Maria da Cruz. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas, 1757-1823**. Recife: UFPE, tese, 2004.
- POMPA, Cristina. História de um desaparecimento anunciado: as aldeias missionárias do São Francisco, século XVIII e XIX. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org). **A presença indígena no nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- ROSA, Guimarães. **Grande sertão veredas**. Rio de Janeiro: J. Olimpio. 12 edição, 1978
- SILVA, Edson Hely. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE. (1860-1880). Recife: UFPE, 1995. Dissertação de mestrado em História.
- _____. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2008
- SILVA, Geyza Kelly Alves da. **Índios e identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)** Recife: o autor. Dissertação (mestrado em História) UFPE/CFCH, 2004.



- SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **‘Nas Solidões Vastas e Assustadoras’**: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife, UFPE: 2003. (Tese de Doutorado em História).
- SALDANHA, Suely Maris. **Fronteiras dos sertões**: conflitos e resistência indígena em Pernambuco na época de pombal. Recife: UFPE, dissertação, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993
- STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.





**“DEVER (NEM SEMPRE) CUMPRIDO”:
CRÍTICAS IMPRESSAS SOBRE OS APARATOS POLICIAIS
NO RECIFE DO OITOCENTOS (1850-1872)**

Emmanuelle Valeska Guimarães de Lima

“Opinião pública”: um tortuoso caminho

Periódicos e panfletos circulavam, de mãos em mãos, entre uma conversa e outra, trazendo posicionamentos, ideias, informações, se constituindo em um meio de comunicar o que se desejava tornar público. Notícias da Corte e de outros reinos, produtos de luxo, escravos, apresentações teatrais, leilões, charges, contos, xaropes milagrosos, posturas comportamentais, política, críticas, esses eram alguns dos variados assuntos com os quais se deparava o leitor ao folhear os diversos jornais publicados no Recife na segunda metade do século XIX. A imprensa jornalística era uma maneira das mais rápidas de se difundir conhecimentos sobre o contexto da cidade, do Império e mesmo sobre assuntos externos. A citação seguinte expressa uma ideia sobre o jornalismo naquela época:



O jornalismo em todos os tempos tem sido o meio mais eficaz para a propagação das luzes, ilustração e desenvolvimento da inteligência, e aperfeiçoamento das artes; o progresso da civilização dos povos é todo filho do jornalismo: por ele o homem comunica os seus mais recônditos pensamentos ao seu semelhante na maior distância: por ele o homem recolhido em seu gabinete viaja até as regiões mais distantes da terra: é o jornalismo enfim a via de comunicação mais direta, e fácil de todas essas mutuas combinações do espírito humano (O Espectador, Recife, 14 de setembro de 1851, p. 1)

A citação d'O Expectador, periódico que circulava em Recife no ano de 1851, estabelece uma conexão do jornalismo com o mundo das letras e das ideias, em que “o progresso da civilização dos povos” tinha como espaço primordial de discussão a imprensa. E as formas de pensar dos homens poderiam ser compartilhadas e publicadas em qualquer parte do mundo por meio dos jornais. Gerariam, pois, opiniões em comum apresentadas de forma pública. Em contrapartida, o mesmo periódico apresenta o outro lado da moeda:

Muitas vezes, é verdade, tem ele sido o estímulo poderoso de paixões desordenadas, a mola real de ruínas caprichos, e então grandes calamidades tem trazido a esta ou àquela porção da sociedade, mas isto é uma aberração das leis da natureza e dos princípios sociais, por que se deve regular todo homem honesto, que só ambiciona o bem geral da sociedade, que não sacrifica este ao seu próprio e exclusivo cômodo (O Espectador, Recife, 14 de setembro de 1851, p. 1).



A imprensa, quando não censurada, é um espaço plural de posicionamentos. O periódico supracitado procurava estampar em suas páginas apenas notícias referentes à arte, literatura, teatro e afins. Ele pretendia se mostrar ausente das disputas partidárias, inclusive criticando as “paixões desordenadas” produzidas pelos discursos políticos inflamados (como se este procedimento já não o incluísse no torvelinho das discussões políticas). Em suma, ele intencionava se mostrar neutro em contraposição aos periódicos de objetivo estritamente partidário.

Mas, como afirmamos esta era uma pseudoneutralidade, pois, neste contexto, a sua crítica aos “discursos inflamados” tinha como foco as publicações dos impressos oposicionistas, ou seja, os que estavam ligados ao Partido Liberal. Por esta época, a imprensa já se constituía em instrumento de extrema importância para a difusão de pensamentos e argumentos em prol de interesses, em particular dos interesses partidários. Isso estimulava o debate entre os moradores sobre a situação do governo da cidade. Dizendo-se neutros, os redatores d’O Espectador podiam questionar o discurso dos opositores, marcando presença, de maneira sob-reptícia, nos acalorados debates políticos da província.

Utilizando os jornais como fonte principal da nossa investigação sobre as opiniões em relação ao trabalho da polícia no Recife, temos o cuidado de percebê-los como indicativos das discussões políticas que permeavam o espaço público da cidade. Sobre o jornal, concordamos com Maurice Moullaud ao indicar que:

O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente,



apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejam-no a partir de seu próprio campo mental e recolocam-no em circulação no ambiente cultural (MOUILLAUD, 1997:51)

As publicações geravam interpretações e apropriações em meio à população, causando identificação ou mesmo discordância com as ideias divulgadas. O jornal é tido como um espaço de difusão (e formação) de opiniões, as quais são dependentes de cada redator, da funcionalidade político-social de cada impresso. A partir da definição do sentido que será atribuído, são feitas as escolhas, pois “dizer ‘o que ocorreu’ obriga selecionar certos dados e ligá-los entre si, para formar um fio” (MOUILLAUD, 1997:42), criando lógicas bem argumentadas.

Deveria, então, ter a aceitação do público ao qual era direcionado, posicionando suas ideias com esta intenção. Estas ganhavam “publicidade” por serem expostas ao “julgamento do público” (HABERMAS, 2003:41). A “opinião pública” formada pelos seus leitores seria o respaldo para a continuação do impresso. Tratando um pouco sobre a ideia de “público”, Habermas apresenta alguns sentidos para o termo. Pode ser espaço acessível a todos, designando os “locais públicos”, ou mesmo não tão abertos à população, como os “prédios públicos”, sendo este relacionado ao “poder público”, ou seja, o Estado; também pode designar fama, quando se fala de “renome público”; e, o que se destaca nesta discussão, “o público”, o sujeito da esfera pública.

Este público, sendo o emissário da opinião pública, tem funcionalidade crítica, gerando a “publicidade”. E esta, “de uma função da opinião pública, tornou-se também um atributo de quem desperta a



opinião pública”, formando, pois, as “relações públicas” (HABERMAS, 2003:14). Daí pode ser pensar a via de mão dupla no que se refere à imprensa: enquanto imprime as insatisfações ou posicionamentos do público leitor, são direcionadas outras questões a serem interpretadas e discutidas, gerando opiniões, produzindo, então, base para a crítica a ser construída por este público.

Habermas analisa que uma característica primordial da imprensa é a de constituir-se em uma ponte entre os órgãos estatais e a comunicação do público, sendo um espaço de mediação na esfera pública. É o instrumento de expressão entre o poder público e o público (sujeito na esfera pública), onde as coisas do Estado estariam apresentadas, mesmo que parcialmente, sendo expostas a críticas. Isso pode ser visto nos periódicos recifenses do século XIX. No recorte cronológico aqui proposto, a segunda metade dos oitocentos, os jornais eram um palco privilegiado de opiniões sobre os órgãos estatais e suas atuações perante os cidadãos. O grupo político ao qual eles estavam vinculados indicaria qual opinião seria defendida em suas páginas.

Nesse *locus* (os impressos), as opiniões deixavam a singularidade privada para encorpar opiniões coletivas, de grupos de leitores que concordavam com seus argumentos. Ainda procurando entender a opinião enquanto pública partimos para a reflexão de Carlos Matheus:

Em todo grupo, as opiniões circulam de modo tácito ou explícito gerando uma circulação constante. Nesse movimento interno, a multiplicidade é o fator que aproxima pessoas e as integra em um conjunto no qual as individualidades se dispersam. Foi dessa multiplicidade de opiniões que se formaram as grandes coletividades que permitiram que esse



plural – opiniões – se convertesse em um coletivo – “opinião pública” – no qual as opiniões perdem seu caráter individual e assumem o significado próprio da palavra público. (MATHEUS, 2011:136)

As opiniões, antes resguardadas nas suas individualidades, ganham delineações comuns, identificações de forma coletiva, produzindo uma crítica-base integradora de caráter público. E no Recife da segunda metade do século XIX, a “opinião pública”, enquanto termo, já tinha seu espaço nos impressos. O periódico *O Capão*, de 1866, teve apenas uma edição e seu posicionamento político não foi descrito de forma definida, entretanto as críticas foram dirigidas ao governo provincial – na autoridade do conservador Manuel Clementino Carneiro da Cunha – e à atuação da polícia. Neste impresso se afirmava que a opinião pública estava com aversão à situação política da época: “A opinião pública bem indignada se acha contra a governança da província e a intendência de polícia”. Mais à frente, na mesma página, o redator lembrou que “a opinião é a rainha do mundo: e a filha de uma tal qual persuasão e nunca da força” (Periódico *O Capão*, Recife, 06 de outubro de 1866, p. 1), embora os governantes tivessem encontrado maneiras de forçar a construção de uma “opinião” do povo favorável às suas ações. Com isso ele reconhecia que o governo provincial havia produzido um efeito de verdade para o seu discurso.

A “opinião pública” deve ser vista de forma pluralizada, principalmente levando em consideração os impressos jornalísticos como fonte de investigação histórica. Cada impresso vai utilizar os fatos a favor da sua argumentação, podendo, inclusive, anunciar a adesão da “opinião pública” para, só assim, chamar atenção para um maior



público. Seria a dialética presente na publicidade, com a relação entre a produção da informação e a aceitação da mesma. Partindo desta investigação, a análise a seguir apresenta as percepções, por meio da imprensa, sobre o trabalho dos aparatos policiais no Recife da segunda metade do oitocentos. Como os periódicos publicavam suas opiniões sobre o comportamento dos soldados, das autoridades e a estrutura física e burocrática da Polícia.

A ausência ou ineficiência da autoridade policial

Representantes da sua instituição, os policiais andavam entre os espaços públicos da cidade com o poder da farda e das armas para a manutenção da ordem pública. Como aponta Thomas Holloway é através da polícia que “o poder do Estado [invade] o espaço público para controlar e dirigir o comportamento das pessoas” (HOLLOWAY, 1997:19). A coibição de vadiagens, badernas, vandalismos, infrações de posturas, vozerias e crimes (além do combate a incêndios e outras funções de cunho mais social que policial) eram da competências da polícia na segunda metade do oitocentos. Entrementes nem sempre o seu trabalho era feito de forma eficaz. E parte da população do Recife em muito reclamava da ineficiência (ou mesmo da ausência) dos policiais nas ruas.

Muitos eram os desajustes entre a prática policial e as necessidades dos moradores da cidade do Recife. Embebida do que Robert Reiner denomina de “fetichismo da polícia” (REINER, 2004:19), ou seja, a pressuposição ideológica de que a polícia é um pré-requisito



essencial para a ordem social, e que, sem a força policial, o caos viria a se instalar, grande parte da população, principalmente entre os mais abastados, se sentia insegura e desprotegida com a ineficiência do policiamento ou a insuficiência de soldados para fazer as rondas pelos logradouros públicos.

A sensação de insegurança da população aparecia diariamente nos jornais coetâneos – que criticavam a ação (ou falta de ação) da polícia no concernente ao controle do crime. Uma correspondência enviada pelo subdelegado suplente de São José ao delegado do 1º distrito do Recife e publicada no Diário de Pernambuco, em 1850, nos mostra isso:

Ilm. Sr. – Por muitas e repetidas exigências, que os moradores do Aterro de Afogados me tem feito, e considerando que eles tem suma justiça em suas pretensões, e querem ser garantidos em suas vidas e propriedades, porquanto, estando ameaçadas por pessoas suspeitas que efetivamente estão aparecer já atacando os viajantes que por ali transitam, e já também o fazendo a diversas pessoas que ali moram, devendo a polícia estar munida dos necessários meios para prevenir os delitos, e capturar os criminosos garantindo a pessoa e vida dos cidadãos.

[...]

Convindo remediar tudo isso e remover esses obstáculos que impedem o curso ordinário da marcha regular da polícia; eu vou requisitar ao Exm.Sr. presidente da província por intermédio de V. S. uma patrulha de três homens de cavalaria para rondar



*de dez horas da noite até as cinco da madrugada o
sobredito lugar do Aterro de Afogados*

[...]

*Deus guarde a V.S. Subdelegacia de S. José do Recife,
8 de outubro de 1850 – Exm. Sr. tenente-coronel
Rodolpho João Barata de Almeida, delegado suplen-
te em exercício do termo – (Assinado) O subdelegado
suplente em exercício, Francisco Batista de Almeida.
(Jornal Diário de Pernambuco, Recife, 12 de outubro
de 1850, capa)*

Em outras partes da publicação o subdelegado disse que havia apenas duas patrulhas para rondar o aterro, o qual era extenso, possuindo aproximadamente uma légua¹. Os três homens a cavalo, seriam necessários para percorrer esse longo trecho da freguesia de São José com mais rapidez, podendo haver na localidade uma vigilância mais eficaz. Tratando-se do Corpo de Polícia, percebe-se a falta de pessoal para suprir as necessidades da população. Este problema acompanhava a instituição policial desde a sua formação e os principais motivos foram, entre eles, o baixo soldo e a consequente falta de recrutas novos².

Um jornal que também indicou a ausência ou a ineficiência da polícia recifense no combate à criminalidade foi A Província. Em um

1 Uma légua quilométrica é equivalente a quatro quilômetros.

2 Ver mais sobre as condições de trabalho dos soldados de polícia no capítulo 2, “Corpo de polícia no oitocentos”, em LIMA, Emmanuelle Valeska Guimarães de. **“Não temos governo, não temos polícia...”: os jornais e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850-1874)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História, Recife, 2013.



exemplar do ano de 1872, este jornal narrou uma agressão envolvendo dois “homens de bem” da sociedade recifense, numa das ruas comerciais da capital, “em pleno dia”, e à hora que esta rua era mais freqüentada por transeuntes. A agressão deu-se, como podemos depreender da leitura do jornal, por um motivo fútil. Ao dirigir a palavra a João Hygino para perguntar-lhe sobre a saúde da sua cunhada, que, por sinal, era tratada por ele, Santos Mello foi atacado pelo mesmo com uma cacetada por cima da orelha direita, golpe que o fez desmaiar. A violenta reação de Hygino, segundo o jornal, explicava-se pelo fato de que estava “certo da impunidade com a qual, graças à incúria e as desleixo da polícia, [contavam] de antemão todos os criminosos” (Periódico A Província, Recife, 4 de outubro de 1872, p. 2).

A certeza da incúria policial teria feito com que, segundo o jornal, o Sr. Hygino atacasse o médico, mesmo estando ambos na Rua Barão de Vitória – até o ano de 1870 chamada de Rua Nova (ARRAIS, 2004:343) –, caracterizada por um intenso movimento por ser um espaço de comércio. No momento da agressão não havia um rondante por perto. Mas uma questão interessante notada pelo redator foi que “se bem que se desenvolvesse vivo interesse pelo ofendido, não houve quem se lembrasse de dar voz de prisão no ofensor”. A população poderia intervir e segurá-lo até a polícia chegar ao lugar do delito; no entanto, nenhum cidadão se dignou a fazer isso. E a crítica à polícia continuou: “Semelhante falta com que pode ser atribuída à certeza, que em todos domina, de que perde o tempo e o trabalho quem quer que, na quadra atual, apela para a ação dos agentes da polícia em casos, nos quais não há uma vindicta a tomar por motivo meramente político” (Periódico A Província, Recife, 4 de outubro de 1872, p. 2). A relação entre polícia e



política é enfatizada, sendo indicada pelo jornal como o motivo para a ação ou não dos policiais.

De acordo com este periódico, os crimes contra a propriedade eram frequentemente “cometidos ou tentados nesta terra, que [parecia] achar-se em plena acefalia policial” (Periódico A Província, Recife, 4 de outubro de 1872, p. 2). E citou como exemplos, na edição supracitada, o assalto a um negociante da freguesia São Frei Pedro Gonçalves, o qual não teve o nome mencionado e, a ameaça de invasão de propriedade na casa do Sr. Coronel Antônio Pedro de Sá Barreto, na povoação da Torre. A polícia, no entanto, não tinha quaisquer pistas sobre estes criminosos. Para finalizar, o redator afirmava que o governo malbaratava o dinheiro público ao despender a máxima parte da renda da província com a manutenção de um corpo de polícia que [...], de nenhum modo [prestava-se] ao mister a que [era] destinado” (Periódico A Província, Recife, 4 de outubro de 1872, p. 3). Mesmo assim, a população (ou parte dela) continuava a reclamar a presença de um policiamento mais efetivo na cidade.

Retomando o que já foi mencionado acima devemos observar nessa publicação a maneira como o subdelegado se apresenta: “Por muitas e repetidas exigências, que os moradores do Aterro de Afogados me tem feito, e considerando que eles têm suma justiça em suas pretensões [...]”. A autoridade policial toma aqui a forma de um porta-voz de parte da população local, registrando na sua correspondência com o delegado um incômodo (que aparece como opinião coletiva) dos residentes do lugar. Mas, como aponta a moderna historiografia sobre o tema, é bastante questionável a eficácia da polícia no concernente ao controle do crime e dos desvios em qualquer sociedade. Em suma, não bastava



a presença da polícia nas ruas para se instaurar a ordem e a segurança tão almejada pelo governo.

E as opiniões sobre o trabalho da polícia seguiram estampando parte das folhas de periódicos em circulação na cidade. De forma ácida, os impressos denunciavam – ou mesmo poderiam editar as informações para as tornarem mais polêmicas – as falhas dos policiais e as deficiências organizacionais da própria instituição policial. Questões políticas eram levadas em consideração, sendo tomado como um pano de fundo para os posicionamentos críticos de cada periódico. Como foi discutido, esses impressos se apresentavam como divulgadores de opiniões, com o intuito de apontar os erros do grupo dominante ou mesmo da oposição, para defenderem formas políticas e serem aceitos pelos leitores – que estavam insatisfeitos, além de outras questões, com a polícia da cidade.

O periódico O Formigão, em circulação no ano de 1850, apresentava à coluna chamada Ferroadas do Formigão, na qual eram feitos os mais diversos comentários sobre a polícia no Recife e seus problemas cotidianos. A maior parte das reclamações recaía sobre a ausência da polícia nos lugares públicos da cidade e a relação desta falha com o aumento da criminalidade, como mostra a publicação a seguir:

Consta-nos, por informações de pessoas respeitáveis, e fidedignas, que nos subúrbios desta Cidade transitam livremente quadrilhas de ladrões que atacam casas de famílias pobres, roubam cavalos, e cometem toda a laia de depredações, e ataques à propriedade do mais fraco, por isso que deles nenhuma perseguição receiam.



A Policia parece dormir um sono profundo, por enquanto não é possível lhe não tenha chegado ao conhecimento o grande número de roubos praticados pelos tais ladrões formigueiros, pois a nós, que residimos no centro da Cidade, muitos se nos tem referido, e alguns de não pequena monta. [Grifos nossos]. (Periódico O Formigão, Recife, 11 de novembro de 1850, p.1).

O redator de O Formigão expôs o problema enfrentado pela população dos subúrbios recifenses, sempre às voltas com ladrões que praticavam furtos e roubos sem preocupação com represálias das suas vítimas, por elas serem mais humildes e até mesmo porque a polícia não se fazia presente de forma eficaz para a defesa das mesmas. Como destacamos no texto, a ênfase era a de que “a polícia [parecia] dormir um sono profundo” – estando (ou mesmo se fazendo) alheia aos acontecimentos que afetavam a segurança dos cidadãos que moravam nos arrabaldes da capital pernambucana. Como as autoridades não se mobilizavam para resolver a situação, O Formigão se viu no dever de alertá-las:

Agora, porém, um fato recente praticado, há quinze dias, nos obriga a despertar a atenção da Policia, afim de ver se conseguimos, que esta desenvolva alguma atividade na captura dos salteadores. Foi atacada uma pobre mulher no lugar de St. Amarinho, freguesia da Várzea, a quem roubaram 8\$000 réis, único recurso que possuía, e isto em dia pleno, e publicamente. Nesse mesmo tempo passou a tal quadrilha também de dia pelo meio da Povoação da



Várzea conduzindo oito cavalos furtados, sem que nesse trânsito encontrasse obstáculo algum. [...] os ladrões passeiam publicamente conduzindo os objetos roubados, e nenhum embaraço os detém por parte das Autoridades encarregadas de garantir a segurança individual e o direito de propriedade. (Periódico O Formigão, Recife, 11 de novembro de 1850, p.1)

A polícia, no caso da publicação citada, não tomou nenhuma atitude quanto aos assaltos em plena luz do dia, tendo os ladrões a liberdade de circular pelas ruas com objetos, animais e dinheiro furtados ou roubados. Segundo o redator, a polícia vinha falhando na sua função “de garantir a segurança individual e o direito de propriedade.”

A ausência de soldados de polícia em seus postos nas ruas ou mesmo nas rondas diárias aguçava as “alfinetadas” nos impressos. Era, pois uma crítica voltada para o não policiamento por parte da instituição, para o não cumprimento do seu papel de mantenedora da ordem pública – uma função que tanto os redatores destes periódicos quanto alguns segmentos da população, particularmente os que possuíam algum letramento ou recursos financeiros, acreditavam ser da alçada exclusiva da polícia.

Mas se existia quem, dando corpo e forma no Oitocentos ao que Reiner denominou de “fetichismo da polícia”, cobrasse das autoridades uma maior presença policial nas ruas, outros tantos recifenses queriam distância destes homens fardados e armados que invadiam o espaço público para controlar-lhes os passos e o comportamento. Estamos falando em particular das pessoas dos estratos subalternos da sociedade,



justamente as que mais sofriam com a ação truculenta dos policiais. Havia também os que criticavam a instituição por suas relações diretas com a política vigente – transformando-se em um instrumento eleito-reiro nas mãos dos grupos políticos que estavam no controle da máquina administrativa. Embora, convenhamos, esta crítica fosse comum a quem estivesse na oposição.

Também foi cobrada por O Formigão uma maior atuação das autoridades policiais civis, como foi o caso da publicação do redator sobre o comportamento do subdelegado da freguesia do Recife:

Mais cuidado na Policia, e menos em passear, Sr. Subdelegado do Recife!

Os becos do Porto das Canoas, e das Miudinhas estão intransitáveis para as famílias honestas, e pessoas sisudas.

Não só as palavras obscenas e nojentas se jogam aí todos os momentos em altas vozes, como a imoralidade tem chegado a ponto de as mulheres públicas atravessarem os becos e ruas à moda de Venus!

Não é possível que o Sr. Subdelegado deixe de ignorar tanto escândalo; mas como assim não há de suceder se sua mercê reside mais no sítio, de que no distrito! Se sua mercê sai para o sítio às 4 horas da tarde, e volta às 9 do dia abandonando a policia aos Inspetores de Quarteirão; que, se por acaso prendem alguma dessas impudicas, e a manda para o Quartel do corpo de policia, não é recebida, salvo se tem belas feições... Sr.



Oliveira, quem quer ser Sub-delegado passeia menos e trabalha mais. (Periódico O Formigão, Recife, 2 de Dezembro de 1850. p. 4).

Esses becos, do Porto das Canoas e das Miudinhas, localizados na freguesia do Recife, ou seja, na área portuária, estavam inseridos em um universo pontuado por tabernas e lupanares – onde as prostitutas saciavam os desejos tanto de marujos estrangeiros quanto dos próprios moradores da cidade. O periódico apresenta estes becos como um cenário luxurioso, imersos em um clima de perversão comportamental dos que ali estavam tanto nas formas de falar e se vestir quanto, principalmente, no tocante às meretrizes.

O dever do subdelegado era colocar ordem no ambiente, afim de que as “famílias honestas e pessoas sisudas” pudessem transitar sem receios pela localidade. Porém, a autoridade não se encontrava no seu posto no horário da noite, indo para seu sítio no final da tarde e retornando apenas pela manhã do dia seguinte. Os inspetores de quartelão eram as autoridades responsáveis na ausência do subdelegado. Entretanto, segundo a publicação, eles não conseguiam levar a ordem a tais lugares. E mesmo quando um ou outro cumpria com as suas obrigações e prendia alguma dessas impudicas e a levava para o quartel do Corpo de Polícia, ela não era recebida – a não ser, por razões óbvias, quando tinha belas feições. Com isso, a publicação insinuava que os soldados de polícia compactuavam com a situação de meretrício.

Outro caso de ausência da ação da polícia foi no caso do senhor de engenho que, em novembro de 1850, mantinha um escravo em cárcere privado e sofrendo açoites diários:



Corre como certo, que Antônio de Souza Leão, senhor do engenho Serraria, Comarca de St. Antão, conserva preso em sua casa um escravo, pardo, de nome Prudêncio, que degolou a outro, de nome Raymundo, e todos os dias lhe manda dar uma surra de bacalhau, a fim de o matar em açoites. Barbarismo! Onde está a Polícia, a justiça! (Periódico O Formigão, Recife, 25 de novembro de 1850. p. 4.)

As surras constantes no escravo, mesmo este tendo assassinado outro, causou aparente indignação por parte do redator do periódico. É possível que esta sua indignação acompanhasse o (ou se refletisse no) pensamento de pelo menos uma parte dos cidadãos recifenses. A Lei Eusébio de Queiroz, proibindo o tráfico negreiro, já havia sido assinada no mês de setembro de 1850. As discussões abolicionistas ainda não permeavam as conversas no espaço urbano, mas a sociedade ia lentamente desenvolvendo uma nova visão em relação ao sistema escravista. Segundo o periódico liberal, a polícia deveria ter tomado uma atitude em relação ao comportamento do senhor Antônio de Souza Leão para acabar com este “barbarismo”.

Podemos perguntar o que levou o redator deste periódico a denunciar o tratamento desumano de Antonio de Souza Leão ao seu escravo: seria uma prova de que o mesmo agiu movido por princípios humanitários (que, saliente-se, não desapareceram da sociedade escravista recifense) ou seria mais uma maneira de se atingir o grupo político a quem ele fazia oposição? Se o referido senhor de engenho pertencesse às hostes políticas contrárias as do redator do jornal, isso poderia explicar tanto a leniência policial para tratar da questão (afinal, a ação



policial geralmente costumava ser rápida e dura apenas com quem não era correligionário do governo) quanto a presteza d'O Formigão em denunciá-lo à opinião pública.

Ainda tratando da falta de ação dos policiais, o periódico A Crise, que circulou no Recife nos anos de 1864 e 1865 abordou essa questão. Mesmo sendo o periódico de consolidação do Partido Progressista, seus redatores afirmavam não ter a intenção de tomar posicionamento político: “[...] em primeiro lugar convém dizer, que não temos parcialidade política; e o nosso fim é tão somente satirizar e criticar o que estiver sob esse ponto de vista, guardando-se as conveniências necessárias” (Periódico A Crise, Recife, 12 de dezembro de 1864. p. 1). Para isso se valiam de ilustrações de humor satírico.

Entre suas críticas, uma ilustração chama atenção por se referir ao Corpo de Polícia da cidade (Imagem). Nela podemos ver a representação de um incêndio em uma loja de trastes da Rua das Cruzes. Enquanto o prédio ardia em chamas altas, os policiais, “em exercício das suas funções” (Periódico A Crise, Recife, 8 de janeiro de 1864. p. 3. APEJE) não faziam nada para debelar o sinistro: um apenas observando, outros conversando entre eles, olhando outro que tropeçou na rua, simplesmente alheios ao grave acidente.



FIGURA I:



Fonte: *A Crise: periódico caricato, crítico, faceto e literário*. Recife, 08 de janeiro de 1864, p. 3. APEJE.

Um diálogo fictício entre “Garibaldi e seu senhor” retrata o acontecimento visto pela primeira personagem, a qual indica que “o incêndio já estava em um estado bem avançado” e “ainda não tinha chegado ao conhecimento da polícia.” E prossegue:

Ri-me à ficar doente, de ver um certo inspetor de quarteirão semelhante a um doudo, apitando continuamente, e a percorrer o espaço de 10 passos em torno de si. Oh! Meu senhor! A cena estava engraçada. Já as labaredas saíam pelas portas quando a matriz de S. Antônio deu o primeiro sinal, e quando



não havia mais fogo à apagar, eis que chegaram as bombas. (Periódico A Crise, Recife, 8 de janeiro de 1864. p. 2)

Debelar os incêndios na cidade do Recife era encargo da Repartição de Polícia. Esta, entretanto não tinha estrutura para este trabalho.³ Um dos problemas recorrentes era a dificuldade de se conseguir água suficiente para apagar incêndios de grande proporção (ARRAIS, 2004:139). Por não haver uma organização para este serviço, na maioria das vezes ele era falho, como foi visto na citação acima, ocasionando transtorno para os que eram vítimas da calamidade e para as pessoas que moravam na vizinhança do(s) prédio(s) sinistrado(s).

A falta de atitude de alguns policiais em meio aos problemas cotidianos da cidade do Recife em muito incomodava os cidadãos. Parte da imprensa fazia questão de divulgar essa ausência expondo implicitamente críticas sobre a administração da província.

3 Foi somente no ocaso do império, em 1887, que o governo provincial de Pernambuco organizou uma Companhia de Bombeiros. Esta, como sugere a sua denominação, possuía uma vertente militar – sendo composta por “um comandante, um tenente coadjuvante, um alferes almoxarife, um 1.º sargento chefe de serviço, um 2.º dito chefe da turma, dois cabos de esquadra chefes de bombas, 23 bombeiros e um corneteiro”. Um ano depois, o presidente da província avaliou que os seus serviços vinham sendo prestados “de modo satisfatório.” Relatório do presidente da província Joaquim José de Oliveira Andrade, em 15 de setembro e 1888. Anexo B, p. 5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/707/000022.html>. Acesso em: 27 dez. 2012



Considerações Finais

A imprensa no contexto aqui estudado já se constituía em um instrumento importante para a divulgação de ideias e influências na formação da opinião pública com os seus discursos e pontos de vista conflitantes. E as instituições policiais foram alvo de críticas publicadas, estas muitas vezes guiadas pelos direcionamentos políticos dos tais periódicos. Enquanto representantes da ordem pública, os aparatos policiais tinham o dever de se apresentarem eficientes e com disposição a controlar os desvios disciplinares no espaço público. Mas a instituição policial era evidentemente formada por pessoas, o que naturalmente abre margem para desvios e desordens dentro da própria instituição. Isso indica que os próprios soldados de polícia ou seus superiores agiam para além da Instituição, ou seja, com seus próprios princípios e experiências de vida. No entanto, enquanto representantes dos símbolos que carregavam no fardamento, enquanto empunhavam armas autorizadas pelo Estado, deveriam se preocupar com seus comportamentos... caso não quisessem ser pegos pelas ácidas críticas publicadas.

Referências

- ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século IX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 66.



- ____. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (org). **O Brasil Imperial**: volume II, 1831-1870. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MATHEUS, Carlos. **As opiniões se movem nas sombras**. São Paulo: Atlas, 2011.
- MOUILLAUD, Maurice. **O Jornal**: da forma ao sentido. Sérgio Dayrell Porto (org.), Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco**. (1821-1954). Recife: Imprensa Universitária – UFPE, 1966. Vol. II – Diários do Recife 1829/1900.
- PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- RÉMOND, René (Org). **Por uma história Política**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Tese



(Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco,
Recife, 2003.

Fontes

Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE)

A Careta. Pernambuco: Tipografia do Correio do Recife. 1870.

A Crise: periódico caricato, crítico, faceto e literário. Recife: Tipografia Commercial. 1865.

O Capão: político e noticioso. Recife, Tipografia Popular. 1866.

O Espectador: publicação teatral, crítica e literária. Pernambuco
Tipografia; de M.F. Farias. Recife. 1851.

O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico.
Recife: Tipografia Liberal. 1850.

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)

Micro-filmes

Diário de Pernambuco. 1851. Recife.

Obras Raras

Almanack: administrativo, mercantil e industrial da Província de Pernambuco para o anno de 1860. Organizado por José de Vasconcelos. 1º ano. Pernambuco: Typ. Commercial de Geraldo H. de Mira & C. 1860.



Diário de Pernambuco. Recife, 12 de outubro de 1850, capa (Publicação a Pedido). FUNDAJ. (Microfilmes)

Sites

A Província: órgão do Partido Liberal. Recife, 4 de outubro de 1872, p. 2-3. Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/128066/per128066_1872_00009.pdf. Acesso em: 20 ago. 2012 23:02.

Relatório do presidente da província Joaquim José de Oliveira Andrade, em 15 de setembro de 1888. Anexo B, p. 5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/707/000022.html>. Acesso em: 27 dez. 2012





HIERARQUIAS, TENSÕES E AUTONOMIA NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

Maria Emília Vasconcelos dos Santos

(Re)sentimentos senhoriais

Durante todo século XIX a liberdade foi conquistada por auto compra realizada pelos cativos, mas, também por “concessões” dos senhores, que tinham a pretensão de criar uma rede de dependentes. Em muitos casos os ex-senhores entendiam que a liberdade não quebrava os vínculos existentes com os libertos. De acordo com a lógica senhorial, as relações estabelecidas após a alforria deviam estar baseadas pelo sentimento de gratidão e por lealdades pessoais, gerando confusões em torno do entendimento dos significados da liberdade para os ex-senhores e para os ex-escravos.¹

1 LIMA, Tatiana Silva de. *Os nós que alforriam: relações sociais na construção da liberdade*. Recife, décadas de 1840 e 1850. Dissertação de Mestrado em História, UFPE, Recife, 2004.



O pequeno livro de memórias intitulado *Um Livro Sem Título* (*Memórias de uma Provinciana*) de Adélia Pinto² traz o relato de uma mulher pertencente às camadas médias da sociedade pernambucana que circulou pelos engenhos açucareiros. A narrativa de Adélia Pinto sobre a região da Mata Sul de Pernambuco inicia-se em meados do século XIX e ela registrou situações a respeito da vida familiar, das visitas feitas e recebidas, da criadagem, do fim da escravidão, das comemorações e festividades anuais, como os saraus, o bumba-meu-boi e o São João. Tais rememorações foram registradas quando a autora tinha por volta de 80 anos, portanto o tempo da escrita dista do tempo narrado.

Percebemos que os escritos da autora refletem o contexto histórico, seu gênero e seu repertório de referências literárias. Também observamos que Adélia se aproveitou do gênero de memórias para construir a sua narrativa com leituras do tempo da infância, da juventude e da maturidade. O gênero memórias era compartilhado em Pernambuco por muitos homens e já existia certa tradição desse estilo narrativo entre eles: Joaquim Nabuco, Júlio Bello, Mário Sette, Gilberto Freyre, Hermilo Borba Filho entre outros que devem estar no anonimato. Os autores citados legaram memórias que, em linhas gerais, versaram a respeito dos anos finais da escravidão e do imediato pós-abolição e muitas delas foram escritas em meados do século XX³. Não podemos esquecer

2 Pinto, Adélia, *Um Livro sem Título (Memórias de uma Provinciana)*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1962. O livro é dividido em 33 capítulos curtos e a narrativa não segue uma ordem cronológica, por vezes, as temporalidades misturam-se.

3 Nabuco, J. *Minha formação*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004, p. 182. Texto escrito originalmente entre 1893-1899; Bello, J. *Memórias de um senhor de engenho*. 3ª ed. Recife: FUNDARPE, 1985; Sette, M. *Memórias íntimas: caminhos de um coração*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980; Freyre, G. *O velho Félix e suas Memórias de um Cavalcanti*.



que quem prefaciou o livro de Adélia Pinto foi Gilberto Freyre, o qual anos antes havia publicado o seu diário e um livro de memórias de um Senhor de Engenho da Mata Sul. E é exatamente nesse universo que se insere a escrita memorialística de Adélia Pinto. Segundo o historiador catalão Tarrés os relatos memorialísticos sofrem influência recíproca porque se encontram dentro de um contexto literário-cultural do momento em que foram escritos⁴.

As memórias como os demais registros pessoais constituem um importante campo de observação da vida doméstica e familiar, mais difícil de perceber por outro conjunto de fontes. Os leitores conferiam mais veracidade a esse tipo de narrativa porque esses textos foram escritos em primeira pessoa ou na terceira pessoa e isso induz que o relato foi feito por uma pessoa que viveu as situações registradas. Um texto escrito na 1ª pessoa indica um relato pessoal já na 3ª pessoa o escritor conta a história de alguém que não é ele, ou seja, o narrador conta aquilo que viu. Não podemos esquecer que todos os textos escritos são seletivos, um livro de memórias não foge a esta regra porque em seu processo de confecção o passado é evocado, recordado e representado no presente. Mesmo que os dados tenham sido trazidos da realidade houve a eleição das situações vivenciadas que ganhariam o status de registrável, ou seja, aquilo que deve ser e como deve ser lembrado e esquecido.

Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959; Freyre, G. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915-1930)*, 2.ed., São Paulo, Global, 2006. Borba Filho, Hermilo. *Margem das lembranças. Um Cavaleiro da Segunda Decadência - I*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966. Editora Mercado Aberto, RS, 2a. edição, 1993.

4 TARRÉS, Antonio Simón. "Memorias y Diarios Personales de Cataluña Moderna". *Revista Historia Social*, Valencia, vol 2, 1998, Fundacions Instituto de Historia Social, p.131.



Podemos afirmar, que o registro de memória produzido por Adélia e por ex-senhores e ex-senhoras esteve marcado pela discussão do Regionalismo e de sua experiência de classe. Nesse sentido, Maciel Carneiro⁵ salienta que:

Alguns memorialistas, todavia, nem escritores são no sentido estrito da palavra, mas, imbuídos de sentimento regionalista e tradicionalista sorvido na experiência de uma classe em decadência, decidem registrar fatos emblemáticos de seu passado, constituir um quadro histórico das transformações de uma época⁶.

Assim, vê-se que em Pernambuco existiu um compartilhamento de experiências de classe, de uma região e de estilos narrativos que tinham as histórias de vida como fio condutor. Contudo, o que nos interessa mais diretamente na narrativa de Adélia Pinto são os momentos em que ela menciona as questões da escravidão e da abolição. Durante umas das passagens do seu texto, quando faz referência a abolição do cativeiro, ela comenta: que tinha apenas nove anos quando foi assinado o Decreto de “Alforria”.⁷ Ana Rios observou nas entrevistas com descendentes de libertos, do sudeste brasileiro, no pós-abolição que alguns marcos de memória familiar estavam centrados na passagem da

5 SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais* Op. Cit.. O estudo versa sobre as criadas (escravas domésticas, libertas, livres pobres) e as senhoras e senhores que foram afetados pelas mudanças políticas e sociais das últimas décadas da escravidão, na Bahia e em Pernambuco, e que se tornaram personagens de registros de memórias.

6 Idem. p. 118.

7 PINTO, Adélia. Op. Cit., p. 176.



escravidão para a liberdade com referências, por exemplo, a lei do ventre livre⁸. Esse evento simbolizava um marco familiar, aqueles nascidos após a lei Rio Branco passaram a ser chamados de “ventre-livre”. Esse novo termo era muito utilizado pelos entrevistados para demarcar um status diferenciado com relação ao seu ancestral dentro da escravidão. Do mesmo modo ocorreu com os descendentes de proprietários de escravos embora as lembranças concentraram-se no dia 13 de maio de 1888 e nos dias seguintes a esse evento. Situação difícil para muitos deles que viram sua autoridade senhorial e fortunas ruírem por isso essa experiência foi tão marcante em suas vidas⁹.

A narrativa da autora nos possibilita a apreensão de uma determinada realidade social e histórica. De acordo com a autora ela e sua mãe tinham horror à escravidão e a prova deste fato é que, “numa época em que só se achava gente de serviço entre escravos, nunca possuiu um só deles”¹⁰. Embora utilizassem do serviço de duas escravas alugadas. Com a proximidade da vida doméstica sua mãe teria se apegado a uma delas, a escrava Maria. Depois de um tempo, de acordo com suas memórias, Maria tornou-se “insuportável” e a mãe de Adélia, que em parte queria recompensá-la pelos serviços prestados e também queria que ela ficasse livre para organizar sua vida, comprou-a de seu senhor e a alforriou. Não sabemos se essa bondade resultara de um espírito calcado nos ideais de liberdade para todos ou se Maria vinha empregando no cotidiano doméstico gestos considerados ousados

8 MATTOS, Hebe Maria. & RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

9 ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação*. Op. Cit..Ver o tópico – “Conserve-se a Palavra Senhor!”.

10 PINTO, Adélia. Op. Cit. p.176.



para uma escrava. Essa lembrança é demasiado tributária do discurso senhorial, sem levar em conta as eventuais leituras alternativas. Temos conhecimento que, quando livre, a alforriada Maria escolheu a casa de um primo de Adélia onde se empregou e mais tarde desapareceu para sempre.¹¹ O fato foi recordado com ressentimento pela escritora. A memorialista colocou a abolição da escravidão como uma concessão senhorial – o Decreto da alforria. Essa rememoração indica como esse evento foi entendido por Adélia, como uma dádiva. A atitude indica um esforço para manter sua autoridade senhorial ou laços de dependência da ex-escrava com sua família.

Uma explicação plausível para o gesto louvável, a compra da alforria da escrava Maria, residia também no aprendizado de repertórios comportamentais senhoriais dos tempos do cativeiro: recompensar na expectativa de receber como agradecimento a continuidade da prestação de serviços ao antigo senhor. O uso de alforrias, recompensas e privilégios por parte dos senhores, visando disciplinar e moldar a força de trabalho escravo, premiando certos tipos de comportamentos e ao mesmo tempo punindo outros. Essa prática forjou uma política que procurava conservar a força de trabalho através de incentivos, prêmios e privilégios individuais distribuídos aos escravos e aos libertos. Já os ex-escravos tinham direito de escolher seus patrões e exercer a sua mobilidade da maneira que melhor lhe conviesse. Depois da Abolição a política de incentivos mudou, principalmente, por conta da concentração fundiária na mão de poucos proprietários. Desse modo os senhores puderam influenciar na fixação da população trabalhadora rural nos engenhos com a concessão de um pedaço

11 Idem. pp. 175 e 176.



de terra cuja posse era bastante precária e prover parcamente o trabalhador e sua família com alimentos.¹²

O sistema escravista propunha uma hierarquia idealizada entre senhores e escravos, com os primeiros desempenhando seu direito de mando e os últimos submetidos a uma série de infortúnios como propriedades que eram. Romper essa hierarquia no pós-abolição não foi tão fácil já que este tipo de organização social pretendia ser mantido por várias gerações. Com o advento da abolição alguns ex-senhores colocaram em prática algumas estratégias para prolongar condições de trabalho do tempo da escravidão. Para alguns, uma das estratégias mais eficazes para lidar com o advento do fim da escravidão era manter uma rede de relações composta de ex-escravos cedendo-lhes alguns favores e para outros escritos memorialísticos cheios de ressentimentos foi o que lhes restou fazer.

Os homens e mulheres de cor que saíram da escravidão ou a ela estiveram ligados por diversos motivos deveriam ser cordatos na visão da classe socialmente dominante no período pós-abolição. Adélia Pinto em sua tentativa de mostrar os dissabores do mundo senhorial apresentava os libertos como rebeldes e ingratos. Por meio desse registro escrito ela também tentava demarcar os lugares sociais atribuídos a negras e brancas no imediato pós-abolição, que era respectivamente o exercício da obediência e do mando.

Enfim, os ex-senhores lamentavam-se da maneira como os antigos escravos passaram a se comportar. Muitos ex-cativos afrontaram seus antigos senhores, gente branca que não possuiu escravos e a polícia

12 DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife : Ed.Universitária da UFPE, 2007.



promovendo algazarras, furtos e quebras de etiquetas estabelecidas na ordem escravista, como por exemplo, o tom da voz em negociações cotidianas. José Maria Bello em suas memórias disse que, após a abolição, os ex-escravos não se importariam em procurar trabalho, aumentavam o número de ociosos e, conseqüentemente, proveriam suas necessidades através de assaltos às propriedades privadas. Em alguns casos os libertos passaram a praticar furtos e assaltos como meio de serem recompensados por anos de trabalho sem remuneração.¹³

A partir da emancipação dos escravos e do advento da República foram recriadas práticas de negociação e conflito no cotidiano dos trabalhadores dos engenhos, inclusive com a permanência de laços de dependência e lealdade forjados na escravidão e reestruturados no dinamismo das experiências e vivências sociais do pós-abolição.

Dependência e Gratidão

As pessoas que acabaram de sair da escravidão refizeram as suas vidas em meio a hostilidades e incertezas, e isso não foi tarefa fácil, e entre as estratégias para se inserirem nesse novo contexto estava se comportarem como sujeitos dependentes e gratos. O desejo de permanecer no lugar onde já estavam trabalhando, com moradia independente e com meios mais concretos para organizar a vida foi por vezes motivo suficiente para alguns indivíduos permanecerem no local onde tinham sido cativos. Esse foi o caso do liberto Felisberto e

13 BELLO, José Maria. *Memórias*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, Coleção Documentos Brasileiros, 1958.



a sua história nos chegou através de fragmentos documentais que o indicavam ora como trabalhador escravo ora como trabalhador livre do Engenho Gaipió¹⁴.

Na madrugada do dia 21 de abril de 1889, trabalhadores do Engenho Gaipió, fizeram um samba em uma das senzalas.¹⁵ Nessa ocasião Jeronymo Leonardo, de 22 anos e natural de Buíque (sertão pernambucano) assassinou com cacetadas de um cabo de enxada o ex-escravo Manoel Pereira, estribeiro, conhecido por Manoel Gerente. Notificado o crime, o subdelegado foi chamado para proceder às diligências, iniciar as investigações e logo depois dar início a confecção dos autos do inquérito policial.

Encontramos nesse processo, um grupo de trabalhadores chamados a depor, dois deles tinham sido escravos do Doutor Ambrósio Machado, apresentavam sobrenome e eram pai e filho. Na lista de matrícula de escravos de 1872, encontramos Felisberto que no processo de 1889 se apresentou como Felisberto da Cunha Freitas e do mesmo modo e na mesma ocasião, Ezequiel adotara o sobrenome Mendes da Silva. De onde vinham esses sobrenomes? Por que pai e filho não adotaram – Machado da Cunha Cavalcanti – como o do seu antigo senhor e atual patrão?

A maioria dos escravos era designada apenas pelo primeiro nome ou pelo nome seguido de designativos de procedência como,

14 O Engenho Gaipió, localizado no Município de Ipojuca, foi fundado por José Félix da Câmara Pimentel em 1863. Posteriormente foi vendido ao Doutor Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, que se mudou para lá com sua família no dia 25 de maio de 1882. Esse engenho tinha como atividade principal a produção de açúcar e em 1886 contava com 85 escravos quase todos destinados ao serviço da indústria canavieira.

15 Apelação crime do Jury da Cidade do Cabo. Apelante – o Dr. Juiz de Direito. Apelado – Jeronimo Leonardo da Silva. Ipojuca, 1889, MJPE.



por exemplo, Maria Conga e ainda de lugar de origem como o de João Alagoas. É possível que, com a conquista da liberdade, os ex-escravos tenham achado esse momento o mais oportuno para adotar um sobrenome. Talvez alguns deles inventassem novos sobrenomes, sem ligação com os nomes de ex-senhores, para afastarem-se de uma associação com a escravidão. Nesse sentido, há um comentário no artigo de Eric Foner sobre as mudanças ocorridas na vida dos negros no período do pós-emancipação nos Estados Unidos e que corrobora nossa argumentação:

Os escravos recém-libertados procuraram de inúmeras formas ‘livrar-se da marca da escravidão’ a fim de destruir a autoridade real e simbólica que os brancos haviam exercido sobre todos os aspectos de suas vidas. Alguns adotaram nomes novos, que refletiam as profundas esperanças inspiradas pela emancipação.¹⁶

Em *Memórias do cativo*, a partir de um depoimento oral, Hebe Castro e Ana Lugão Rios viram que o uso do sobrenome estava ligado a uma relação estreita com o senhor. Acreditamos que a astúcia com os sentimentos de temor e gratidão pautavam as relações da população de ex-cativos com os chefes locais, o que acabou por influenciar na adoção de seus sobrenomes. Nem todos, porém, puderam ou quiseram adotar o sobrenome do ex-senhor.¹⁷

16 FONER, Eric. “O significado da liberdade”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, nº 16, 1988, p.12.

17 RIOS, Ana Lugão; CASTRO, Hebe Mattos de. *Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



O que teria levado os dois libertos a adotar sobrenomes distintos de seu ex-proprietário? Poderiam ter adotado sobrenomes de antigos senhores, esse foi o caso de Felisberto ou apenas escolhido outro sobrenome por questões para nós desconhecidas. De qualquer modo é preciso lembrar que o sobrenome dava um sentido de identidade, de pertencimento, de equiparação aos demais cidadãos e era um modo de ressignificar a liberdade. Quando as circunstâncias exigiam, o nome completo era apresentado; para os interlocutores uma vez ele fosse pronunciado devia emitir significados práticos nas relações cotidianas, como, por exemplo, lembrar que o nomeado estava inserido em uma rede de proteção. Qual sobrenome e porque adotá-lo eram questões que obedeciam a razões pessoais de cada ex-escravo.

Para Zeuske, com o final do regime escravista, os nomes desempenharam um papel de suma importância para a identidade pessoal. No caso cubano, alguns sobrenomes serviram para identificar ex-escravos e marcá-los nos baixos estratos sociais; subordinando-os no campo político e econômico. No caso pernambucano/brasileiro, cremos que a adoção de sobrenomes foi uma prática social vitoriosa no cotidiano de ex-cativos para afastá-los da escravidão e para aproximá-los do reconhecimento como pessoas livres. Textos de valor legal e ritual, como processos judiciais, ao veicularem sobrenomes com o registro de atitudes vistas como de homens livres ajudava na construção da imagem de pessoa efetiva e legalmente livre para os libertos, enquanto ainda imperava o regime escravista.¹⁸

18 ZEUSKE, Michael. "Estructuras e identidad en La "segunda esclavitud" (caso Cuba, 1800-1940)", *EAVirtual*, n. 2.



Ter sido escravo era um momento da história de vida que alguns ex-escravos queriam apagar, pois a lembrança dessa fase de suas vidas os colocava no lugar da subordinação aos senhores brancos. Transpor esse passado incluía construir uma nova identidade de homem livre. Utilizar um sobrenome, usar variados sobrenomes em diferentes momentos ou chegar a adotar um que achasse mais adequado, fazia parte da estratégia conflituosa de criar uma identidade individual e familiar.

No caso cubano à adoção dos sobrenomes dos antigos senhores por seus escravos e ex-escravos poderiam seguir alguns determinantes.

... muitas vezes o sobrenome, que era em geral o do primeiro senhor, terminava incorporado a história familiar que os membros da família escrava levavam de um lugar a outro, quando eram vendidos ou herdados, sem dúvida este sobrenome os conectava a um lugar e a seus parentes: mães, pais, tios e irmãos e os dotava de uma identidade que em nada tinha a ver com o dono atual.¹⁹

Para consolidar vínculos simbólicos os libertos tomavam o sobrenome dos seus antigos senhores. Muitos deles depois de libertados buscavam a proteção dos seus ex-senhores para resolver conflitos e angariar benesses. O uso do sobrenome do antigo proprietário poderia até mesmo para facilitar, quando ainda vigia o escravismo, o trânsito de libertos. Um sobrenome senhorial indicava boa conduta uma qualidade importante para quem iniciava a vida em liberdade e precisava

19 DÍAZ, Aisnara Perera; FUENTES, María de los Ángeles Meriño. *Nombrar las cosas: aproximación a la onomástica de La familia negra en Cuba*. Guantánamo: Editorial El Mar y La Montaña, 2006, p.63.



circular entre engenhos e por vezes entre cidades.²⁰ A manutenção de um sobrenome, mesmo quando a ligação genealógica é superficial ou inexistente, ainda assim possibilita ao seu portador carregar consigo as virtudes e o crédito social daquela família.

A história de Felisberto e Ezequiel, em alguns aspectos, pode ser a de muitos outros ex-escravos e libertos. A experiência dessa família pode ser representativa de um campo de possibilidades sociais acessíveis e possíveis aos indivíduos que viveram nesse momento histórico específico. Pai e filho pertenceram à mãe do Doutor Ambrósio Machado, Dona Ana Rosa da Cunha Freitas e tinham sido trazidos da Província de Alagoas para a de Pernambuco. Isso ocorreu, provavelmente, entre os anos de 1867 e 1868, quando o referido senhor mudou-se do Engenho Unassú para o Engenho Arandú de Baixo atuando como renteiro, no Município de Ipojuca.²¹ Felisberto assumiu o sobrenome da família senhorial de origem e não a do ramo familiar para a qual foi levado em Pernambuco. O fato pode indicar ligações afetivas com o lugar e com as pessoas do lugar onde residia a sua primeira proprietária.

Observando os dados constantes na lista de matrícula de escravos de 1872, Felisberto foi descrito como mulato, com 35 anos, natural de Alagoas, feitor, com o valor de 2:500\$000 reis e viúvo. Sua esposa, já morta, seus cinco filhos, um deles também já morto, aparecem como

20 Ver capítulo 5 – A família dos “Inácios”: práticas de nomeação e memória da escravidão. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente de Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847-tempo presente)*. Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 2013.

21 “Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti. Lembranças e apontamentos para meus filhos e netos”, op. cit., pp. 430 e 438.



escravos. Seus quatro filhos restantes continuaram escravos até o ano de 1886. Já no processo não é feita nenhuma menção a sua cor nem à condição cativa, vivida anos antes por pai e filho. Isso implica sugerir que esse fato se deveu ao peso do estigma negativo da antiga condição.²²

Felisberto era feitor. Os feitores eram responsáveis por coordenar, fiscalizar a gestão do tempo e do trabalho desempenhado por escravos e homens livres, eles podiam também submeter castigos e humilhações aos seus comandados e deviam informar ao senhor sobre todas as ocorrências acontecidas dentro de sua propriedade. Luis Carlos Soares destaca que essa era uma atividade que podia ser exercida, tanto nas áreas urbanas como rurais, por homens livres brancos, imigrantes portugueses, libertos negros e mestiços ou ainda por escravos. Para essa ocupação, os senhores escolhiam os escravos considerados os mais fiéis.²³ Os feitores tinham de defender a propriedade do patrão, muitas vezes na ausência deste, e manter a lealdade dos trabalhadores logo, é uma posição que exigia responsabilidade e confiança.²⁴

Alguns feitores foram rígidos no exercício de suas funções para garantir o bom andamento do trabalho e a disciplina desagradando os cativos sob seu encargo criando um clima de permanente tensão. Talvez esse tenha sido o caso ocorrido em 18 de maio de 1882, no qual

22 No auto de Justificação de posse datado do ano de 1887, reencontramos Ezequiel Mendes da Silva, pelo que nos parece a essa altura era homem liberto (não há referência alguma a seu status jurídico). Como morador do engenho era uma testemunha credenciada para emitir um depoimento acertado sobre a causa em questão, afirmou que era de seu inteiro conhecimento ser o escravo Damião propriedade do doutor Ambrósio.

23 SOARES, Luis Carlos. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. pp. 197 e p. 198.

24 MONSMA, Karl, “Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43.



o Delegado do Município de Escada oficiou ao Chefe de Polícia que o pardo Henrique, escravo no Engenho Refresco, havia matado com facadas o feitor Gonçalo da Rocha.²⁵ Talvez essa atitude fosse um revide por insultos e ofensas que havia sofrido desse feitor em outras ocasiões.

A regularidade na escrita da palavra feitor não nos dá a dimensão dos movimentos dos seus significados ao longo do tempo. Ser feitor antes e depois da Abolição, de acordo com os ofícios policiais e processos judiciais, apresentou mudanças no comportamento de quem exercia esta função junto aos sujeitos do seu entorno. Tal ocupação não foi exercida de maneira constante, mas seguramente nos dois momentos ser feitor comportava exercer grande autoridade sobre os seus subordinados, vigiar e gerir os seus trabalhos. Luiz Alberto Couceiro, por sua vez, argumenta que durante a escravidão os feitores tinham liberdade para punir os escravos com maior violência, já para os homens livres outras regras de negociação das condições de trabalho eram utilizadas.²⁶ Supomos que a diferença se deu na diminuição da possibilidade de se punir os trabalhadores com castigos físicos mais severos no pós-abolição. Por fim, tal designação ocupacional comportou novos significados ao longo do tempo e articulou-se de acordo com as mudanças que as relações sociais operaram.

Talvez a conquista da liberdade para Felisberto tenha sido fruto de uma estratégia já bastante conhecida por outros cativos: fidelidade ao senhor e execução de suas obrigações da melhor forma possível.

25 Ofício da Delegacia de Escada em 18 de maio de 1882, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada Nº 130, (1877-1887).

26 COUCEIRO, Luiz Alberto. “A disparada do burro e a cartilha do feitor: lógicas morais na construção de redes de sociabilidades entre os escravos e livres em fazendas do Sudeste, 1860-1888”, *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2003, V. 46, n. 1.



Agindo dessa forma, muitos foram recompensados com a alforria e outros ganhos. Felisberto não tinha o controle sobre os elementos disponíveis na elaboração de estratégias pessoais de ascensão social, pois a tática adotada nunca era absoluta, sujeitando sua trajetória e a do seu filho a situações de riscos e incertezas. O feitor Felisberto era um homem adulto, viúvo, com filhos escravizados (até 1886) e vivendo em um engenho onde tinha sido escravo. A condição do feitor não era a das mais confortáveis, mas ainda assim quem exercia essa ocupação vivia uma situação diferenciada por causa do seu ofício e pela conquista da liberdade. Ambrósio Machado já tinha experiência na administração de um engenho e de escravos, compartilhava do *ethos* senhorial escravista, pois vinha de uma família de proprietários de cativos e de terras. Esse senhor sabia que distribuir recompensas como prêmios em dinheiro, comida, acesso a roças de gêneros alimentícios, melhores condições ou melhores ocupações aos seus prepostos ou a própria liberdade. Tais incentivos podiam ser fundamentais para estimular a lealdade e a dedicação na execução dos seus compromissos e deveres. Em seu livro de notas registrou no dia 11 de maio de 1888 que tinha dado liberdade a todos os seus escravos, por causa do decreto do dia 9 do mesmo mês apresentado pelo Ministro da Agricultura na Câmara dos Deputados, libertando todos os escravos do Brasil. Embora, dizia ele, já tivesse passado algumas cartas de liberdade para alguns escravos que lhe “tinham prestado melhores serviços”.²⁷

Nenhum dos moradores dos engenhos ignorava a importância de estabelecer alianças com o proprietário. Por exemplo, um empregado

27 CAVALCANTI, Ambrósio Machado da Cunha. “Lembranças e apontamentos para meus filhos e netos”, op. cit., p. 443.



mais dedicado e prestativo era tratado com maior deferência pelo proprietário do engenho. Este poderia até receber o direito a uma modesta casa, cultivar uma pequena lavoura no seu quintal, a ter uma casa de farinha e a criar galinha. Caso comercializasse os excedentes, poderia auferir algum dinheiro.

Ser agraciado com a liberdade pelos bons serviços prestados transformaria a vida da pessoa que recebeu a “concessão” e de seus familiares, que poderiam vir a construir relações baseadas em uma economia de fidelidades. Doutor Ambrósio sabia jogar com a concessão de benesses. E tanto foi assim que manteve um empregado leal em seu engenho, e quem bem servira esperava uma justa política de gratificações. Beneficiadores e beneficiados ficavam presos de forma recíproca, então, aos grilhões da distribuição das benesses. O ato da doação de alforrias registradas no livro de notas do Doutor Ambrósio Machado, de forma ritualizada, queria fazer lembrar aos seus agraciados que entre eles deveria existir um vínculo envolto pelo sentimento de gratidão.

O viés analítico que permeou boa parte dos estudos sobre a manumissão no Brasil pode ser inserido no contexto historiográfico da década de 1990 que procurava apresentar aos leitores variadas formas de resistência escrava às políticas de domínio senhorial.²⁸ Em boa medida, esses trabalhos passaram a considerar a alforria como resulta-

28 ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima, o caso de Luiza jeje*. Op. Cit. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Op. Cit. ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. REIS, João José, *Domingos Sodré: Um Sacerdote Africano. Escravidão, Liberdade e Candomblé na Bahia do Século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008. FARIA, Sheila de Castro, “Mulheres Forras: riqueza e estigma social”, *Revista Tempo*, 9 Rio de Janeiro, julho de 2000. COWLING, Camillia e Celso Castilho, “Funding Freedom, Popularizing Politics: abolitionism and local emancipation funds in 1880s Brazil”, *Luso-Brazilian Review*, 47:1, Madison, 2010.



do da negociação entre senhor e escravo. Dessa forma, introduzia-se a perspectiva do escravo como agente histórico no entendimento dessa prática social. Contudo, essa preocupação partia de alguns pressupostos até certo ponto discutíveis.

Em primeiro lugar, a alforria é tomada como horizonte de todo escravo; atribui-se a ela uma importância muito grande na vida dos escravos brasileiros. Mas se a alforria fora entendida pelos senhores como um privilégio capaz de promover a acomodação da população escrava e, em contrapartida, vista pelos cativos como algo que não estava disponível a todos, não seria errôneo supor que a manumissão constituía a principal meta na vida de um escravo. Só para mencionar um argumento nessa direção, os escravos que viviam em grandes propriedades tinham menos possibilidade de conseguir sua alforria que aqueles pertencentes a pequenos proprietários, embora o fato de uns terem menor possibilidade estatística de alforria não significa que não almejassem a liberdade²⁹. Alguns trabalhos mais recentes vêm reavaliando o significado que a aquisição de outros incentivos senhoriais – como a roça de subsistência, a venda de excedentes ou a formação de família – tinha para a organização da economia e da cultura doméstica dos escravos, já que esses benefícios eram conquistados pelos escravos quase sempre antes da alforria³⁰.

O projeto de ascensão social de Felisberto caminhou, provavelmente com bastante esforço, para torná-lo um liberto. Não sabemos se a alforria de Felisberto foi paga, condicional ou incondicional, pois não

29 SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, Tese de Doutorado em História, Stanford University, Stanford, 1976.

30 SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



encontramos nenhum documento legal como a carta de alforria, papel de liberdade ou um papel particular feito por seu proprietário que registrasse seu acesso à liberdade. Acreditamos que deve ter ocorrido uma negociação entre o senhor e o escravo, seja para chegar a um acordo para fixar um valor, caso tenha sido uma alforria paga, ou, pelo menos, para discutir os termos no caso de uma alforria condicional. Entretanto não podemos ver Felisberto simplesmente como um homem submisso, ele pode ter adotado um comportamento mais obediente para acionar benesses e direitos. Como foi observado por Lizandra Meyer: “Os escravos ao permanecerem submissos aos seus senhores não estavam necessariamente internalizando a interpretação da alforria como dádiva. Mas utilizando-se dela para conseguirem um direito importante aos seus olhos: a liberdade”.³¹

É claro que homens e mulheres escravos adotaram posturas que misturavam comportamentos dos mais ousados aos passivos, isso dentro das limitações de sua condição, tanto para alcançar a liberdade como para fazer uso dela (vivenciá-la).

É preciso ter em mente esse quadro de relações para tentar entender as experiências possíveis para os indivíduos que viveram essa época. Não sabemos se os indícios, aqui apresentados, são suficientes para mostrar uma das muitas vivências possíveis ao grupo de trabalhadores presentes no documento judicial que abre este tópico. Tentamos aqui rastrear algumas pistas. Voltemos ao processo crime. Nele estava escrito que, na madrugada do dia 21 de abril de 1889, o feitor Felisberto foi até o samba realizado na senzala do Engenho

31 FERRAZ, Lizandra Meyer. *Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2010, p. 57.



Gaipió, recomendando aos trabalhadores que se divertissem, mas que evitassem balbúrdias.

O feitor ficou presente no samba por algumas horas para evitar o excesso do consumo de bebida e as brigas, ou ainda para evitar a articulação de ações coletivas. A função do feitor era fiscalizar os seus subordinados por todo o tempo do trabalho e no tempo livre também, evitando dispersões e baixas na produtividade. Mesmo com o aviso do feitor Felisberto uma briga ocorreria, na qual alguém acabou ferido junto à casa de bagaço Manoel gerente. O doutor Ambrósio foi informado do fato e mandou seus moradores prenderem o acusado e levá-lo para a autoridade policial.

Muitas vezes os subdelegados e delegados, que geralmente eram senhores de engenho, mantinham trabalhadores de jornada ou em outro regime de contrato em suas propriedades. Nesse sentido, há o artigo de Joseli Mendonça, que demonstra como as autoridades locais do oeste paulista podiam ser aliados pessoais e/ou políticos dos patrões contra os quais os trabalhadores se queixavam. A autora traz para seu texto o estudo desenvolvido por Thomas Flory a respeito dos juízes de paz no império o qual argumenta que “os juízes de paz estavam inseridos nos grupos de influência e economia dos distritos e, por isso, podiam emitir decisões comprometidas com os interesses de tais grupos.”³²

Os subdelegados e os delegados eram quase sempre proprietários de escravos e de engenhos ou ligados a senhores de engenhos da zona da Mata Sul de Pernambuco. Desse modo, estavam comprometidos por laços de amizade, parentesco e por vezes de endividamento. O

32 MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. “Livres e obrigados: Experiências de trabalho no Centro-Sul do Brasil”, In: *5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre, 2011. p. 5.



subdelegado Felix José da Câmara Pimentel era filho do primeiro proprietário do Engenho Gaipió e amigo íntimo de Ambrósio Machado. Entre eles vigorava uma coesão que unia membros de um mesmo grupo e por vezes compartilhavam uma intimidade quase familiar, pois, o subdelegado frequentava festas e celebrações mais reservadas em Gaipió. Estes indivíduos por vezes estavam ligados a redes de parentesco consanguíneo ou fictício que os forçavam a uma série de obrigações. Esse tipo de relação de parentesco e, no caso do delegado, de amizade serviu a diversas finalidades; propiciou a criação de vínculos duradouros de lealdade, permitiu resolver problemas, obter vantagens ou ainda garantir proteção e segurança mútua. A presença desse subdelegado no referido engenho já tinha ocorrido em outras ocasiões, notadamente para resolver conflitos como o ocorrido em novembro de 1888 no qual Félix José distribuiu palmatoadas para apaziguar um conflito entre trabalhadores. Em outro evento acontecido em março de 1889 havia realizado uma diligência a fim de verificar porque um trabalhador foi ferido com facadas.

Em todos os eventos citados lá estava o subdelegado sempre pronto para desempenhar as tarefas do seu ofício, que eram manter a ordem e trabalhadores subordinados. A necessidade de se recorrer à força policial denota que a população dos engenhos não era tão submissa quanto desejavam os senhores de engenho. Os trabalhadores dos canaviais eram disciplinados repressivamente pelas instituições do Estado que por vezes agiam com os proprietários na relação de autoridade com seus empregados livres. Anos antes, temos outra aparição do subdelegado. Em 1887, o agregado do Engenho Gaipió Francisco Martins de Oliveira foi despedido, acreditando que o causador de sua dispensa foi



o pardo moreno, trabalhador de enxada Fuão Bezerra. Os dois trabalhadores entraram em conflito e Francisco saiu ferido. Três semanas depois do episódio Fuão evadiu-se e Francisco estava trabalhando no Engenho São João de propriedade do subdelegado Félix José. Ao receber um homem criminoso envolvido em confusão e expulso de outro engenho o subdelegado “ganhou” um trabalhador, em um momento de necessidade de mão de obra, talvez não por sua falta, mas pelos ajustes nas relações de trabalho que por vezes não deviam garantir a permanência dos trabalhadores nos seus postos. Caso Francisco fosse escravo o subdelegado teria um empregado sem ter de pagar por ele, mas, Francisco era um homem com problemas na justiça e talvez mais fácil de fazer se submeter as lides dos canaviais.³³

Provavelmente o subdelegado, como o profissional responsável por colocar em prática as tarefas de repressão e disciplinamento, soube se aproveitar da situação desse homem e usou-a em seu próprio benefício. Não podemos esquecer uma coisa muito importante: a fiscalização das eleições era feita pelos Delegados e seus subordinados. Para um homem como Ambrósio Machado, envolvido na política partidária, seria interessante contar com a ajuda desse segmento do Estado, que utilizava como principal recurso à coação para manter seus meetings e o transcorrer do pleito eleitoral na mais perfeita ordem.

Esse breve relato sugere a maneira como as autoridades policiais e senhores de engenho viam os trabalhadores do açúcar, após a abolição e um pouco antes dela. Era gente que vinha de longe e de perto, considerados como homens sem senhores e que só o cacete podia

33 Subdelegacia do 3º Distrito Policial do Termo de Ipojuca, (Inquérito Policial) Autoamento de uma portaria do Subdelegado do terceiro distrito deste termo, para o fim de se proceder a um exame na pessoa de Francisco Martins d'Oliveira. Ipojuca, 1887, MJPE.



intimidar³⁴. Alguns deles tinham sido escravos e, depois do 13 de maio, não aguentavam desaforos de autoridades e patrões nem tampouco de companheiros de jornada. Os efeitos da liberdade variavam, mas talvez a possibilidade de movimentar-se sem a necessidade de autorização do ex-senhor, o fim dos castigos corporais, a escolha de como e em que tempo trabalhar, e de contestar desagrados contra eles dirigidos, tenham sido os ganhos sociais mais notáveis.

Referências

- ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do sul**: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- COUCEIRO, Luiz Alberto. “**A disparada do burro e a cartilha do feitor**: lógicas morais na construção de redes de sociabilidades entre os escravos e livres em fazendas do Sudeste, 1860-1888”, *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2003, V. 46, n. 1.
- COWLING, Camillia; CASTILHO, Celso, “**Funding Freedom, Popularizing Politics: abolitionism and local emancipation funds in 1880s Brazil**”, *Luso-Brazilian Review*, 47:1, Madison, 2010.
- DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife : Ed.Universitária da UFPE, 2007.

34 Ofício da Delegacia de Ipojuca em 24 de novembro de 1888, RCP - Delegacia de Polícia de Ipojuca Nº 205 (1883-1890), APEJE.



- DÍAZ, Aisnara Perera; FUENTES, María de los Ángeles Meriño. *Nombrar las cosas: aproximación a la onomástica de La familia negra en Cuba*. Guantánamo: Editorial El Mar y La Montaña, 2006.
- FARIA, Sheila de Castro, “**Mulheres Forras: riqueza e estigma social**”, Revista Tempo, 9 Rio de Janeiro, julho de 2000.
- FERRAZ, Lizandra Meyer. **Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX**, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2010, p. 57.
- FONER, Eric. “**O significado da liberdade**”. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 8, nº 16, 1988.
- LIMA, Tatiana Silva de. **Os nós que alforriam: relações sociais na construção da liberdade. Recife, décadas de 1840 e 1850**. Dissertação de Mestrado em História, UFPE, Recife, 2004.
- MATTOS, Hebe Maria. & RIOS, Ana Lugão. **Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MONSMA, Karl, “**Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX**”, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 43.
- REIS, João José. **Domingos Sodré: Um Sacerdote Africano. Escravidão, Liberdade e Candomblé na Bahia do Século XIX**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- RIOS, Ana Lugão; CASTRO, Hebe Mattos de. **Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

____. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, Tese de Doutorado em História, Stanford University, Stanford, 1976.

SOARES, Luis Carlos. **O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

TARRÉS, Antonio Simón. **“Memorias y Diarios Personales de Cataluña Moderna”**. Revista Historia Social, Valencia, vol 2, 1998, Fundacions Instituto de História Social.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente de Felisberta**: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847-tempo presente). Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 2013.

ZEUSKE, Michael. **“Estructuras e identidad en La “segunda esclavitud” (caso Cuba, 1800-1940)”**, EAVirtual, n. 2.

Documentos Impressos

BELLO, José Maria. **Memórias**. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, Coleção Documentos Brasileiros, 1958.

BELLO, J. **Memórias de um senhor de engenho**. 3ª ed. Recife: FUNDARPE, 1985; Sette, M. **Memórias íntimas**: caminhos de um coração. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.



BORBA FILHO, Hermilo. **Margem das lembranças**. Um Cavalheiro da Segunda Decadência - I. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966. Editora Mercado Aberto, RS, 2a. edição, 1993.

CAVALCANTI, Ambrósio Machado da Cunha. “**Lembranças e apontamentos para meus filhos e netos**”.

Nabuco, J. **Minha formação**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004, p. 182. Texto escrito originalmente entre 1893-1899.

FREYRE, G. **O velho Félix e suas Memórias de um Cavalcanti**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

____. **Tempo morto e outros tempos**: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915-1930), 2.ed., São Paulo, Global, 2006.

PINTO, Adélia, **Um Livro sem Título** (Memórias de uma Provinciana). Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1962.

Documentos Manuscritos

Apelação crime do Jury da Cidade do Cabo. Apelante – o Dr. Juiz de Direito. Apelado – Jeronimo Leonardo da Silva. Ipojuca, 1889, MJPE.

Ofício da Delegacia de Escada em 18 de maio de 1882, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada Nº 130, (1877-1887).





ORIGENS DA INVISIBILIDADE NEGRA NO BRASIL MERIDIONAL

Marcus Vinicius de Freitas Rosa

As raças mestiças, tão comuns aqui, herdaram os hábitos inertes e descuidados de seus antepassados índios e áfricos; apenas alguns têm a ambição de erguer-se da vida animal. [...] Hão de desaparecer em grande parte, à medida que da terra se forem apossando gentes mais industriosas; hão de submergir-se e morrer diante da onda de imigração europeia. Pois que morram! É o único serviço que podem prestar ao país, e a lei inexorável do progresso determinou sua extinção.¹

Tais foram as palavras do naturalista inglês Herbert H. Smith, passeando pelos arredores de Porto Alegre na década de 1880, diante de um pescador que, aos olhos do viajante, não pareceu lá muito branco. Ainda que o enunciado seja explícito e bastante contundente no que

1 Herbert Smith *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922. p. 43.



dizia respeito ao futuro de certos grupos populacionais – convém advertir que nas fontes do período a temática racial era abordada de forma bem mais sutil e velada – não havia novidade alguma nos registros do naturalista: a população resultante das misturas sanguíneas entre africanos, índios e europeus deveria “desaparecer”, “submergir”, “morrer”; a incompatibilidade entre os mestiços e o progresso seria resolvida pela importação de “gentes mais industriosas”. O autor, entretanto, não deixava de registrar que as “raças mestiças” eram “tão comuns aqui” e era justamente essa característica que justificava sua expectativa de branqueamento. Tratava-se de uma perspectiva profundamente eurocêntrica, compartilhada por muita gente no Brasil daqueles dias e que continuou presente muito tempo depois.

A formulação de interpretações racializadas acerca do Rio Grande do Sul e seu “povo” fez escola, e estava diretamente associada à presença de imigrantes. Já avançado o século XX, o escritor Rubens Barcelos elogiou os serviços prestados pelo Visconde de São Leopoldo em prol da formação de colônias alemãs no distante ano de 1824. Para Barcelos, aqueles “germanos louros” eram “persistentes e laboriosos”, motivo pelo qual introduziram uma “nova fonte de riqueza” no Rio Grande do Sul. Tratava-se “de outra raça”, de “gente diversa pelo sangue” e que levou para o sul do Brasil “a mentalidade europeia, forjada na escola do trabalho”. Ao olhar para a história da província e sua ocupação, o escritor via “a Europa repetindo-se”.² O apagamento da presença não-branca, sobretudo da africana, produzido por Smith e Barcelos em momentos muito distintos, denuncia a *persistência* de cer-

2 José Feliciano Fernandes Pinheiro. *Anais da Província de São Pedro*. Petrópolis: Ed. Vozes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978. [1ª edição de 1819]. p. 13.



tas formas interpretativas que, se em algum momento integraram o senso comum, encontraram desdobramentos igualmente persistentes na historiografia.

Ieda Gutfreind analisou os embates interpretativos entre a matriz lusa (que reivindica a origem portuguesa do Rio Grande do Sul) e a matriz platina (que defende a contribuição espanhola para a formação da província) e concluiu que a história gaúcha está marcada por um “vazio historiográfico” a respeito dos negros.³ Seguindo os passos de Gutfreind, Ruben Oliven chamou atenção para o fato de que a imagem de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul no Brasil foi (e continua sendo) caracterizada pela ênfase na contribuição cultural, política e econômica de italianos e alemães, o que determinou a concepção de um estado mais “branco” e menos “miscigenado”.⁴ A crítica historiográfica do caráter europeu do gaúcho foi compreendida por Gutfreind e Oliven como uma agenda política bastante recente.

De forma geral, os estudos a respeito dos significados da imigração em regiões onde ela foi mais intensa, como no Rio Grande do Sul e em São Paulo, tendem a situar a execução do projeto imigrantista durante a segunda metade do século XIX, mais particularmente entre as décadas de 1870 e 1880. Além disso, se em São Paulo os imigrantes deveriam trabalhar para os fazendeiros, no Rio Grande do Sul o objetivo predominante era formar uma classe de pequenos proprietários

3 Ieda Gutfreind. “O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico”. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, XVI (1,2), jul. e dez., 1990, pp. 178-187.

4 Ruben Oliven. “A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul”. In: LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. pp. 13-32.



agrícolas.⁵ Há certa desatenção, entretanto, para os sentidos raciais da presença europeia durante a primeira metade do século XIX: na província gaúcha, o desejo de branqueamento surgiu *muito cedo* entre os administradores e burocratas do Império, e estava vinculado ao debate sobre as indesejáveis consequências políticas e econômicas do fim do tráfico e da escravidão desde as primeiras décadas dos Oitocentos. Jaime Rodrigues, analisando outras regiões, demonstrou que, neste mesmo período, os africanos estavam no centro das preocupações das elites políticas, que perdiam o sono diante da possibilidade de “haitianização” e “africanização” do país, além de ver na população proveniente do continente negro um agente de corrupção dos costumes. Para Rodrigues, o que estava em jogo era a construção de uma identidade nacional, processo que colocava em disputa diferentes projetos de civilização e concepções de cidadania.⁶ A expectativa de branqueamento do Rio Grande do Sul era uma expressão do medo senhorial no Brasil escravista.

Nos Estados Unidos, agrupados em torno dos *critical whiteness studies* (expressão traduzida como “estudos críticos da branquidade”), diversos pesquisadores começaram a colocar a cor branca no centro de suas análises acerca de diferentes processos de racialização, buscando identificar os significados nem sempre evidentes envolvidos na

5 Magda Roswita Gans. *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX. (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs/Anpuh, 2004; SILVA, Márcio Antônio Both da Silva. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense (1850-1900)*. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2004; Célia Maria Marinho Azevedo. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004; George Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.

6 Jaime Rodrigues. *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000. Ver especialmente o capítulo 1, intitulado “Diagnóstico dos males”. pp. 31-68.



construção social da “raça”. Nesses estudos, teve lugar fundamental a noção de “branquidade”, que não é consensual, pois varia conforme filiações teóricas, abordagens e consequentemente assume definições diversas.⁷ Ainda assim, Ruth Frankenberg sintetizou em linhas gerais um conjunto de ideias e preocupações analíticas comuns, bastante úteis à análise da racialização no Brasil. Para Frankenberg, a branquidade significa: um lugar de vantagem, de privilégio e de poder em sociedades racialmente estruturadas; um ponto de vista normativo, um lugar social de onde se vê e se atribui significados para os “não-brancos”, caracterizando situações em que frequentemente a cor branca se torna “invisível”; um lugar de elaboração de práticas e identidades não-marcadas e não-denominadas ou marcadas e denominadas como *nacionais*, em vez de *raciais*; por fim, uma categoria relacional culturalmente construída, mas com implicações sociais e políticas bastante concretas.⁸

De forma constante, ao longo de todo o século XIX, como este artigo tenta demonstrar, o branqueamento da população brasileira em geral e da província gaúcha em particular significava enquadrar as massas racialmente heterogêneas e miscigenadas nos modernos padrões eurocêntricos de civilização e desenvolvimento, tidos como “universais”. Entretanto, os imigrantes europeus nem sempre eram identificados por sua cor; com grande frequência, eram referidos por sua nacionalidade, sua origem e suas qualidades. Ao mesmo tempo, as políticas de branqueamento no Brasil daqueles dias, executadas por administradores públicos e burocratas do Império, estavam baseadas

7 Vron Ware. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/ Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004.

8 Ruth Frankenberg. “A miragem de uma branquidade não-marcada”. In: WARE, Vron. Op. Cit., pp. 307-338.



na ideia de que os trabalhadores livres europeus seriam o antídoto *racial* para a degradação dos proletários brasileiros, degenerados pela convivência e pela miscigenação com os escravos africanos. Assim, as noções de cor e raça *brancas* poderiam ficar implícitas, invisíveis, diluídas nas peculiaridades positivas e regenerativas atribuídas aos trabalhadores importados, cujas nacionalidades atestavam indiscutivelmente sua origem e índole europeias. Analisando a província da Bahia com objetivo de demonstrar a articulação entre a questão racial e o desmonte do escravismo, Wlamyra Albuquerque analisou como a raça fazia parte das relações e hierarquias sociais, especialmente quando orientava certas decisões tomadas por administradores imperiais do final do século XIX. Estavam em funcionamento políticas públicas fundadas – de forma velada – em critérios raciais, mas que ficavam expressas nas medidas tomadas para *barrar a entrada de pessoas de cor no Brasil*, fossem livres ou escravas.⁹

Este artigo aborda alguns aspectos da construção da invisibilidade dos negros no Rio Grande do Sul ou, o que dá no mesmo, do processo de construção da província gaúcha como “lugar de europeus”. Mais especificamente, o foco está centrado nas atitudes tomadas por governantes e burocratas que ocupavam cargos importantes na administração pública imperial, bastante preocupados com a presença africana e com o destino dos escravos no dia em que alcançassem a liberdade. Desde muito cedo, vários redatores de “memórias” recomendaram à Coroa a imigração europeia como fator de progresso e civilização; predominava entre eles um *entendimento racializado das nacionalidades*

9 Wlamyra Albuquerque. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



que poderiam ou não colonizar as terras da província. Na análise destes projetos imigrantistas, o presente artigo confere atenção às formas indiretas de construir significados raciais, ou seja, às ocasiões em que a raça não estava literalmente enunciada, mas ficavam explícitos os distintos predicados atribuídos a grupos sociais diferentes. Processo persistente e sujeito à historicidade, em que a noção de raça sofreu ressignificações, a construção da imagem do Rio Grande do Sul como província branca não era nenhuma novidade nos momentos finais da escravidão, e muito menos algo restrito ao Brasil meridional.

Em 1821, João Severiano Maciel da Costa, futuro Marquês de Queluz e conselheiro imperial, dedicou à Coroa uma longa “memória”, na qual fornecia infundáveis conselhos acerca da supressão do tráfico de escravos, bem como soluções para a “falta de braços” que seria produzida pela extinção total do comércio de almas africanas. Tal interrupção não poderia ocorrer da noite para o dia, pois “é manifesto que não podemos nós”, acreditava o autor, “adquirir uma rápida população branca”.¹⁰ A importação de “colonos” europeus com a finalidade de formar unidades agrícolas, advertia Maciel da Costa, era um “meio de ir substituindo braços livres aos dos escravos”. E aconselhava aos administradores do Império que, ao longo de vinte anos, fossem introduzidos no Brasil números cada vez menores de cativos. Simultaneamente, deveria se realizar uma “judiciosa distribuição” dos africanos pelas diferentes capitanias brasileiras, com a finalidade de que eles não se aglomerassem

10 João Severiano Maciel da Costa. *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos africanos no Brasil; sobre como e condições com que esta abolição se deve fazer; e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1821. p. 39.



mais em umas do que em outras.¹¹ Maciel da Costa, neste sentido, destacou certa região meridional que deveria receber tratamento diferenciado, ou seja, menor quantidade de gente nascida em África:

*Parece-nos que, nesta **distribuição**, deveria ser **menos aquinhoada** quanto fosse possível a Capitania Geral do Rio Grande do Sul. A natureza do seu **clima**, o gênero de indústria de seus habitantes, que consistem em criar o gado grosso cuja carne exportam, e em cultivar cereais, estão clamando que ela seja a **primeira vestida à Europa**; que para ela se mandem **colônias** de trabalhadores **uropeus**; e que nela se adote a **marcha econômica** que seguem as nações cultas. Se a imaginação nos não ilude, temos esperança que a dita Capitania, **protegida**, se elevará a um ponto de **prosperidade** invejado pelas outras”. [negritos meus]¹²*

Poucos foram capazes de sintetizar tão bem – e em data tão recuada – os sentidos envolvidos na construção do Rio Grande do Sul como “lugar de europeus”. Ao tomar as características produtivas e o clima como critérios para uma distribuição de trabalhadores pelo país, Maciel da Costa acabava sugerindo também que gente com origens continentais distintas ocupasse regiões diferentes. Concedia-se à capitania gaúcha o direito de receber menos africanos e de ser a “primeira vestida à Europa”. Em suma: tratava-se de reverter a africanização do Brasil por meio da europeização, sendo o Rio Grande do Sul o palco privilegiado deste processo. Dando sua contribuição ao debate acerca de duas

11 Ibidem, p. 40-41; p. 75.

12 Ibidem, p. 41.



extinções, a do tráfico e a da escravidão, Maciel da Costa deixava evidente que sua concepção de “substituição” implicava uma comparação e uma escolha: eram os trabalhadores europeus, não os africanos, os mais adequados para conduzir o Rio Grande do Sul e o Brasil na “marcha econômica” das “nações cultas”. Só assim a capitania sulina estaria “protegida” das indesejáveis consequências da presença africana. Seria possível que a “substituição” proposta pelo conselheiro imperial implicasse uma noção de raça? Ou tratava-se meramente de uma perspectiva eurocêntrica? Repare-se que os termos utilizados por Maciel da Costa foram “população branca”, “Europa” e “europeus”. Até então, a palavra raça propriamente dita não foi enunciada.

Depois de redigir umas três dezenas de páginas, já lá pela metade do livro, o autor finalmente empregou certo termo até então ausente. Refletindo a respeito das consequências do convívio entre africanos e europeus, ele se questionava: “para que misturar e confundir raças?”. Maciel da Costa temia profundamente que a “mistura” com “imensos africanos” resultasse no “abastardamento total” e “inevitável” da “bela raça d’homens portugueses”. “Consentiremos nós”, indagava ainda, que “venha o Brasil a confundir-se com a África?”. A presença negra caracterizava uma ameaça política ao império luso recém transferido para terras tropicais, já que oferecia “risco iminente” à “segurança do Estado”.¹³ O que interessa nos argumentos de Maciel da Costa é a forma como as referências à nacionalidade, à África e à Europa eram acompanhadas por atributos e qualidades capazes de complementar, ocultar ou reforçar um entendimento das distinções entre europeus e africanos. Sim, havia uma noção de raça explicitamente enunciada nos argumen-

13 Ibidem, p. 07; p. 34-35.



tos de Maciel da Costa, e ela foi mencionada de modo complementar à nacionalidade: *raça* de homens *portugueses*. Abastardamento e desordem eram as consequências negativas da presença africana, enquanto os europeus foram associados à “prosperidade”. Guiando o processo de formação de “colônias” no Rio Grande do Sul haveria uma noção racializada das nacionalidades e dos atributos conferidos a pessoas nascidas em continentes distintos?

Ainda na década de 1820, e apenas cinco anos depois de José Maciel da Costa defender que a província gaúcha deveria ser a “primeira vestida à Europa”, o debate sobre a extinção do tráfico de escravos e suas consequências recebeu nova contribuição. José Eloy Pessoa da Silva, coronel que veio a ser deputado pela Bahia e presidente da província de Sergipe, dedicou um calhamaço à “Augusta Pessoa de Vossa Majestade Imperial”. Tratava-se de mais um “projeto de colonização” do Brasil por meio de europeus – mas também por meio de africanos. Ainda que Pessoa da Silva afirmasse que os “pretos da África” constituíam uma “porção mísera da espécie humana”, sendo comparáveis a “animais em estado de coação”, não deixava de acreditar que eles eram civilizáveis, a exemplo do que fazia a Inglaterra em alguns “países da África”.¹⁴ Assim, o coronel combinava entendimentos naturalizados, como a animalização, com um possível processo pedagógico de recuperação e aproveitamento de africanos, além de saber muito bem que os “pretos” provenientes do mesmo continente estavam divididos em diferentes “países”. No que dizia respeito aos escravos, é certo que, desde o século XVIII, a referência à nação – compreendida como lugar de

14 José Eloy Pessoa da Silva. *Memória sobre a escravatura e projeto de colonização dos europeus e pretos da África no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imperial Typographia de Plancher, Impressor Livreiro de Sua Majestade Imperial, 1826. p. 03; p. 12; p. 16-17.



origem ou nascimento – era frequentemente acompanhada pela designação nominal (Manoel Congo, João Mina...), como argumentou Silvia Hunold Lara. A percepção e o registro das diferenças de nacionalidade entre a escravidão interessavam ao domínio senhorial, que encontrava nas expressões “africano” e “crioulo” uma forma de estabelecer distinções entre os escravos nascidos na África ou no Brasil. Portanto, origem e nascimento – critérios de classificação do Antigo Regime – eram importantes há bastante tempo, conforme Silvia Lara, e “serviam para avaliar as qualidades dos escravos”.¹⁵

Acontece que o “projeto de colonização” elaborado por José Maciel da Costa não propunha importar apenas africanos. Em relação aos trabalhadores oriundos do Velho Mundo, não foram elencadas características depreciativas; entretanto, convém ressaltar que o autor realizou uma advertência bastante significativa: era preciso prestar atenção à “qualidade dos colonos” que o Império pretendia buscar na Europa, ficando implícita a constatação de que, portanto, haveria europeus de *diferentes qualidades*, que deveriam ser levadas em consideração.¹⁶ A questão permanece: haveria no Brasil do início do século XIX certa vinculação entre país, continente, qualidades e uma noção de raça no momento de definir quem deveria ser aceito ou recusado para compor a população nacional?

Um rápido diálogo com a historiografia dedicada ao estudo da escravidão e da raça em outros momentos e contextos pode oferecer algumas diretrizes capazes de orientar a análise. Hebe Mattos argumentou

15 Silvia Hunold Lara. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 162-163.

16 José Silva. Op. Cit. p. 20.



que, apesar da inexistência de referência às relações escravistas na constituição de 1824, a ordem corporativa herdada do Império Português tinha premissas hierárquicas que pressupunham e *naturalizavam* diferentes “qualidades” para os súditos e preservavam privilégios senhoriais (faz sentido, portanto, que José Maciel da Costa pretendesse importar da Europa apenas os colonos de boa “qualidade”).¹⁷ Por meio de um balanço bastante amplo do debate racial nos Estados Unidos, Sarah Nuttall argumentou que nos momentos em que a identidade branca deixa de ser demarcada, é possível “vê-la” por meio dos atributos que ela carrega ou pelas “peculiaridades” que a ela são atribuídas, e não por meio de referências explícitas à cor ou do emprego inequívoco do termo “raça”.¹⁸ Por fim, analisando a África em contextos emancipatórios, Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebeca Scott chamaram atenção para a recorrente interpretação conhecida como “peculiaridade do africano”: um conjunto de características para as quais os africanos e seus descendentes fora da África eram preguiçosos e desordeiros, desprovidos de racionalidade produtiva e até mesmo tidos como exceção às regras universais do comportamento econômico.¹⁹ O Rio Grande do Sul do século XIX definitivamente não oferecia um caso de ocultação da raça branca; tratava-se justamente do contrário. As advertências feitas por esses historiadores sugerem fortemente, em diferentes momentos e lugares, a existência de vínculos bastante complicados entre noções de

17 Hebbem Castro. “Prefácio”. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebeca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 24-25.

18 Sarah Nuttall. “Subjetividades da branquidade”. In: WARE, Vron. Op. Cit. p. 83; p. 190-191.

19 COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebeca. Op. Cit.



origem, nacionalidade, peculiaridades e qualidades tidas por “intrínsecas”, “próprias” ou “naturais” a certos grupos populacionais, capazes de estabelecer fortes distinções entre eles e, convém acrescentar, capazes também de hierarquizá-los. A maneira como esses nexos e sentidos foram elaborados no Rio Grande do Sul, desde a primeira metade do século XIX, resultava em uma aversão aos africanos, bem como em uma expectativa crescente por europeus.

Na década de 1840, o Visconde de Abrantes foi solicitado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a analisar formas e viabilidades de “engajar colonos” como “agricultores e artífices” no Brasil. Depois de prestar auxílio ao governo, Abrantes explicou as medidas tomadas pela administração imperial para o desenvolvimento econômico do país. Entre todos os europeus disponíveis à “imigração para as províncias meridionais” – entenda-se, na definição do próprio autor, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – Abrantes tinha especial predileção por determinada nacionalidade, à qual se deveria dar a tarefa de “substituir, em tempo, os braços escravos”.²⁰ Para justificar sua predileção, o Visconde lembrou como

*tem-se feito o elogio da moralidade dos alemães, e do seu préstimo para a colonização. Está mesmo demonstrado que, apesar da sua natural repugnância à escravidão, os colonos da **raça alemã** são [...] opostos à opinião abolicionista, só porque aborrecem profundas e rápidas mudanças na ordem estabelecida. Amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às autoridades, são as **qualidades que***

20 Visconde de Abrantes. *Memória sobre meios de promover a colonização*. Berlim: Tipografia Unger Irmãos, 1846. p. 01; p. 39-40.



*distinguem os colonos alemães, em geral, dos colonos de outras origens. [negritos meus]*²¹

Nenhum outro trabalhador europeu foi tão desejado, elogiado, bem visto e positivamente qualificado quanto os alemães nos debates oitocentistas acerca de quais eram, afinal, os melhores colonos para povoar o Rio Grande do Sul. De fato, no debate sobre substituição e colonização, a noção de raça convergia com a nacionalidade: “raça d’homens portugueses”, nos termos de Maciel da Costa; “raça alemã”, segundo o aristocrático Visconde de Abrantes. E não havia dúvidas de que, nos dois casos, a “origem” era europeia, critério que *tornava prescindível a enunciação da cor branca*. Ainda que os nexos entre “origem”, “nação” e “qualidades” fossem próprios à América Portuguesa setecentista, não estavam totalmente ausentes durante a primeira metade do século XIX, revelando a permanência de uma lógica classificatória que, já na década de 1820 e cada vez mais, *convergia com certa noção de raça*. Realizada no contexto dos debates sobre o fim do tráfico (e estes, por sua vez, orientados pela ideia de que era preciso evitar a “africanização” e a “haitianização” do Brasil), esta convergência bastante complexa guiava de forma seletiva e excludente a “substituição” dos cativos por livres, a importação de colonos e, mais especificamente, a formação de pequenas propriedades agrícolas no Rio Grande do Sul. Longe de serem neutras, imparciais e meramente econômicas, a “substituição” e a “colonização” implicavam um processo racial de branqueamento.

Ainda na década de 1840, Manuel Antônio Galvão, velho conselheiro e presidente da província gaúcha, alertou que a colonização era

21 Ibidem, p. 02.



“a necessidade mais palpitante do Império”, motivo pelo qual fez um alerta bastante significativo aos deputados provinciais: “a vastidão das terras desertas” no Rio Grande do Sul “não quereis sem dúvida povoar com negros”. Assim prevaleceu uma restrição, que acabou registrada no relatório apresentado à Assembleia Legislativa. As preferências de Galvão ficaram ainda mais óbvias, quando ele se referiu aos habitantes da “colônia” de São Leopoldo: “por fortuna, são quase todos alemães”, “os mais próprios para a agricultura, de que tanto precisa a província”.²² O presidente provincial não falou em “raça”, mas os bons predicados acompanhavam gente identificada pela nacionalidade (pela “origem”) enquanto os considerados impróprios para exercer a função de “colonos” foram designados por meio do tom epidérmico – os “negros”. Por “colono” entendia-se pequeno agricultor, livre, branco, europeu. As noções de substituição e colonização eram guiadas por um complexo critério racial.

Sob pena de incorrer em anacronismo, o historiador não deve procurar na primeira metade do século XIX a mesma raça que viria predominar durante a segunda metade daquele mesmo período. Célia Maria Marinho de Azevedo estudou os projetos de colonização na província de São Paulo e concluiu que “a questão da diferença biológica – cada vez mais atribuída pelas ciências aos africanos em termos de inferioridade biológica – era algo ainda não resolvido” durante a primeira metade dos Oitocentos.²³ Thomas Skidmore e Lília Schwarcz já

22 GALVÃO, Manoel Antônio. *Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antônio Galvão, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhada do orçamento da receita e despesa para o anno de 1847 a 1848*. Porto Alegre: Typographya de Argos, 1847. p. 11-12.

23 Célia Azevedo. Op. Cit. p. 36.



demonstraram que as décadas de 1860 e 1870 constituíram momentos mais intensos do processo de importação das teorias raciais científicas europeias e sua adaptação ao contexto nacional.²⁴ A noção de raça identificável mais especificamente entre as décadas de 1820 e 1840 parecia herdeira dos critérios setecentistas de hierarquização social, voltados para as “origens” e “qualidades”, e que permitiam à raça abarcar a nacionalidade. É certo que no início da década de 1860 já era possível encontrar indícios de uma inovadora vinculação entre raça e ciência.

Foi em 1862 que Aureliano Cândido de Tavares Bastos estabeleceu uma oposição entre o “atraso” da Bahia, atribuído ao “maior número de negros”, indivíduos “incultos”, “incapazes” e “improdutivos”, e o “desenvolvimento” do Rio Grande do Sul, propiciado pelos “núcleos de colonos europeus”, gente inclinada ao “progresso”, ao “trabalho” e à “civilização”. Os termos de Tavares Bastos parecem não trazer novidade alguma. Entretanto, ao estabelecer uma comparação entre, de um lado, o “homem livre” e “branco” (termos que o autor empregava quase como sinônimos) e, de outro, o “africano” e o “negro” (ambos associados à escravidão), Bastos concluiu que a existência de um “abismo” entre “esses dois extremos” era “fato que a *ciência* afirma de um modo positivo”.²⁵ A inovação deste argumento residia na ideia de que as diferenças entre o grupo dos brancos/livres e o dos negros/africanos/escravos eram *atestadas cientificamente*. Tais argumentos oferecem um bom

24 Thomas Skidmore. Op. Cit.; Lília Moritz Schwarcz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

25 Itálico meu. Aureliano Bastos. *Cartas do Solitário*. 3ª edição feita sobre a 2ª edição de 1863. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. [1ª edição de 1862]. p. 164; p. 160.



indício de que a noção de raça sofreu modificações e atualizações, pois não foi sempre científica, biológica e determinista. Ao mesmo tempo, houve certa continuidade em determinado aspecto.

No final da década de 1860, deputados e senadores imperiais debatiam acerca da viabilidade da imigração asiática para o Brasil – e convém advertir que ela jamais foi cogitada para o Rio Grande do Sul. Antônio Augusto da Costa Aguiar então polemizava com Quintino Bocayuva, classificando como inaceitável empregar “dinheiros públicos em demanda de *uma raça, como é a chinesa*”.²⁶ Os custos, todavia, não eram a única motivação impeditiva. Ao apresentar os argumentos que embasavam sua rejeição aos “chins”, cuja importação (assim como a dos africanos) rebaixaria o Brasil ao nível “de degradação de Macau e Gôa”, Aguiar manifestava também, de forma relacional, os critérios de sua predileção. Ele desejava “raças inteligentes e intrépidas” tais como “alemães e americanos”.²⁷ Costa Aguiar parecia empregar uma noção binária de raça-nacionalidade que levava em consideração também o que ele julgava ser a “origem” europeia (portanto, aceitável) de gente nascida fora do velho mundo, no caso os estadunidenses. Portanto, se a segunda metade do século XIX inovou a noção de raça, houve também *continuidade de uma compreensão racializada das nacionalidades*.

A raça nem sempre estava enunciada nos argumentos dos defensores da imigração e não era admitida como critério nas leis; mas tanto os argumentos extrajurídicos quanto a legislação faziam certas referências à cor e comportavam um entendimento racializado das

26 Itálicos meus. Antônio Augusto da Costa Aguiar. *Crise da lavoura ou resposta ao opúsculo com o mesmo título que publicou na Corte o Sr. Quintino Bocayuva*. Rio de Janeiro: Typographia de H. Schroeder, 1868. p. 05.

27 Ibidem, p. 08.



nacionalidades, das origens e das qualidades. Nas primeiras décadas oitocentistas, “empregar gente branca, livre e industriosa”, no caso os “colonos alemães”, oferecia uma “superior vantagem” ao Rio Grande do Sul, conforme uma decisão imperial;²⁸ e as embarcações que conduzissem “colonos brancos” aos “diversos portos do Brasil” estavam “isentas de pagar o imposto de ancoragem”, segundo uma lei.²⁹ Em 1852, um projeto de lei era bastante contundente acerca dos critérios que deveriam orientar a “introdução de trabalhadores livres” no país: da categoria “colonos importados” – previa já o primeiro artigo – ficavam “exceetuados os filhos d’África”.³⁰ A proposta não chegou a ser sancionada nos tempos do Império; entretanto, é impressionante a semelhança dos seus termos com um decreto editado nos primeiros anos da República, indicando certas continuidades: da “introdução de imigrantes” no país ficavam excluídos os “indígenas da Ásia ou da África”; a redação era taxativa e tornava evidente, por meio de normas legais, os objetivos de gente que ocupava elevados cargos públicos: “os agentes diplomáticos e consulares dos Estados Unidos do Brasil *obstarão pelos meios a seu alcance* a vinda dos imigrantes daqueles continentes”.³¹ Escritas por quem administrava o país com uma noção de raça na cabeça, dificilmente as normas (e as práticas) orientadas por aquela noção estariam isentas.

28 Palácio do Rio de Janeiro, Decisão Imperial nº 80, de 31 de março de 1824. In: Luiza Horn Iotti. (Org.). *Imigração e colonização. Legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: ALERGS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001. p. 79.

29 Lei nº 99, de 31 de outubro de 1835. Idem, *ibidem*. p. 94.

30 *Systema de medidas adoptaveis para a progressiva e total extinção do tráfico e da escravidão no Brasil confeccionado e aprovado pela Sociedade contra o tráfico de africanos*. Rio de Janeiro: Typographia do Philantropo, 1852. p. 19.

31 *Itálicos meus*. Decreto Nº 528 de 28 de junho de 1890. In: Luiza Horn Iotti. Op. Cit., p. 452.



Como demonstrou Wlamyra Albuquerque, foram elaborados mecanismos jurídicos anti-africanos no Brasil da segunda metade do século XIX – e pode-se acrescentar que eles apenas deram continuidade às práticas anteriores. Por meio de interpretações interessadas da legislação e debates jurídicos ambíguos, os integrantes da comissão de justiça do Conselho de Estado, sediado no Rio de Janeiro, ora proibiam a imigração de africanos em particular, ora rejeitavam a entrada de quaisquer homens de cor, independente de sua nacionalidade ou condição jurídica. Conforme a autora, casos muito diferentes foram analisados pelo Conselho, mas sempre orientados pela diretriz de que pessoas “de cor”, livres ou libertas, não podiam imigrar para o Brasil. Tratava-se de uma política nacional. O Conselho de Estado assim enfrentava o problema de restringir a entrada de negros sem elaborar uma legislação racista.³² Pode-se concluir que a maneira como a colonização foi conduzida no Rio Grande do Sul estava inserida em um contexto bastante amplo, que extrapolava – e muito – as fronteiras da província.

Em 1884, diversas cartas redigidas por um lavrador fictício, auto-intitulado “súdito fiel”, tomaram por alvo central a figura de Dom Pedro II e o projeto imigrantista:

*Na questão servil, há dois problemas capitais: tirar o escravo do cativeiro e incorporar o liberto na sociedade civil; pois fora **cruel e iníquo pretender a sua eliminação** desta, como pretenderam os abolicionistas norte-americanos, e **convosco parecem***

32 Wlamyra Albuquerque. Op. Cit. p. 38, p. 46-48; p. 79.



*pretender também os imigracionistas brasileiros.
[negritos meus]*³³

O autor anônimo condenava os defensores da importação de europeus por desejarem, ao que parece, eliminar o liberto da sociedade civil, ou seja, negar-lhes os mesmos direitos concedidos aos livres, tal como havia acontecido nos Estados Unidos. Ao comparar libertos e imigrantes, o súdito fiel sugeriu que a distribuição desigual de direitos era algo efetivamente desejado no Brasil tanto por imigrantistas quanto pelo próprio monarca:

*Vosso gosto pelas línguas estrangeiras deu-vos essa queda invencível, que tendes pelos que não falam português, e o desejo imoderado de encher este país intertropical **de gente do norte da Europa, com todos os direitos civis e políticos e com toda a preponderância** sobre o futuro desta pátria”. [negritos meus]*³⁴

Tratava-se de uma crítica ao gosto do rei por gente com “origem” europeia. Mas o próprio autor acreditava na falta de trabalhadores gerada pelo processo de emancipação, e concluía: “não temos braços” no Brasil e “nem podemos havê-los, senão da Europa”.³⁵ Em suma: ele era um membro do mesmo grupo imigrantista que criticava. A diferença residia no fato de que, ao contrário de outros, o súdito fiel parecia não

33 *Manual do súbdito fiel ou cartas de um lavrador à Sua Majestade, O Imperador, sobre a questão do elemento servil*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia de Moreira, Maximino & C., Rua da Quitanda, 111 e 113, 1884. p. 92.

34 Idem, p. 62.

35 Ibidem, p. 08.



estar muito disposto a insistir na defesa escancarada da distribuição desigual de direitos.

Ao explicar suas esperanças sobre uma futura sociedade sem amos e cativos, o governador José Júlio de Albuquerque Barros deixou transparecer que suas medidas administrativas eram mesmo guiadas por certas ideias a respeito de supostas habilidades diferenciadoras. Para ele, “a inteligência e a moralidade” constituíam requisitos para o trabalho livre e não eram “privilégio de nenhuma raça”. Entretanto, em seguida, ao comparar libertos e imigrantes, o presidente provincial defendeu que seria “desarrazoado exigir do egresso do cativo” o mesmo “grau de aptidão” encontrado nos estrangeiros. Era preciso, portanto, “tornar bem conhecidas” na Europa as “condições favoráveis à imigração” no Rio Grande do Sul. Entre os diversos “auxílios” e “benefícios” prometidos, estava a “plena garantia dos direitos civis” aos imigrantes, bem como a “extensão dos [direitos] políticos” aos europeus naturalizados brasileiros.³⁶ Seguindo a mesma lógica politicamente restritiva, o governador Rodrigo de Azambuja Villanova afirmava, em 1887, que os negros emancipados não tinham “uma noção clara dos direitos”, motivo pelo qual era “preciso convencer o liberto” de que havia “só de real o dever do trabalho”.³⁷

36 José Júlio de Albuquerque Barros. *Relatório apresentado a S. Exc. O Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, 2º Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelo Exm. Sr. Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros ao passar-lhe a Presidência da mesma Província no dia 19 de setembro de 1885*. Porto Alegre: Oficinas Typográficas d'O Conservador, 1886. p. 166-168.

37 Rodrigo de Azambuja Villanova. *Relatório apresentado ao Ilmo. E Exmo. Sr. Dr. Jacinto de Mendonça, 3º Vice Presidente, por S. Ex. o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º Vice-Presidente, ao passar-lhe a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 27 de outubro de 1887*. Porto Alegre: Oficinas Typográficas d'O Conservador, 1887. p. 71-72.



Quando se referiam aos europeus, as autoridades políticas provinciais tendiam a falar em trabalho, direitos e qualidades; quando se referiam aos libertos, tendiam a falar em trabalho, deveres e ausência de virtudes. No discurso de Albuquerque Barros, o anúncio de universalidade das “aptidões” raciais coexistia com o escancarado favorecimento aos imigrantes, escolha traduzida nas diferenças de tratamento que deveriam ser dispensadas àqueles dois grupos sociais. A distribuição de direitos tendo a raça como critério não estava enunciada nos códigos jurídicos escritos, mas era uma ideia que circulava nos debates sobre abolição e imigração, exatamente como havia sugerido o súdito fiel ao denunciar que a vontade dos imigrantistas era conceder a “gente do norte da Europa” não apenas “direitos civis e políticos”, mas também “preponderância sobre o futuro desta pátria”.

A persistente imagem do Rio Grande do Sul como lugar de europeus livres cumpria funções simbólicas e políticas importantes. Primeiro, caracterizava uma província isenta da “desordem” e do “caos” que a multidão de africanos seria capaz de causar ao bom governo do Império. Segundo, a europeização e o branqueamento resultavam em certa incompatibilidade entre o Rio Grande do Sul e a escravidão: ao tornar-se um lugar de brancos livres oriundos da Europa, o Rio Grande do Sul deixava de ser um lugar de escravos negros oriundos da África. À semelhança de uma moeda de duas faces, a construção do Rio Grande do Sul como lugar de imigrantes era *simultaneamente* a construção da invisibilidade da escravidão e, por consequência, da população negra. Tratava-se de uma leitura social politicamente conservadora, especialmente nos momentos finais do cativo, porque avessa aos conflitos e transformações próprios àquele momento



histórico, em que as massas de escravos emergiam como sujeitos do processo abolicionista; tratava-se também de uma visão racialmente homogeneizante, porque baseada no branqueamento e na ocultação da diversidade racial da província.

As predileções e recusas dos administradores públicos por determinadas nacionalidades em detrimento de outras eram relevantes, porque integravam e condicionavam projetos de desenvolvimento político e econômico regional e nacional. Ao longo de todo o século XIX, foi conferida absoluta centralidade à identidade europeia como referencial seletivo (logo, excludente) das nacionalidades que deveriam ou não ser aproveitadas na composição da mão-de-obra livre. Os processos de colonização, imigração e substituição jamais foram neutros; as referências diretas à cor e à raça poderiam estar presentes, mas também poderiam ser dispensadas nos casos em que a nacionalidade, o continente de proveniência e certas peculiaridades distintivas, abonadoras ou depreciativas cumpriam a função de identificador racial. O Rio Grande do Sul oitocentista foi palco de um processo de modernização conservadora baseado em um entendimento racializado das “origens” e das “qualidades” dos seus trabalhadores.

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo** (1888-1988). Bauru: Edusc, 1998.



- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda Negra, Medo Branco.** O negro no imaginário das elites no século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebeca. **Além da escravidão:** investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GANS, Magda Roswita. **Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX.** (1850-1889). Porto Alegre: Editora da Ufrgs/Anpuh, 2004.
- GUTFREIND, Ieda. “**O negro no Rio Grande do Sul:** o vazio historiográfico”. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, XVI (1, 2), jul. e dez., 1990, pp. 178-187.
- IOTTI, Luiza Horn. (Org.). **Imigração e colonização.** *Legislação de 1747 a 1915.* Porto Alegre: ALERGS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas.** Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- OLIVEN, Ruben. “A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul”. In: LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). **Negros no Sul do Brasil:** invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. pp. 13-32.
- RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio.** Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade:** história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2014.



- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.
- SILVA, Márcio Antônio Both da. **Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense (1850-1900)**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 2004.
- SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WARE, Vron. (Org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/ Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004.

Fontes

- Antônio Augusto da Costa Aguiar. **Crise da lavoura ou resposta ao opúsculo com o mesmo título que publicou na Corte o Sr. Quintino Bocayuva**. Rio de Janeiro: Typographia de H. Schroeder, 1868.
- Aureliano Bastos. **Cartas do Solitário**. 3ª edição feita sobre a 2ª edição de 1863. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. [1ª edição de 1862].
- Manoel Antônio Galvão. **Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul**, o senador conselheiro Manoel Antônio Galvão, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita



e despesa para o anno de 1847 a 1848. Porto Alegre: Typographya de Argos, 1847.

Herbert Smith. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922. [1ª Edição de 1890]

João Severiano Maciel da Costa. **Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos africanos no Brasil**; sobre como e condições com que esta abolição se deve fazer; e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1821.

José Eloy Pessoa da Silva. **Memória sobre a escravatura e projeto de colonização dos europeus e pretos da África no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imperial Typographia de Plancher, Impressor Livreiro de Sua Majestade Imperial, 1826.

José Feliciano Fernandes Pinheiro. **Anais da Província de São Pedro**. Petrópolis: Ed. Vozes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978. [1ª edição de 1819].

José Júlio de Albuquerque Barros. **Relatório apresentado a S. Exc. O Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos**, 2º Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelo Exm. Sr. Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros ao passar-lhe a Presidência da mesma Província no dia 19 de setembro de 1885. Porto Alegre: Oficinas Typográficas d'O Conservador, 1886.

Manual do súbdito fiel ou cartas de um lavrador à Sua Majestade, O Imperador, sobre a questão do elemento servil. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia de Moreira, Maximino & C., Rua da Quitanda, 111 e 113, 1884.



Rodrigo de Azambuja Villanova. **Relatório apresentado ao Ilmo. E Exmo. Sr. Dr. Jacinto de Mendonça**, 3º Vice Presidente, por S. Ex. o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º Vice-Presidente, ao passar-lhe a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 27 de outubro de 1887. Porto Alegre: Oficinas Typográphicas d'O Conservador, 1887.

Systema de medidas adoptaveis para a progressiva e total extinção do tráfico e da escravatura no Brasil confeccionado e aprovado pela Sociedade contra o tráfico de africanos. Rio de Janeiro: Typographia do Philantropo, 1852.

Visconde de Abrantes. **Memória sobre meios de promover a colonização.** Berlim: Tipografia Unger Irmãos, 1846.





SAÚDE E HIGIENE NO RECIFE NA DÉCADA DE 1920

Vittor Leandro Bezerra Prestrelo

Introdução

Os anos 1920 marcam o Recife através das intensas mudanças pelas quais a cidade passou. Ao longo da década vemos a cidade ser transformada aos moldes de cidades consideradas “adiantadas” como o Rio de Janeiro, Londres ou Paris. Os diversos prefeitos que estiveram à frente da capital de Pernambuco fizeram o possível para modificar costumes e práticas comuns aos habitantes recifenses, principalmente aqueles hábitos considerados “retrógrados” ou “coloniais”. O intuito era transformar o Recife em cidade “civilizada”.

Recife pode ser considerada como uma cidade paradoxal. Passou o decurso dos anos vinte “assistindo” o embate entre as tradições e o moderno e suas “maravilhas”. Como não poderia deixar de ser, a modernidade com toda a sua força ocupou papel central nesta trama. Pensando em concordância com Antonio Paulo Resende:



A modernidade pode ser concebida como um processo civilizatório. Ela não demoliu todas as tradições, nem as menosprezou. Seu diálogo com as tradições foi fundamental. Sem compreendê-lo fica difícil analisar as profundidades de suas perspectivas. Nas mudanças trazidas pela modernidade, observamos componentes das culturas gregas, romanas, cristã e judaica. Com isso, há permanências indiscutíveis, não apenas na formulação dos pensamentos filosóficos, como também nos hábitos e nas sensibilidades. (REZENDE, 2012:08)

O Recife passa esse período, seguindo o exemplo brasileiro, envolvido nos modernismos de Gilberto Freyre, Portinari, Graciliano Ramos, Joaquim Inojosa, Mário de Andrade e outros (REZENDE, 2012:09).

Tais transformações alteraram bastante a vida dos moradores recifenses. A luz elétrica, por exemplo, em meados de 1920 já estava relativamente popular no Recife. Outro ponto: em concordância com Sylvia Couceiro, pensamos que a industrialização pelo qual algumas cidades do Brasil passavam, trouxe de modo geral, muitos benefícios para seus habitantes como o aumento das condições de higiene, conforto e a facilitação do trabalho. (GIARD, 1994:248) No entanto, pensamos que devemos problematizar e mostrar que para além dos benefícios muitas vezes aconteciam problemas advindos destas “maravilhas modernas”.

Com o advento da modernidade, muitos trabalhadores pobres do Recife vão ter suas vidas e profissão profundamente alteradas. Ao mesmo tempo em que trazia benefícios, a modernidade mostrava suas



“garras”. Ao permitir a entrada de vários utensílios modernos, que de certa forma, facilitava a vida de alguns prejudicava o labor de outros. Era o caso dos barbeiros que perderam vários clientes por causa das lâminas de barbear que permitiam que cada um fizesse suas barbas em casa, não necessitando mais pagar um profissional para isso.¹

Os automóveis constituem outro importante exemplo. Foi para o gozo destas máquinas que ruas foram abertas, casarões e prédios derrubados e práticas alteradas. A rua passou a ser do “auto” ao invés das pessoas. Ao passo que permitiam que pessoas abastadas cruzassem a cidade com mais velocidade, economizando tempo, devido a imprudência, imperícia e negligência dos seus condutores, muitas vezes desastres aconteciam. Outra questão: com a introdução cada vez maior de automóveis no Recife, o transporte público passa a perder cada vez mais status, sendo encarado como transporte de pobre (COUCEIRO, 2009:148), pois aqueles que possuíam seu “auto” não ia querer ser transportado “apinhado” nos bondes ou nas maxambombas do Recife.

Recife: Saúde e Higiene

Sem dúvida questões relativas à saúde pública e a higiene da urbe preocupavam os jornalistas do período. Frequentemente encontramos notícias, notas e matérias nos mais variados jornais tendo como tema a saúde das pessoas e/ ou a higienização da cidade. A Recife que se queria “moderna”, “adiantada” e “civilizada” antes precisava de melhorias

1 Idem.



sanitárias. A partir de agora abordaremos tais questões e tentaremos situar o leitor dentro desses problemas os quais eram cotidianamente enfrentados por trabalhadores pobres recifenses.

Uma cidade que se queria regida pela égide do “progresso” em primeiro lugar deveria cuidar de suas crianças. No entanto, o Recife possuía uma alta taxa de crianças falecidas entre 0 e 1 ano de idade e era conhecida na época como “matadouro de crianças”. Fato é que o “momentoso” problema da mortalidade infantil por vezes ocupava lugar nas notas dos jornais. Na virada da década, um dos primeiros jornais a publicar matéria sobre o assunto foi “A Província”. Na nota “A mortalidade infantil do Recife” de 3 de Janeiro de 1920 o texto mostra que apesar de alto o índice de “lethalidade infantil” no Recife, não era relativamente maior do que em muitas outras cidades brasileiras como no Rio de Janeiro (Distrito Federal) e São Paulo.²

A “nobre” ideia do texto é retirar do Recife “a humilhante insígnia de matadouro de crianças, expoente máximo de mortalidade infantil” e para isso o autor compara os números das principais cidades do país neste quesito através de tabelas publicadas na “Secção Demographica da Diretoria Geral de Saúde Pública”. Segundo quadro comparativo elaborado e apresentado pelo autor da nota, o jornalista José de Barros Filho, o Recife aparece com números relativos bastante baixos se comparados aos de algumas outras cidades do Brasil. Na página seguinte transcrevemos a tabela:

2 A Província, 03/01/1920.



QUADRO I: Secção Demographica da Diretoria Geral de Saúde Pública/ Quadro Comparativo

Cidades	Annos	Total de Óbitos	Óbitos de 0 a 1 anno	Proporção em 100 óbitos
R. de Janeiro	1917	21508	5043	23,43
São Paulo	1917	7908	2619	33,11
Porto Alegre	1917	3839	1035	26,96
Fortaleza	1917	1812	523	28,39
Manaós	1917	1178	276	23,42
Parahyba	1917	854	290	33,95
Recife	1917	6347	1264	19,91

Como podemos observar nas estatísticas oficiais, Recife aparece com sua taxa de mortalidade infantil realmente mais baixa do que em outras cidades, no entanto o próprio autor da tabela reconhece que tais números ainda não são suficientemente aceitáveis para uma cidade em vias de “progresso” e afirma que é “alta percentagem mortuária” na capital de Pernambuco.³

Ainda segundo José de Barros Filho a causa desta alta taxa de mortalidade infantil “reside nas doenças do aparelho digestivo, predominantes nesse período de vida, originárias dos vícios de alimentação, dos defeitos de regimen, da falta de cuidados, da ausência de hygiene, tão freqüentes ainda em nosso povo [...]”.⁴ Sobre esta declaração devemos fazer algumas considerações.

3 A Província, 03/01/1920.

4 Idem.



A primeira delas faz coro ao fato da mortalidade infantil estar ligada às doenças do aparelho digestivo. Em primeiro momento, o leitor mais desprevenido poderá pensar que as doenças que mais vitimavam no período eram as do trato respiratório, com a tuberculose, ou tísico como era conhecida, liderando-as. Contudo, e ao contrário do que se possa imaginar, eram as doenças do sistema digestivo que mais matabam no Recife da década de 1920.

Já na virada da década de 1910 o “Jornal Pequeno” publica a seguinte nota: “A tuberculose, no obituário da cidade, cedeu o lugar de honra as moléstias do aparelho digestivo.” De acordo com a nota “mesmo a tuberculose, que sempre teve para nós o caracter de um flagello permanente, [...] vem figurando, de certo tempo a esta parte, em plano inferior ás referidas moléstias.” Tanto é que em Dezembro último o “placar” entre as duas *causa mortis* ficou em 27 óbitos para a tuberculose contra 36 para infecção intestinal.⁵

Ao confrontarmos estas duas cifras surgem-nos dois tipos de reflexão:

Ou a tuberculose, velha e irreductivel ceifadora de nossa população, principalmente no seio das classes pobres, perdeu a ferocidade lethal que lhe dava o primeiro logar no coeffericiente demographico da cidade graças a uma ação de prophylaxia especial e systhematica, atacando os seus conhecidos focos de origem e propagação, localizados nos centros das péssimas habitações populares urbanas e suburbanas, campanha sanitária que está ainda a ser feita entre nós; ou persistem as suas causas e effeitos, o que se nos

5 Jornal Pequeno, 05/01/1920.



*affigura mais (ilegível) e provável, sendo o aumento da mortalidade pelas moléstias do aparelho digestivo um fructo da falta de hygiene alimentar, que tem sido objecto de impressionantes reportagens e repetidas reclamações desta folha.*⁶

Para o periódico a causa deste problema encontra-se na falta de fiscalização “pelos poderes sanitários” dos gêneros de primeira necessidade comercializados na urbe recifense. Classifica também como “pernicioso” o comércio de gêneros alimentícios. Na verdade acontecia que muitas vezes a fiscalização da “Hygiene Pública” (órgão responsável pelas questões sanitárias da cidade) era insuficiente para realizar uma vigilância intensa e complementar, a fim de evitar “o comércio de gêneros deteriorados [...], expostos a venda nas mercearias, nas tavernas, [...], sem nenhuma protecção ao contacto nocivo das moscas, da poeira, etc.”⁷

Entretanto o problema não estava restrito apenas as mercearias, tavernas e as ruas do Recife. Hotéis de segunda ordem, casas de pasto e “notadamente” nas “espeluncas sórdidas onde se fornece, a preço baixo, alimentação as classes proletárias” não eram observados os mais “comesinhos” preceitos de hygiene. Sob este ponto de vista do “jornal Pequeno”, urgia, portanto, “uma acção conjunta no objectivo superior” de beneficiar a população tanto da municipalidade quanto do Governador afim de se extinguir os “perniciosos costumes do comércio de gêneros alimentícios.”⁸

6 Jornal Pequeno, 05/01/1920.

7 Idem.

8 Idem.



Ainda sobre este assunto o “Jornal Pequeno” não se dá por satisfeito com a denúncia que havia feito e que citamos acima, e pouco tempo depois, cerca de 10 dias, publica outra grande nota evidenciando outras questões sobre o tema. Com o título “Contra os envenenadores do povo” é publicada no dia 13 de Janeiro de 1920 nota onde nela se denuncia as péssimas condições de alimentação, seja no âmbito privado ou no público, a que estavam expostos os trabalhadores do Recife. Afirma o jornal que de acordo com “todos” os médicos as causas das doenças do trato digestivo terem ultrapassado as do respiratório encontra-se na falta de higiene alimentar. Desde

*cosinhas domésticas às cosinhas das casas de pasto, hotéis, restaurantes, cafés e principalmente nos sórdidos commedoiros que o observador, estarrecido e ennojado, ainda defronta em todos os bairros do Recife, fornecendo alimentação barata e nociva as classes populares.*⁹

Para o periódico reinava em toda parte uma negligência, um menosprezo “inqualificável por uns tantos preceitos hygienicos que, nas cidades cultas, jamais são descuidados e escarnecidos.” No entanto, o “abuso maior” estava ligado diretamente a “clamorosa e injustificável” comercialização de gêneros deteriorados.¹⁰ Para o melhor entendimento da questão vale a pena transcrever o seguinte parágrafo:

As classes menos abastadas são as que soffrem em mais larga escala as consequências desse comercio

⁹ Jornal Pequeno, 13/01/1920.

¹⁰ Idem.



*criminoso e funesto. Compellido, pela carestia da vida, á contingência de adquirir gêneros por preços mais módicos, o pobre sujeita-se a comprar a charque sentido, o feijão bichado, a farinha mofada, resignando-se ou mesmo ignorando que compra com o dinheiro do seu trabalho, ganho, muita vez, a preço de muita angustia, os germens das infecções intestinaes que o inutilizam para o trabalho, quando não o matam, roubando-lhe por cima a mulher e os filhos.*¹¹

Em seguida o jornal pede que se faça uma campanha mais rígida de fiscalização, coibindo a comercialização de alimentos impróprios para o consumo, dando ênfase à inspeção de cozinhas de casas de pasto e especialmente, das “espeluncas em que as classes populares se alimentam.” Após tanto alarde na mídia jornalística a “Hygiene” decide que era hora de medidas mais enérgicas para tentar solucionar o problema. Através de um de seus diretores, o dr. Francisco Clementino, iniciou-se uma campanha “disposta a encetar e levar a bom termo” tal “reclamada e salutar” empreitada contra a venda de alimentos deteriorados.¹²

Vemos aqui mais uma vez os jornais do Recife “elegerem” mais um dos “vilões” da cidade. Sob a alcunha de “envenenadores” os donos de casas de pasto, botequins e mercearias são postos no banco dos réus e, de certa maneira, acusados de contribuir para o atraso da urbe. No entanto, os problemas sanitários não se restringiam apenas à má alimentação e as doenças decorrentes da mesma.

11 Idem.

12 Idem.



Tanto é que em 03 de Julho de 1928 o “Jornal do Recife” tece alguns comentários sobre a mensagem do Governador do Estado, Estácio Coimbra, acerca da Repartição de Saneamento e o estado sanitário do Recife. Segundo a matéria o próprio governador reconhece que se encontra em “máu lugar o capítulo que diz respeito á hyginene e saúde publicas.” De acordo com o discurso do governador o estado sanitário não era o ideal, além de precária a situação da saúde pública uma vez que esta ultima encontrava-se dependente de “uma completa rede de esgoto, (e) do saneamento das habitações.” Sobre estas afirmações, sentencia o jornal que o estado sanitário do Recife é “simplesmente alarmante”, pois apenas um terço da cidade estava basicamente saneada, ou seja, “um total de sete mil setecentos e sessenta e dois (7.762) prédios saneados para um total de vinte mil (20.000).”¹³

Ironicamente o periódico utiliza da mesma “base de cálculo” para afirmar que “por um terço também, deve ser o bom estado da saúde pública, segundo a própria theoria do governo.” Nos domicílios do Recife a situação era ainda mais complicada. Estava em voga uma espécie de “jogo da batata quente” entre o Estado e os proprietários de imóveis onde cada “participante” além de não assumir sua parcela de culpa dentro do estado de coisas, atribuía ao outro as causas do problema. Enquanto os detratores do governo culpam o Estado pela precariedade de habitações basicamente saneadas, os defensores do Governo culpavam a falta de recurso dos proprietários “pela situação”. Fato era que para se sanear uma habitação se fazia necessária um linha de distribuição de água eficiente e coletores de esgoto em muitas “artérias”,

13 Jornal do Recife, 03/07/1928.



no entanto não era isto que acontecia e, logicamente, “retardava-se o esgotamento dos prédios da cidade.”¹⁴

De fato, um dos maiores problemas encontrados para o saneamento estava dentro dos próprios domicílios. E novamente irônico pergunta o periódico: “Não é isto a prova de que, em matéria de hygiene apenas lavamos a bocca e limpamos os dentes?” Para os jornalistas do período pouco importava se dar ao “luxo” de possuir uma repartição de higiene social se esta muitas vezes era ineficiente para com as suas atribuições. E crava:

*De que nos vale saber se o domestico é ou não um elemento ethnico, factor de trabaleo, ou vehiculo de moléstias transmissíveis, se no interior de nossas habitações estão os focos de moléstias as mais perigosas e incuráveis? De que servirá a uma dona de casa a carteira de sanidade que lhe apresenta a ama da cozinha, si na cantina, si accomodam imperturbáveis, os micróbios portadores de males, germens de moléstias horríveis?*¹⁵

Como apenas desenvolvia uma ação de fiscalização, muitas vezes a repartição de “Hyginene Social” é criticada nos jornais do período por não atuar de forma mais incisiva, tendo “apenas o mérito de examinar o estado de saúde de domésticos e sem poder chamar a si a gloria da instituição que pertence, incontestavelmente, boa ou má, a polícia.”¹⁶ No jornal “A Província” a opinião porém era outra: em vez de se tornar

14 Idem.

15 Idem.

16 Jornal do Recife, 03/07/1928.



caso de polícia, o “Departamento de Saúde Pública” e a “Prefeitura Municipal” deveriam auxiliar aqueles que não possuíam condições de sanear os imóveis que habitavam. Em nota do dia 8 de Maio de 1925, intitulada “Habitações Populares”, o periódico faz algumas considerações elucidativas acerca desta questão. Neste período o Estado vinha exigindo um maior saneamento e higienização das casas populares e que muitas vezes eram impossíveis para uma pessoa pobre conseguir cumprir, “colidindo” com as condições econômicas das mesmas. Na mesma nota sai o jornal em defesa dos trabalhadores pobres dizendo:

E é justamente para que se possa conciliar taes interesses, por sua vez respeitaveis – porque as condições económicas das classes trabalhadoras e até médias da sociedade são hoje em dia supinamente precárias – com as exigências do saneamento das habitações e da modernização da cidade, que os poderes públicos devem ao mesmo tempo cuidar de construir casas para aquelles que absolutamente, não podem enfrentar os alugueres actuais, elevados successivamente [...].¹⁷

E a solução para o problema da construção de tais casas estava justamente no parágrafo seguinte:

É obvio que as demolições feitas naquelles esboços sombrios e infectos de habitação, que pullulavam abundantemente nos arredores da cidade, deve corresponder a construção de grupos de casas, hygienicamente habitáveis, tanto para proletários,

17 A Província, 08/05/1925.



propriamente ditos, quanto para funcionários públicos.¹⁸

Segundo o jornal no que “respeita ao capital” poderíamos ver uma constante e progressiva construção de chácaras e “palacetes” por quase todos os arrabaldes do Recife, dando em breve condições de se afirmar a cidade terá um “conjuncto magníficos de bellos prédios, saudáveis e confortáveis, e que valerão “indubitavelmente” como elemento de estética. Mas no que concernia às habitações populares ainda existia muito o que se fazer. No entanto o projeto já estava “provisoriamente” iniciado. Duas iniciativas já haviam sido concluídas: a vila Popular, de Arraial, e a vila Operária, em Afogados, esta ultima inaugurada festivamente no último dia 03, como parte das comemorações ao Dia do Trabalho.¹⁹

Uma das medidas do Governador para tentar solucionar a questão do saneamento não só do Recife, como também de várias cidades do interior foi a convocação do “reputado” engenheiro sanitário Saturnino de Brito. Tendo em vista a insuficiência do saneamento da cidade, com população calculada em 400.000 habitantes, é incumbido em meados de 1928 de tentar reverter o quadro sanitário do Recife, que a época beirava apenas 8.000 casas saneadas para um total de algo próximo de 20.000. Conhecido pela imprensa da época como um homem “de bom senso e de senso esthetico”,²⁰ fora resolver a questão do baixo número de casas saneadas, Saturnino de Brito tinha como principal missão

18 Idem.

19 A Província, 08/05/1925.

20 A Província, 29/07/1920.



resolver o problema do abastecimento de água que a época apresentava-se com “sensíveis deficiências”. Para se ter uma ideia, lugares distantes como a Várzea, a “água não chegava”, ou seja, não eram abastecidos. Pontua ainda a nota que para não “preparar margens para mystificações”, tal iniciativa deveria resolver primeiramente os problemas do Recife para depois partir para as cidades do interior.²¹

Entretanto, a água que faltava encanada nas casas das pessoas, muitas vezes vinha em excesso através das chuvas, causando uma série de outros problemas. Recife como tanto nos gosta de lembrar os jornalistas do período estava se “adiantando”, mas ainda não estava preparada para lidar com o período de inverno quando este irrompia. Por causa deste despreparo, quase sempre quando chovia além do limite o qual a cidade podia agüentar, a cidade e seus habitantes sofriam os danos causados pelas enchentes.

Era comum na capital recifense em dias de chuvas “copiosas” diversas ruas serem inundadas, algumas delas ficando com o trânsito “quasi impossível”. Nos subúrbios a situação era igual ou pior: diversas vias públicas alagadas e com o “serviço dos vehiculos” prejudicados. Nessa época também o mar mostrava sua ferocidade, por vezes encontrando-se “agitadíssimo”. Era de praxe, na capital de Pernambuco, quase sempre que chovia mais forte, alguns casebres ficarem “damnificados”.²²

Foi o que aconteceu na casa da octogenária Margarida Maria da Conceição, que morava em “casa própria” no bairro do Peres há cerca de 30 anos “juntamente com mais cinco pessoas de sua família”. No dia 03 de Maio de 1921, a “velhinha” Margarida ficou sozinha em casa,

21 A Província, 08/05/1925.

22 Jornal Pequeno, 02/05/ 1921.



como de costume, enquanto seus familiares saíram para seus afazeres. Aconteceu que, “devido ao grande aguaceiro cahido hontem, a casa desabou, sahindo Margarida, felizmente, incólume.”²³

De fato, dois fatores que não combinavam no Recife dos anos 1920 eram: o inverno e as casas velhas. O dia 02 de Maio de 1928 foi marcado por uma noite de chuva constante. Esta por sua vez, devido o “estado de arruinamento de certas casas da cidade, havia de provocar algum desabamento, ou pelo menos, estragos em algum prédio.” Foi exatamente o que aconteceu no Largo da Assembléia, bairro do Recife, parte sul. Um sobrado de dois andares, já bastante arruinado, devido “aguaceiro” caído no dia 02, veio abaixo “estrondosamente”, “ruindo todo o tecto e parte da parede que o sustentavam.” Constatava também o jornal o seguinte:

*Aliás, para fazermos justiça, que todo o lado sul do bairro, desde a rua do Rosário, exclusivo, existem inúmeras casas, verdadeiros pardieiros carcomidos pelo tempo, que com essa chuvarada verificada ultimamente e que se prolongará, por certo, se constituem um grave perigo para os moradores dali, ameaçando, a cada momento, desabar.*²⁴

Notícias como esta eram bem comuns no período de inverno recifense. As chuvas vinham e quase sempre deixava estragos pela cidade.²⁵

23 Jornal Pequeno, 04/05/1921.

24 Jornal do Recife, 03/05/1928.

25 Não estamos dizendo que a chuva era responsável pelos “estragos” nos imóveis e logradouros públicos, mas apenas reforçando a ideia de que a cidade que se pretendia “moderna” e “adiantada” precisava de mais infra-estrutura para suportar o período de inverno.



Em nota intitulada “O inverno em Recife – até a paciência se estraga...” de 04 de Maio de 1922 relatava que “a quadra invernosa, rigorosa como tem sido, veio trazer sérios transtornos [...]”. Avisava o jornalista que tal matéria era direcionada àqueles que precisavam transitar pelos bairros da Torre, Madalena, Capunga ou ir à Olinda. Devido às chuvas, tais localidades tinham se transformado em lugares de difícil acesso, sendo bastante complexo encontrar um *chauffeur* que fizesse a viagem para estes locais. Narra o autor da nota que há cinco dias precisou urgentemente ir à Caxangá, mas não encontrou na praça um só *chauffeur* que aceitasse o chamado. A última hora aparece um “corajoso” que diz resolutamente:

— Vou eu; mas a viagem custa 100\$000.

— E porque esse preço assim exorbitante?

— Porque são tantos e tão grandes os buracos na estrada, que eu terei que ficar fatalmente com o carro atolado n’um delles. Assim peço logo o dinheiro necessário para fazer sahir o automóvel do atoleiro.”²⁶

Ainda segundo a mesma nota, para se ir a Madalena existe a necessidade de se fazer uma “longa volta e perigosa”, principalmente na passagem pela campina do Derby. Isto se devia por causa da inauguração da rua do Paysandu, “a passo de kagado”, estar marcada apenas

26 Jornal Pequeno, 04/05/1922.



para o dia 7 de Setembro, comemorando-se assim o “tão falado e atanasado” Centenário.²⁷

Para se ir a Tegipió, a estrada de barro vermelho que ia do Largo da Paz a Giquiá, “dizem que está quasi intransponível”, cheia de buracos, “sendo um optimo ponto para o automóvel que quizer se dar ao *sport* de derrapar.” “Saltar” de um bonde então, em qualquer lugar dos “nossos arrabaldes”, era o mesmo que pular dentro de um lodaçal, estragando os sapatos “e a paciência”.²⁸

Ao final, lembra o autor da nota que todos os anos em tempo de inverno são feitos novos “pedidos”, “súplicas” e “reclamações” e as mesmas são respondidas igualmente com promessas, “os mesmos gestos patrióticos”.²⁹ Algo bem parecido com o que temos na contemporaneidade.

Considerações Finais

É verdade que o Recife passou por muitas transformações no decorrer dos anos 1920. Seguindo uma tendência vinda de cidades brasileiras de grande porte e até do exterior, a cidade foi embelezada, novos meios de transporte foram introduzidos, modos de morar foram redefinidos, distâncias encurtadas, novas práticas colocadas em execução. E, logicamente, tudo isto teve seu preço. A cidade crescia desordenadamente. Não havia um projeto político republicano claro e muitas vezes o Estado foi obrigado a adotar medidas que para nós contemporâneos soam incríveis, como fixar preço nos produtos.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Jornal Pequeno, 04/05/1922.



Estava em voga a “Ideologia do Progresso”. Governantes, intelectuais, escritores e jornalistas digladiavam-se quase que diariamente sobre como o Recife deveria ser. Os líderes do executivo municipal ansiavam por dar uma “face” moderna a cidade, retirando-lhe tudo aquilo que consideravam “atrasado”, “colonial”. Intelectuais e escritores, através de suas obras, ou em colunas de jornais, debatiam sobre o modernismo ou o regionalismo, e se alguma dessas vertentes deveria ser aplicada. O jovem Gilberto Freyre, por exemplo, defendia a modernização da cidade, de preferência utilizando símbolos próprios do Recife e desde que a mesma não perdesse seus traços originais, regionais. Jornalistas “denunciavam” diariamente em suas folhas tudo aquilo que consideravam imoral, e que contribuía para o atraso da cidade. Proprietários de imóveis, chauffeurs e merceeiros quase sempre eram tidos como “vilões” por contribuírem com este atraso, através de suas práticas consideradas “inadequadas”.

Nos anos vinte, sem dúvida, ficou mais difícil morar no Recife. Os preços dos gêneros de primeira necessidade dispararam. O preço da “carne verde” saltou de 1\$200 o quilo, para 2\$880 em finais da década, exigindo inclusive intervenções da prefeitura. E isto não foi apenas um fenômeno isolado: pão, leite e o peixe várias vezes ocupavam as notas nos jornais por também estarem sofrendo as consequências da inflação.

No entanto, não houve subida de preços maiores do que as das habitações no Recife. Assistimos ao longo da década à aceleração de um processo que praticamente expulsou os trabalhadores pobres das áreas centrais da cidade. Pessoas que exerciam suas funções no Porto tiveram que se mudar para áreas mais periféricas, devido ao escalonamento dos aluguéis de quartos no centro da cidade.



Vimos também que umas das questões que precisavam de resolução era a da saúde. A capital de Pernambuco, apesar de possuir um índice de mortalidade infantil menor do que o de outras capitais do Brasil, ainda assim era considerado alto. E isso incomodava os líderes do executivo municipal e a imprensa. Vimos também, ao longo da década, as doenças do aparelho digestivo, tomar o lugar das doenças do aparelho respiratório no obituário da cidade. Doenças advindas da má alimentação ou da alimentação de gêneros “deteriorados” começaram a vitimar mais pessoas que a tuberculose e o tísico. Ao analisarmos as publicações da época, percebemos que a culpa disto foi sumariamente posta nos comerciantes de alimentos, caracterizados de “desalmados”.

Ao longo do trabalho buscamos mostrar, em diversos setores da sociedade, os esforços empreendidos para tentar tornar Recife numa cidade “adiantada”, “moderna” e “do progresso”. No entanto, este desenvolvimento esbarrava numa série de “empecilhos”, uma vez que muitos dos populares do Recife não se alinhavam ao discurso do “civilizado” que era proferido. Vimos que, quase sempre, estes esforços influíam na vida dos trabalhadores e trabalhadoras mais humildes da cidade, fazendo com que práticas fossem burladas ou ressignificadas.

Referências

Almanaque de Pernambuco, Recife, 1924.

BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade**: reestrutura da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940 (Tradução de Lólio de Oliveira). São Paulo: Edusp, 1999



- COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade**. Conflitos e convivências no espaço de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. Doutorado em História da UFPE. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003.
- _____, Sylvia Costa. Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920. In: **Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo**. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- _____, S. C. . Cenas urbanas: conflitos, resistências e conciliações no processo de modernização da cidade do Recife/ Brasil nos anos 1920. En ***Historia social urbana. Espacios y flujos***, Ed. Eduardo Kingman Garcés, 139-153. Quito: Colección 50 años FLACSO.S
- GIARD, Luce. **A invenção do cotidiano 2**. Morar, cozinhar. Petrópolis, 1994: Vozes.
- FEITOSA, Polycarpo. **Dois Recifes**. 2 ed. Revista – Recife : Cepe, 2010
- REZENDE, Antonio Paulo. As costuras das histórias: o Recife e a modernidade. In: **Os anos 1920: histórias de um tempo/ Organizadores: Natália Barros, Antonio Paulo Resende, Jailson Pereira da Silva**. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. Pág. 08.
- _____, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 1920**. Recife: Fundarpe, 1997.





O ENSINO AGRÍCOLA EM PERNAMBUCO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Bruno Melo de Araújo

Primeiros passos do Ensino Agrícola em Pernambuco: O Orphanato Izabel e a Escola Industrial Agrícola Frei Caneca

A primeira notícia que temos sobre a implantação do ensino agrícola em Pernambuco fala da instalação do Orphanato Izabel, em 1874, pelo Barão de Lucena, então Presidente da Província, nas terras da antiga colônia militar de Pimenteiros situada no município de Palmares, zona açucareira de Pernambuco. Este orfanato, dirigido por religiosos, contava com recursos que provinham de uma subvenção do governo imperial e dos rendimentos da exploração dos produtos que produzia.

Delineado como está o plano da colônia-Isabel, vai ali o orphão desenvolver suas aptidões naturaes para a indústria, artes e agricultura e podendo mais



*tarde entrar para a sociedade com um meio de vida seguro e honesto.*¹

Em 1894, já sob a égide da República, o Governador Barbosa Lima altera a denominação da instituição para Escola Industrial Agrícola Frei Caneca. Mantendo como público os meninos órfãos e tendo como atividade principal o ensino agrícola destes meninos.

*Com a reforma de 28 de Janeiro de 1897, o número de alunos internos, que era de 100, foi elevado a 150, número este que se manteve completo desde o principio até o fim do anno. A requisição dos pais, tutores ou intersados foram matriculados 25 alumnos e desligados 31, dos quaes 11 sahiram preparados nos officios em que se applicaram.*²

O Regulamento do ensino agrônômico de 1928, escrito por Manoel Paulino Cavalcante, faz uma memória desta experiência e aponta que a instituição, com nova roupagem, tinha finalidade de realizar “o ensino pratico, precedido das indispensaveis noções theoricas de agricultura, zootechnia, physica e chimica industriaes”³ Segundo este relato a escola era bem frequentada e inspirava a confiança dos agricultores.

1 Falla com que o exm. sr. commendador Henrique Pereira de Lucena abriu a sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 1 de março de 1874. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1874. P. 50.

2 Pernambuco (presidente) Mensagem. (06 de março de 1900. p. 26.)

3 Regulamento do ensino agrônômico de Pernambuco. Ato nº 730 de 28 de agosto de 1928. P. 15



Os agricultores viam não só um completo aparelhamento, devido á grande competência de seu corpo docente, composto de notáveis profissionaes, cujos estudos iniciaes, relativos á selecção da canna e do algodão, bem como sobre as moléstias do gado, principalmente a tristeza, constituíram notável contingente para a solução de certos problemas do Estado⁴.

Manoel Paulino Cavalcanti, autor do Relatório da Secretária de Agricultura, Indústria e Comércio de 1928, constrói uma visão bastante positiva da instituição e da sua recepção pela sociedade. Outras fontes não foram encontradas para corroborar esta visão do relator sobre a competência do corpo docente e aplicabilidade de seus estudos. Com sua extinção, os três alunos ainda matriculados foram transferidos para o Rio de Janeiro, onde na Escola Politécnica, terminariam seus estudos.

Temos nesta escola, chamada de Isabel no Império e transformada em Frei Caneca pela república, a primeira experiência de ensino agrícola em Pernambuco. Percebemos que o ensino agrícola teve um caráter prático e, mesmo que na escola republicana ocorressem cursos de atividades manufatureiras, o sustento da escola se dava com a venda da sua produção agrícola na qual os internos efetivamente trabalhavam. Também observamos que o ensino agrícola estava destinado aos órfãos e desvalido não sendo frequentado pelos herdeiros da empresa açucareira.

4 Idem. P.18



Da escola média de agricultura para a escola de engenharia

No contexto das transformações políticas e sociais decorrentes da Proclamação da República a Lei Federal nº 8.319 de 20 de outubro de 1910 estabelece o regramento para o ensino agrícola no país. Esta legislação estabelece os níveis do ensino agrícola – prático, teórico-prático e superior –, os programas para cada curso, a estrutura física e os laboratórios necessários para a implantação dos cursos superiores.⁵

É sob a égide desta legislação que foi criada a Escola Média de Agricultura pela lei estadual nº 940, de 11 de março de 1911, assinada pelo então governador Herculano Bandeira. Localizada em no município de Jaboaão ela tinha como finalidade “formar profissionaes instruídos e capazes, de organizar, administrar e explorar um estabelecimento agrícola.”⁶ A escola teve como diretor, nos dois anos iniciais, Manoel Paulino Cavalcanti, responsável pela organização do programa, pela formação de gabinetes e pelos trabalhos iniciais da escola. Segundo o diretor:

A escola formou tres ou quatro turmas de Agronomos, os quaes desempenham em vários cargos technicos do ministério da Agricultura, de empresas particulares e de departamentos do Estado, funções de destaque⁷.

5 Lei Federal nº 8.319 de 20 de outubro de 1910. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58189>

6 Regulamento, 1928. p. 13.

7 Idem. P.19



Esse curso teórico-prático organizava-se em três anos divididos em semestres, tal como foi proposto pelos artigos 139 a 142 da lei federal nº 8.319 de 20 de outubro de 1910 que regulava o ensino agrícola nacional.⁸ Em seu relatório Manoel Paulino destaca que mesmo obtendo resultados positivos na formação de agrônomos essa escola viveu uma curta temporada de existência devido a falta de compreensão das políticas públicas para com esse setor:

A existência, entretanto, dessa escola, como V. Excia. sabe, foi relativamente curta, devido em grande parte a má orientação dos governos posteriores, que não compreendendo a sua utilidade, logo a extinguiram sem fundamento plausível. Os serviços prestados ao Estado, apesar de poucos, representam sob o ponto de vista prático, um grande contingente⁹.

A Escola Média de Agricultura foi anexada a Escola de Engenharia que funcionava em Recife pelo governador José Rufino Bezerra Cavalcanti através do ato nº 02 do governo do estado de 20 de julho de 1921. A partir dessa data, a Escola de Agricultura passou a funcionar na Rua Visconde de Camaragibe (Atual Rua do hospício, n. 371) em edifício próprio sendo a mesma subvencionada tanto pelo governo do Estado quanto pela união. A escola de engenharia já possuía “gabinetes e laboratórios apropriados ao ensino que ministra, uma bibliotheca de obras technicas e um campo de experiências e de demonstração de

8 Lei Federal nº 8.319 de 20 de outubro de 1910. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58189>

9 PAULINO, Manoel. Relatório da Secretária de Agricultura, Indústria e Comércio de 1928. Imprensa oficial. Estado de Pernambuco. 1928.



culturas” que foram então postos a disposição dos alunos do curso de agronomia. O seu corpo docente após essa anexação era composto por 34 professores: 18 engenheiros civis, 2 professores de desenho, 7 agrônomos, 2 bacharéis em direito, 3 engenheiros químicos, 1 médico e 1 médico veterinário.¹⁰

No entanto, localizado no centro da cidade do Recife, o curso não dispunha de espaços para atividades práticas de agricultura. Na escola não havia pocilgas, estábulos, sementeiras, canteiros experimentais, ou seja, um espaço apto para as práticas agrícolas. Essa situação foi criticada por Manoel Paulino Cavalcanti no Regulamento do Ensino Agrícola em 1928:

A extincta Escola de Socorro, passaram os seus remanescentes a funcionar na Escola de Engenharia do Estado, onde se instituiu um curso de Agronomia, eivado de graves defeitos técnicos e com função puramente livresca e decorativa. O seu programma, era constituído por um amontoado de matérias, sem organização didáctica compatível com o ensino agromônico; era uma organização rachitica, incapaz de dar algum fructo proveitoso aos nossos interesses economicos¹¹.

Em divulgação do processo seletivo da instituição, são anunciados os pré-requisitos para ingresso na instituição:

10 Diário de Pernambuco. 04 de dezembro de 1923. P.14-15.

11 Regulamento, 1928. p. 14.



*Para requer matrícula, no primeiro anno, em qualquer um dos cursos, os candidato deverão provar: idade mínima de 16 annos, idoneidade moral, pagamento da taxa escolar e aprovação no exame vestibular. Para engenharia agrônômica, constará o exame vestibular de uma prova oral de álgebra, geométrica e trigonométrica, apresentando o candidato certificados de aprovação nos exames de Portuguez, Francez, Inglez, Geografia Geral e Geografia do Brasil, Physica, Chimica e Historia Natural. Arithmetica, Algebra, Geometria em estabelecimentos officiaes ou equiparados.*¹²

Em 1922, matricularam-se no curso de Agronomia 16 alunos; em 1923, 14 alunos; em 1924, 09 alunos; e em 1925, 07 alunos¹³. Em função disso, em 1925, o então diretor da escola, Dr. Manoel Antônio de Moraes Rego, declara:

*Não são muitos os alunos do curso (...) principalmente pela dificuldade de sua matrícula. Os moços que podem vencer onze preparatórios e prestar, além disso, um exame vestibular de mathemáticas preferem seguir carreiras de mais brilho e maiores probabilidades*¹⁴.

A fala do diretor da escola indica-nos as dificuldades vivenciadas no curso na medida em que o exame de seleção constava de um

12 Diário de Pernambuco. 04 de dezembro de 1923.

13 TORRES FILHO, 1926. p. 106.

14 Apud. TORRES FILHO, 1926. p. 105.



longo processo avaliativo igual de outros cursos (Engenharia, Direito, Medicina) que tinham um prestígio maior em relação às Ciências Agrárias. Dessa forma, o desinteresse evidenciado na queda no número de matrículas no curso de Agronomia é justificado, na fala do diretor, pela falta de prestígio da carreira frente as demais carreiras de nível superior.

As exigências de acesso ao curso de agronomia podem ser identificadas como uma das primeiras iniciativas de constituição de campo das Ciências Agrárias em Pernambuco. Inserir-na na Escola de Engenharia, compartilhando espaços e recursos nos parece ser um movimento em busca do mesmo *status*, do reconhecimento social dos cursos de prestígio social: direito e medicina.

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento

No mesmo momento histórico em que a Escola Média de Agricultura se estabelecia em Palmares em Olinda se desenvolvia o projeto de uma escola superior. Em 03 de novembro de 1912, no Mosteiro de São Bento de Olinda, o abade D. Pedro Roeser reunia os interessados na fundação de uma Escola Agrícola em uma primeira reunião. Segundo a crônica do evento, estiveram presentes, além do abade e monges que atuariam como professores da escola personalidades ligadas a produção agrícola como o Inspetor do Estado para a Agricultura, o Diretor da Escola de Jaboatão e uma representação do sindicato agrícola.¹⁵

15 Relatório da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de São Bento. 1913. p. 6.



A congregação da Escola Agrícola e Veterinária do Mosteiro de São Bento de Olinda, sob a presidência do Exmº e Revmº Sñr D. Pedro Roeser, O.S.B., fundador da dita Escola, seu Diretor e D.D. Abade de São Bento, de cuja propriedade é a escola.¹⁶

Este grupo acertou a necessidade de se contratar dois professores estrangeiros para iniciar a formação dos monges e posteriormente discutiu os programas das escolas superiores. Segundo o registro se tomou como modelo o programa da Universidade de Berlim sendo observado que o programa deveria também responder ao da Escola Nacional de Agricultura e Veterinária que, a este tempo, servia de referência para equiparação das demais as escolas no país.

Foram tomadas por base os programmas da Universidade de Munich e o previsto pelo governo federal de taes institutos. Em seguida são escolhidos os Sñrs Hermann Rehaag, Johann Nikolaus e D. João Klauss para em comissão, sob a presidência do Exmº Sñrº Diretor, tratarem da redação dos estatutos¹⁷.

Em 05 de fevereiro de 1914, foi realizada a solenidade de inauguração das escolas superiores no Mosteiro de São Bento de Olinda. O momento que teve sua importância ressaltada pelo diretor D. Pedro Roeser:

16 Ata da primeira reunião da congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 03 de novembro de 1912.

17 CAPDEVILLE, Guy. O ensino superior agrícola no Brasil. Viçosa: UFV – Imprensa Universitária. P.27



Eis o que para mim é prova evidente de que em boa hora, acertei nos desejos do glorioso povo pernambucano com o fundar desta instituição. A reflexão iluminada pela graça de Deus e confirmada pelos altos pareceres de meus superiores deu-me a ver claro que a missão a seguir nesta nossa abadia olindense era justamente aquela mesma de que o nosso Pai S. Bento tantas vezes nos adverte em incisos de sua santa Regra: A cultura do Solo. O admirável progresso que fizeram as ciências naturais em nossos dias produziu uma completa revolução na Agricultura. Ora o agricultor hoje em dia não pode mais guiar-se pelos processos de antanho, a criação do gado com a seleção artificial, que o melhora, entrou por estradas completamente novas, o tratamento dos animais domésticos e rurais já se faz por novos horizontes, que as luzes da ciência vão dia a dia dilatando, então que fazemos para cumprirmos à letra a Regra Santa da nossa Ordem Caríssima? Abrir uma dupla Escola de Veterinária e Agricultura, sujeita a todos métodos modernos que a ciência requer¹⁸.

D. Pedro Roeser destaca em sua fala a importância da adoção de práticas modernas na agricultura. Os avanços observados nas mais diversas ciências deveriam ser incorporados a agricultura e veterinária para que o mundo rural pernambucano pudesse viver melhores dias.

Passados os primeiros anos de atividade observaram-se as dificuldades com referência às atividades práticas dos alunos de agronomia. Assim na reunião de 06 de maio de 1913¹⁹ se discutiu a aquisição de

18 PRIMEIRO, 1916. P.35

19 Ata nº 9 de 06 de maio de 1914.



área a oito quilômetros da Estação Tapera da Estrada de Ferro Central de Pernambuco no município de São Lourenço da Mata. A transferência da Escola de Agricultura foi efetivada em 07 de janeiro de 1917 e as aulas foram iniciadas em 03 de março no novo prédio permanecendo a Escola de Veterinária em Olinda. A nova instalação tratava-se de um prédio de dois andares construído com fins escolares. A partir de 03 de abril de 1917, as reuniões da congregação já se realizavam no Engenho de São Bento, constando em atas como a 35ª sessão da reunião.²⁰

Foi nesse ano de 1917 que a instituição conferiu os primeiros graus de médicos veterinários a 4 alunos e engenheiros agrônomos a 5 alunos.²¹ A trajetória da instituição fez com que a mesma conseguisse seu registro no Ministério da Agricultura por meio do decreto nº 13.028, de 18 de maio de 1918. Condição ratificada em 29 de novembro de 1919, a partir do decreto nº 4.195, aprovado pela Câmara Federal, estabeleceu bases para o reconhecimento dos cursos e diplomas. A partir desses ofícios a Escola passou a ser equiparada e subvencionada pelo governo federal. Assim seus alunos poderiam também concorrer a vagas nas secretarias e ministérios, ampliando, assim, o campo de relações desses profissionais formados por essa instituição.

Entre os anos de 1914 a 1923, a Escola Superior de Agricultura diplomou 23 agrônomos e engenheiros agrônomos. Já a Escola Superior de Medicina Veterinária, nesse mesmo período, diplomou 18 médicos veterinários.²² A Escola Superior de Medicina Veterinária, que permaneceu em Olinda após a transferência da Escola de Agricultura, passou

20 Ata de 03 de abril de 1917.

21 Ata nº 39 de 11 de janeiro de 1917.

22 ESA-URPE, 1962. p. 27.



por um processo de declínio. A quantidade de estudantes que buscavam ingressar no curso reduziu-se significativamente culminando no seu fechamento em 29 de janeiro de 1926 ano em que foram diplomados 4 alunos²³. Ensino Agrícola em Pernambuco nos anos de 1930.

A adequação do Ensino Agrícola a legislação federal

Os anos que seguiram a 1930 foram de intenso debate e progressiva regulamentação do ensino superior no Brasil. No que tange ao ensino agrícola em Pernambuco percebemos uma forte atuação do governo do Estado na efetivação de uma política educacional voltada a reorganização das instituições.

Em março de 1930, o governador do Estado de Pernambuco, Dr. Estácio de Albuquerque Coimbra, instala no município de Barreiros, sua cidade natal, uma Escola Técnica Prática em Agricultura. Contudo essa Escola de Barreiros é fechada em novembro do mesmo ano. Ocorre que os movimentos revolucionários de outubro de 1930, que culminaram no encaminhamento de Vargas ao comando do país, colocou Carlos Lima Cavalcanti como Interventor Federal do Estado de Pernambuco. Esse novo governo, por sua vez, julgou melhor investir em uma instituição que já funcionava, a Escola Superior de Agronomia de São Bento a construir uma nova.

Considerando que o local, onde a mesma foi instalada, numa distancia considerável da Capital e sem

23 Idem. P. 29



meios fáceis de transporte, obedecem mais a interesse particular, pois se houvesse prevalecido motivo de outra natureza, não teria sido ali inaugurada;

Considerando que já existe, ha 18 annos, um instituto de Agricultura, fundado e mantido pela Ordem de São Bento, em Tapéra, município de São Lourenço, já subvencionado pelo Estado e capaz de ministrar com efficiencia o mesmo ensino, mediante concessões por parte do Estado²⁴.

O mesmo decreto toma providências para Estado subvencionar a escola já existente:

*ARTIGO 1º. O Estado de Pernambuco dará uma subvenção de cento e vinte contos de réis (120:000\$000), á **Escola de Agricultura de São Bento**, mantida pela Abbadia de S. Bento de Olinda, pagáveis em prestações mensaes de até dez contos de réis (10:000\$000) e mais a importância de cinquenta contos de reis (50:000\$000), para auxiliar a construcção de um edificio para residência de alunos.*

ARTIGO 2º. O Sr. Secretário de Viação, Obras Publicas, Melhoramentos Municipaes, Agricultura, Industria e Commercio, fica autorizado a entrar em entedimento com referida ordem, assignando termo de contrato, no qual fiquem estabelecidas as obrigações assumidas pelas partes contractantes²⁵.

24 Decreto nº 81 de 02 de julho de 1931.

25 Idem.



Como vemos a tentativa de fundação da escola agrícola de Barreiros culminaram não na sua instalação, mas na subvenção à Escola Superior de Agricultura São Bento por parte do Estado. Ao mesmo tempo o governo estadual, em contrato assinado em 10 de julho de 1931, autorizava os beneditinos a “ministrarem o ensino agrícola no estado, por um prazo de até 20 anos, com autonomia administrativa, didática e disciplinar, reservando-se o estado o direito de fiscalização”²⁶.

Ainda em 1931, o governo do Estado de Pernambuco realizou algumas mudanças na Secretaria de Agricultura. Essas mudanças foram evidenciadas com a criação de “uma secção especial com o nome de Directoria de Agricultura, compreendendo tres serviços – os de silvicultura e pomivultura, de canna de assucar e de defesa do fomento agrícola em geral”²⁷. Esses três serviços tentariam em suas especificidades compreender as necessidades e dificuldades vivenciadas pela agricultura e intervir no sentido de se produzir seu melhoramento. Em relatório publicado em Diário Oficial do Estado faz-se um balanço de alguns setores que receberam essa atenção.

A fruticultura que só começa a merecer em Pernambuco a atenção que reclamava pela sua importância econômica e pelas nossas condições naturais, vem sendo estudada e desenvolvida nos estabelecimentos a cargo do serviço – Horto Citricola de Pacas, Estação de Cedro, Fazenda Santa Rosa e Horto de Dois Irmãos. A missão natural desses estabelecimentos é estudar as espécies e variedades

26 ESA-URPE, 1962.

27 Diário do Estado. Secretaria de Agricultura, Industria e commercio. 02 de agosto de 1936. p. 29.



*vegetaes, divulgar os methodos de cultivo e distribuir mudas e enxertos.*²⁸

É reconhecido, nesse documento, a importância de se desenvolver novos métodos e práticas que contribuiriam para riqueza do Estado e, dada a relevância da agricultura para a economia pernambucana, se percebe a intenção de investir nos conhecimentos agronômicos para melhorar a produção do Estado. Julgamos que foi com essa intenção que o Governador Carlos Lima Cavalcante baixa o decreto nº 7 de 3 outubro de 1935 criando, em comemoração ao quinto aniversário da Revolução, a Escola de Agricultura e Veterinária de Pernambuco.

*Fica creada na cidade do Recife a Escola de Agronomia e Veterinária de Pernambuco, de accordo com o padrão estabelecido pelo Governo Federal, para as Escolas de Agronomia e Veterinária*²⁹.

Essa proposição de criação de uma nova escola superior, contudo, não foi concretizada. No ano de 1936 assistimos ao delineamento de uma nova postura para o ensino superior agrícola no Estado de Pernambuco onde a intervenção estatal se demarcou de forma mais forte, criando novos caminhos para essa modalidade de ensino. Em dezembro deste ano o governo do Estado decreta a compra da propriedade e das instalações da Escola de Agronomia de São Bento Bento, sediada

28 Diário do Estado. Secretaria de Agricultura, Industria e commercio. 02 de agosto de 1936. p. 30.

29 Diário do Estado. Atos de Decretos do Governo Estadual. 07 de novembro de 1935. P. 579.



no Engenho de São Bento, e sua renomeação como Escola Superior de Agricultura de Pernambuco.

*Art. 1º. O Governador do Estado fica autorizado a realizar a necessária operação de crédito para aquisição do **Engenho São Bento**, sito em Taperá, pelo preço de rs. 800:000\$000, incluindo bens moveis e immoveis, afins de nelle fundar a **Escola Superior de Agricultura de Pernambuco**, aproveitando as installações já existentes.*³⁰

Para realizar tal investimento o governo programou a forma de pagamento:

Art. 2º. O pagamento dos oitocentos contos de reis (800:000\$000), destinados à aquisição do engenho acima referido será feito do seguinte modo: Rs. 300:000\$000 no acto da aquisição e os restantes Rs. 500:000\$000 em duas prestações annuaes, com juros de 5%³¹.

Essa lei foi aplicada rapidamente, visto que a mesma foi acompanhada pelo Ato do Poder Executivo nº 1.802, do mesmo dia, que deu cumprimento à lei. A partir desse momento o ensino superior agrícola em Pernambuco, que funcionou durante 25 anos sob a organização dos beneditinos, passa para a tutela do governo estadual. Nesse período, os beneditinos formaram dezoito turmas de agrônomos e engenheiros

30 Diário do Estado. Atos e Decretos do Governo Estadual. 02 de agosto de 1936. P.437

31 Idem. 1936. P. 438



agrônomos e nove turmas de médicos veterinários, no total de 148 profissionais agrícolas de nível superior³².

Nessa nova organização foi nomeado como novo diretor para Escola Superior de Agricultura o Dr. Otávio Gomes Moraes de Vasconcelos, que empreendeu uma reforma no currículo da instituição e dos seus programas. A Escola Superior teve seu regulamento aprovado por meio do decreto nº 22, de 23 de abril de 1937.³³ Foram realizadas contratações de novos professores visto que, com a saída dos beneditinos, treze cadeiras ficaram sem professores.

Em novembro de 1937, com a instalação do Estado Novo varguista, o governo estadual foi assumido por Agamenon que nomea para secretário dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco o Dr. Apolônio Sales, então professor da escola, e como Diretor da Escola o Dr. Manuel de Almeida Castro.

No ano de 1938, Apolônio Salles, Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco, promove a transferência da agora Escola Superior de Agricultura de Pernambuco para a área onde se situavam outros serviços de pesquisa da secretaria da agricultura. Em sua exposição de motivos ele aponta as considerações para tal atitude:

O Interventor Federal no Estado, considerando que a Escola de Agricultura de Pernambuco, actualmente localizada no Engenho São Bento, para que viesse cumprir as prescrições do regulamento do ensino, no tocante á sua aparelhagem e acomodações, forçaria o Estado a despesas além das suas possibilidades;

32 ESA-URPE, 1962. p. 68.

33 Decreto nº 22, de 23 de abril de 1937.



Considerando que sua localização em meio rural mais próximo da cidade facultará no Estado atender ás exigências do ensino, pela annexação, para fins didáticos, da aparelhagem abundante, ora existentes nos diversos departamentos da Secretaria de Agricultura, Indústria e Commercio;

Considerando que a prediagem recém-construída pela Directoria de Obras publicas, constante de 11 edifícios, na localidade de Pedra Mole, próximo a Granja Modelo da Directoria da Produção Animal, aos campos experimentais do Instituto de Pesquisas Agronomicas e ao Horto de Dois Irmãos, da Directoria de Produção vegetal, comporta não somente a Escola com todas as sua actuaes dependências como também laboratórios do instituto de Pesquisas Agronomicas, preenchendo exigências da Directoria do Ensino, do Ministério da Agricultura;

Considerando, ainda, que a situação da Escola de Agronomia nesta localidade, facilitará imensamente o ensino, uma vez que a freqüência de alumnos não será condicionada ao regimen de internato, nem sempre ao alcance das classes medias e menos favorecidas de Fortuna³⁴.

Nesta exposição de motivos vemos como principal argumento para a transferência da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco do Engenho de São Bento para a localidade de Pedra Mole – atual Campus de Dois Irmãos da UFRPE na cidade do Recife – aponta para

34 Decreto Nº 81 de 18 de março de 1938. Decretos e Actos da Interventoria Federal. Estado de Pernambuco. jan.-mar, 1938. p. 291.



a reunião em um único local dos diversos serviços e equipamentos de pesquisa de que o Governo do Estado dispõe. Assim decreta:

Art. 1º. Fica transferida a Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, do Engenho de São Bento, no município de São Lourenço da Mata, para a localidade Pedra Mole, neste município, anexando ao patrimônio didactico da referida Escola O Instituto de Pesquisas Agronomicas, com todos seus laboratórios, a Granja Modelo, o Horto de Dois Irmãos e a Estação de fruticultura de Bongy, ficando a parte administrativa destes departamentos a cargo das actuaes diretorias³⁵.

Como exposto, a transferência da instituição foi realizada ao mesmo tempo em que se fez a aglutinação de outras instituições que contribuíram para que a Escola alcançasse condições de funcionamento desejado tanto para as necessidades da agricultura do Estado, como também para se alcançar os requisitos dos dispositivos legais propostos pela legislação federal.

Em relatório da Secretaria de Agricultura dos anos de 1938/1939, o processo de criação e posteriormente de aglutinação é relatado pelo então secretário de Agricultura Apolônio Salles:

Creada pelo decreto nº 23.857, de 6 de fevereiro de 1934, á Escola Nacional de Agronomia, tinha que lhe ser equiparada a Escola Superior de Agricultura de S. Bento para que seus diplomados pudessem exercer

35 Idem. P. 292.



a profissão em todo país, nas normas do Decreto nº 23.196, de 12 de outubro de 1933.

As exigências resultantes dessa regulamentação do Decreto nº 23.857 determinaram para a extinta Escola Superior de Agricultura de São Bento uma situação difícil quanto ao seu reconhecimento. As dificuldades, portanto, em equiparar a Escola de São Bento criaram para o Estado o dever moral de remediar essa situação.³⁶

Além das motivações elencadas na exposição de motivos do governo do estado para justificar a transferência da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco neste momento o seu secretário evidenciamos o que talvez tenha sido mais importante: a aglutinação de recursos materiais dispersos para possibilitar a qualificação do ensino agrícola no estado e a sua equiparação do seu currículo a Escola Nacional de Agricultura que era parâmetro para as demais instituições que ministrassem cursos voltados para o mundo rural. A necessidade desse enquadramento do curso aos dispositivos legais propostos pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio seria de fundamental importância para o reconhecimento do curso – e dos diplomas expedidos – frente às futuras fiscalizações que a instituição pudesse se submeter.

36 MONTENEGRO, Lauro Bezerra. Relatório da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio – 1938/1939. 20 de dezembro de 1939.



A construção do ensino agrícola em Pernambuco

O ensino superior agrícola em Pernambuco é matéria de atenção por parte dos governos federal e estadual ao longo do século XX. A partir da observação dos dispositivos legais (decretos, leis, regulamentos) podemos perceber tanto o sentido da política pública para esta modalidade de ensino como a trajetória de suas instituições.

Como vimos as primeiras iniciativas de estabelecer o ensino agrícola em Pernambuco datam do final do século XIX com a criação do orfanato Escola Isabel pelo governo imperial posteriormente transformado em Escola Industrial Agrícola Frei Caneca pela república. Neste momento vemos que o ensino agrícola era tratado como benevolência, como preparo das crianças órfãs para o exercício de uma profissão quando adultas.

A primeira tentativa de elevar o ensino agrícola – e o consequente estudo da produção agrícola e pecuária – a um patamar de cientificidade que oferecesse a economia técnicos preparados e técnicas avançadas foi feita pelo Mosteiro de São Bento de Olinda. Nos 23 anos que escola superior ficou sob a administração da ordem foram formados 113 alunos. Mas entre estes não vemos a presença de filhos da elite agrária da forma como é percebida nas escolas agrícolas da Bahia, de Pelotas e de Piracicaba.³⁷

As primeiras iniciativas do Governo do Estado com relação ao ensino superior agrícola surgiram no início da década de 1930, com a tentativa de criação da Escola Teórica Prática de Barreiros, em 1930, e posteriormente com a proposta da Escola de Agricultura e Veterinária

³⁷ CAPDEVILLE, p. 65.



de Pernambuco, em 1935. Contudo, estas duas iniciativas não se efetivaram. Elas apenas demonstram que os governantes do Estado mesmo quando reconheciam a necessidade destas instituições não tinham clareza de como estabelecê-las.

Essas duas propostas de criação de instituições de ensino agrícola acabaram se transformando em legislações que autorizavam o governo do estado a financiar a Escola de Agricultura de São Bento. Ou seja, o Estado deixa de querer concorrer com a instituição beneditina e passa a apoiá-la em suas atividades. Essas soluções de fato foram o prenúncio da compra da escola por parte do Governo do Estado. A presença mais forte do Estado na produção dessa modalidade do ensino possibilitou que a Escola obtivesse um maior reconhecimento. Ela representou a construção de um espaço de legitimação social do agrônomo e do seu saber.

O que estava em jogo neste momento histórico era o aparelhamento da escola de agricultura para garantir a sua adequação a legislação federal que estabelecia um conjunto de exigências, de instalações e laboratórios onerosos tanto para os beneditinos manterem como para o Estado estabelecer de pronto. Assim a aquisição da Escola de São Bento por parte do Governo do Estado e sua transferência para Dois Irmãos onde já estavam diversos laboratórios e equipamentos do governo estadual significou a aglutinação dos recursos materiais e humanos disponíveis no Estado para a construção de uma instituição que respondesse as necessidades estabelecidas pela legislação federal. O regulamento da Escola Superior de Agricultura de 1939 representou o esforço do Estado para se enquadrar nos dispositivos legais em nível federal. Essa nova organização permitiu a equiparação da escola colocando Pernambuco



entre os primeiros Estados da Federação a consolidar uma instituição para o ensino superior agrícola.

Referências

CAPDEVILLE, Guy. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa: UFV – Imprensa Universitária, 1991.

Decretos e Actos da Interventoria Federal. Estado de Pernambuco. jan.-mar, 1938.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **Universidade e poder: análise crítica/ fundamentos históricos: 1930-45**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

_____. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

Lei Federal nº 8.319 de 20 de outubro de 1910. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58189>

MOACYR, Primitivo. **A instrução e a República. Ensino agrônômico (1892-1929)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. v. 7.

MONTENEGRO, Lauro Bezerra. **Relatório da Secretaria de Agricultura, Industria e Commercio – 1938/1939**. Estado de Pernambuco, 1939.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, EDUSP, 1976.

PAULINO, Manoel. **Relatório da Secretária de Agricultura, Indústria e Comércio de 1928**. Imprensa oficial. Estado de Pernambuco. 1928.



Regulamento do ensino agrônômico de Pernambuco. Ato nº 730 de
28 de agosto de 1928.

**Relatório da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de São
Bento.** Estado de Pernambuco, 1913.





**MORENO, “CIDADE-EMPRESA” EM MEIO RURAL:
PATERNALISMO, COSTUME E AS MOBILIZAÇÕES OPERÁRIAS.
Anos 1950.**

Márcio Romerito da Silva Arcoverde

A fábrica de Moreno foi um investimento internacional, uma empresa belga que desde a sua fundação, em 1910, esteve sob gerência inglesa, uma parceria empresarial¹ firmada desde sua fundação. A SCBB monta todo seu aparato característico das fábricas têxteis que se instalaram no interior de Brasil fazendo surgir o primeiro núcleo urbano da cidade de Moreno. Em finais do Século XIX e primeira metade do XX, são constantes os empreendimentos que montam a fábrica, a vila operária e diversas formas de controle no trabalho e sociabilidade dos operários. Nesse ínterim foram criados vários cotonifícios em Pernambuco:

¹ Informações sobre essa parceria e de que forma se articulam com investidores brasileiros seja para definição do local de implantação ou como se processou as articulações para implementação da fábrica têxtil em Moreno ver JEAN, Suettinni. **Um lugar belga em Pernambuco:** o núcleo fabril da Societé Cotonnière Belge-Brésilienne S. A. e a consolidação em cidade de Moreno. Dissertação de mestrado CAC. Arquitetura. Recife, 2011.



A ‘vila operária’ da Tecelagem de seda e algodão de Pernambuco, localizada no centro do Recife; a da companhia de fiação e tecidos de Pernambuco S.A, situada no bairro da Torre; a do Cotonifício Othon Bezerra de Melo S. A. e a da fábrica Tacaruna, localizadas na periferia da cidade. (...) próximos a pequenas cidades “vila operaria” da companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna, na cidade de Goyanna; à da Fiação e Tecelagem de Timbaúba, em Timbaúba; à da companhia Industrial Pirapama, em Escada, e à do Cotonifício José Rufino, na cidade do Cabo. Os situados em meio rural: a vila da Companhia de Tecido Paulista, em Paulista; Societé Cotonnière Belge- Brésilienne, em Moreno e a da companhia industrial pernambucana, em Camaragibe (CORREIA, 2001; 05).

Segundo Rosélia Piquet, as cidades brasileiras de finais do século XIX e início do XX não se constituíam como espaços privilegiados para a localização de indústrias por não contar com equipamentos e serviços necessários, tais como armazéns, bancos, sistemas viários e transportes (PIQUET, 1998). Sendo assim, muitas empresas escolheram locais isolados para começarem as suas atividades, criando os núcleos habitacionais, prédios de serviços, os aparatos urbanos necessários para suas atividades. E ainda explica Rosélia Piquet

Enquanto as pequenas oficinas tendiam a concentrar-se nas áreas centrais urbanas, os grandes estabelecimentos direcionaram-se para a periferia dos maiores centros urbanos, havendo mesmo a propensão a localização isoladas. Esses parâmetros



locacionais são determinados por condições de infraestrutura extremamente reduzidas nas principais cidades brasileiras. (...) É portanto o “despreparo” das cidades brasileiras que leva as empresas, a despeito do bem final para o qual estavam destinadas, a conter setores especializados, tais como reparação de equipamentos, geração de energia e, até mesmo, provimento de moradia para sua força de trabalho. Assim, é natural que a produção propriamente fabril (não a desenvolvida em pequenas oficinas) surgisse em diferentes pontos do território nacional apresentando o caráter autárquico comum aos pioneiros empreendimentos industriais. (PIQUET, 1998; 48)

A esse caráter “autárquico” que fala Rosélia Piquet, José Sergio Leite Lopes chama de “sistema de dominação fábrica com vila operária” (LOPES, 1988) como forma de caracterizar os aparatos fabris de cidades montadas a partir de instalações industriais. Dessa forma veremos como se caracteriza a fábrica e a cidade de Moreno dentro dessa discussão e desse modelo industrial da primeira metade do século XX no estado de Pernambuco.

Os anos 50 marcaram a diversidade e complexidade do cenário político de Moreno e foi bastante representativo para pensarmos as mudanças do período 1946-1964. Nesse período notamos insurgências mobilizadoras da classe trabalhadora em todo o país, diversos trabalhos (NEGRO, 2004; FONTES, 2008; LOPES, 1988) caracterizam esse período como de grande efervescência nas lutas e conflitos de classe, apontando a participação e organização direta dos trabalhadores. Em



Moreno, no espaço fabril da Societé Cotonière Belge Brésilienne S. A²., observamos essas lutas sendo organizadas no chão da fábrica através de comissões de fábricas, aparecendo também, nesse contexto, a atuação do partido comunista, e das constantes tentativas de interlocução de políticos conservadores junto aos trabalhadores. Porém, a nossa abordagem recai sobre a maior força política em ascensão nesse momento: a classe operária, sua organização e mobilização em busca de direitos perdidos e novas reivindicações.

Veremos no decorrer desse texto apontamentos que ora caracteriza a “cidade-empresa”, ora nos mostra as relações políticas-sociais-econômicas que caracterizam o mundo do trabalho nesse ambiente e seus consequentes desaranjos.

Fábrica com vila operária no interior

A vila operária para Evan Blay (BLAY, 1980) desempenha um importante papel no contexto da industrialização nacional onde foram criados e redefinidos espaços urbanos, centros de trabalhos e moradias comandadas pela ordem social burguesa. Assim, aponta esse recurso como essencial na construção desses novos espaços de sociabilidade.

Como solução proposta pela classe empresarial ela sempre visou, em todos os momentos, garantir um suprimento de força de trabalho, controlar níveis salariais e dominar movimentos políticos. Em

2 Usaremos daqui em diante para nos referir a esta fábrica a abreviação SCBB.



consequência, a habitação foi um meio, na relação patrões empregados, que permitiu uma atuação em dois níveis: serviu para pressionar o comportamento social do emergente operariado urbano e influiu no processo de acumulação de capital a ser investido na indústria e na reprodução ampliada do capital, permitindo que certos empresários construíssem verdadeiros impérios.”(...) “...vamos chamar de vilas operárias aqueles conjuntos de casas contíguas, construídas ou compradas já prontas pelas fábricas e que se destinavam ao uso de seus empregados mediante aluguel e comodato. Deixemos de lado outros tipos de vilas... para nos determos naquelas que nos parecem ser o embrião das demais e que delimitaram a porção do espaço da cidade destinada à camada trabalhadora urbana. (BLAY, 1980; 105)

Assim a autora aponta a força modeladora e a imposição criada pela ordem social burguesa que percorre desde as relações de trabalho até a esfera do lazer. Para Blay a funcionalidade da vila operária é focada no capital, deixando de lado a complexa rede de sociabilidade desenhada pelas relações sociais vividas por seus habitantes.

Para Leite Lopes, a fábrica com vila operária – modelo seguido pela SCBB – tem, “a estratégia de consagração da intenção patronal de sedentarização de sua força de trabalho através da alocação desta população em sua vila operária” (LOPES, 1996; 286). Para esse autor a vila operária se constitui como uma imobilização da mão-de-obra por parte do industrial, fornecendo uma força de trabalho estável. A vila também pode ser entendida como um alargamento da vida dentro da



fabrica, uma extensão, que se caracteriza por todas as outras construções criadas pela fábrica.

As fábricas com vila operária surgem para suprir a necessidade de moradia do trabalhador pobre. A revolução industrial transforma as cidades britânicas em imensos agregadores de mão-de-obra oriunda do campo, para acolher essas pessoas foi pensada modelos de cidades operárias que tem, entre muitas funções, além de acolher a massa de trabalhadores pobres, sedentarizar uma mão-de-obra estável no processo de dominação industrial.

A vila de Saltaire foi construída entre 1851 e 1872, distante três milhas do centro da cidade de Brodford na Inglaterra , no vale do rio Aire (...) com 2,59 Km², possuía além de 820 casas, escolas, igreja, hospital, banhos públicos, clube e um amplo parque público. (...) nesses planos enfatizava-se o efeito moralizante do caráter, o desenho e a aparência das casas, ruas e edifícios públicos. Ou seja, casas boas produziam boas pessoas (...) quando completa, ela tornou-se uma unidade econômica e social que oferecia tudo que um empregado poderia querer para sua vida: trabalho, saúde, educação, instruções de moral, provisões para atividades de lazer e boas casas. (VIANNA, 2004; 13)

Há por parte da empresa a criação de aparatos que supram as necessidades dos trabalhadores. Assim como a fábrica modelo Brodford na Inglaterra, a SCBB constrói a primeira escola da localidade escola- o “Externato Societé Cotonnière” foi construído com a intenção de atender os filhos dos operários, e foi posteriormente aberta para toda



comunidade (SILVA, 2006; 30). A SCBB tinha um serviço de construção civil seja para construção de prédios seus, casas operárias ou na construção de prédio públicos, sendo que os operários da construção civil também eram vinculados à fábrica. E outras áreas públicas como o mercado local:

O novo mercado

*Como noticiamos, inaugurou-se no domingo 29 do mez findo, o prédio recentemente construído pela SCBB por ordem da prefeitura de Jaboatão, que vae servir de mercado publico de Morenos.*³

Além da escola, do mercado público, vemos que a Societé constrói um clube para as festividades local, o Societé esporte clube, um campo de futebol- ainda hoje conhecido como o campo da fábrica-, mantém dentro da fábrica um centro de atendimento médico para os operários⁴, mantinha a energia elétrica da localidade⁵, além de promover as festividades. Desempenha um plano assistencial que se inicia em 1917⁶, nos primórdios da administração inglesa na fábrica de tecidos de Moreno, sete anos após sua abertura:

3 Correio de Morenos, 13 de novembro de 1922. APEJE.

4 “assistência médico-sanitário prestam, por alguma forma, serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva os seguintes estabelecimentos: Pôsto Estadual de higiene, com um médico e dois enfermeiros; a enfermaria da Societé Cotonnière Belge Bresilienne, com dois médicos, um enfermeiro diplomado e três auxiliares de enfermagem.” (enciclopédia dos municípios brasileiros, IBGE, 1958) Apesar de Moreno já se constituir como município independente desde de 1928, o suporte maior em relação a saúde pública é dada pela Societé.

5 Ainda no censo de 1958 vemos que a energia da cidade era a fábrica que fornecia.

6 A SCBB tem como data inaugural 14 de Maio de 1910. E desde seu funcionamento já conta com uma extensa vila operária e a construção dos espaços públicos. Mas é em 1917 que a



Assistência médica e odontológica, empréstimos sem juros, serviço funerário, auxílio remédio, fardamento e material escolar para estudantes, proporcionamento de atividades recreativas e artísticas. Nessa época foram iniciados os cursos de arte culinária, corte e costura, bordado, e de instrução em música; e estabelecida a Philarmônica da SCBB, as bandas musical e marcial, a sociedade operária se São José, o pastoril infantil, coral Cívico o grupo de Escotismo Bandeira Verde, a equipe do tiro de guerra, os blocos operários e das Flores. A essas realizações da administração belgo-britânica, estavam associadas às festas e atividades recreativas, como as retretas na Praça das Bandeiras, os convêscotes dos operários e estudantes para os engenhos circunvizinhos, os jogos de foot-ball, as salas de leitura e poesia na biblioteca da SCBB, as apresentações teatrais, sem contar os jogos de pólo, tenniscourt e golf que reuniam os diretores e técnicos da fábrica têxtil SCBB. (JEAN, 2011; 43)

Um poder local determinado e exercido pelos industriais que detinham a oferta do trabalho, do lazer, da moradia, da educação, a oferta de assistência à saúde. Assim, apontamos, nas três primeiras décadas, de 1919-1940, a criação da aparelhagem necessária para o controle de sua mão-de-obra⁷.

A SCBB configura-se dentro desse quadro de Empresa-cidade na parte rural do Estado, onde seus contornos urbanos dão as diretrizes política assistencial ganha impulso.

⁷ Pois é esse momento de criação e estabelecimento do poder local que fez surgir a população da vila Nathan, e posteriormente a cidade de Moreno. Como a criação de vários instrumentos atraíram e fixaram o trabalhador naquela localidade.



da estrutura da cidade criada em sua extensão, a cidade de Moreno em 1928. Nesse espaço se desenvolve relações de classes que, nesse artigo, posicionaremos a analisar as relações paternalistas e costumeiras oriunda de um lugar com características políticas e espaciais de um espaço semi-rural.

Política paternalista e o cenário político

A gerência inglesa mantém desde o princípio da abertura da fábrica, em 1910⁸, um modelo de paternalismo industrial onde a figura do gerente, o Mister Walmsley, é o provedor da entrada na fábrica, dos auxílios diretos aos empregados, um paternalismo característico de um lugar que permeia o mundo urbano e rural, seja na política local, seja na perspectiva do industrial. Para muitos operários o “Misti Homi” é o seu chefe, bom patrão, que mantém uma relação que ultrapassa os muros do trabalho, indo ao íntimo das relações paternalista da cidade-fábrica. É na figura desse gerente que os operários criam uma imagem do bom patrão e do bom emprego.

(...) “Miste homi” eu fui no escritório dele. Ele era tão bonzinho visse, aquela criatura deve ser santo lá no céu. Ele era tão bom, ele era um dos donos, sei lá o que ele era. Sei que ele era inglês ele passava por lá, o chapéu dele ele pegava o chapéu machucava o chapéu todinho (gesticula como ele fazia) e saía, o cabelinho já ficando branco, ai passava fala com todo

8 Sendo que em 1917 ganha contornos institucionais e reforça o aparato assistencial com uma arrojadada política. Como vimos acima.



mundo, falava com todo mundo, pegava no nariz de um, no cabelo de outro, no ouvido. Ele era assim. Se ele visse você dormindo ele não dizia uma nem duas ia lá apertava seu nariz, “ta com sono menino, ta com sono, va trabalhar, va trabalhar que você esperta” (fala reproduzindo o sotaque do homem). Eu era pequenininha!! 14 anos, ai eu fui e já falei mesmo com “miste homi”. Ai quando chegou lá o vigia deixava entrar eu e um colega meu, falei com ele na mesma hora ele mandou agente fazer um teste, ai eu fui fazer o teste no outro escritório que era pegado falei com as moças lá e fiz.⁹

(...) isso era uma mãe moreno era outro moreno quando ela funcionava o societ  cottonniere. A gestão dos ingleses foi a coisa mais linda que se podia ver em moreno os operários tudo satisfeito trabalhando, ganhava dinheiro n ? A vida de Moreno era outra coisa o povo era um povo feliz n ?¹⁰

Em 1949 a gerência da SCBB passa a ser exercida por belgas, e sua administração passa por modificações visando maior eficácia da produção, o que vai ocasionar para o operariado uma redução significativa nos seus s l rios.

(...) Em continuação a mencionada reforma, foi notado o afastamento do gerente técnico o inglês John T. Walmsley, que ali vinha mantendo aquele cargo a mais de 30 anos, com a alegação do mesmo se encontrar com a saúde abalada, criando o

9 Rosa José da Silva, ex-tecel , entrevista concedida em 06 de Maio de 2010. Grifos nosso.

10 Maria José, ex- enfermeira, entrevista concedida em 15 de Junho de 2010.



cargo de chefe de serviço do pessoal, aproveitando no mesmo o escriturário Sr. Valdemar de Holanda Vasconcelos, onde passou logo a ser adotado o início da mecanização da escrita, com a instalação e funcionamento dos relógios da I. B. M. , com a obrigação de todos os operários e funcionários sem nenhuma exceção (...) por intermédio da “Folha do povo”, nos dias do mês de abril próximo passado e em 22, 23 desse com alegações que na seção e preparação os operários trabalhavam de 70 a 80 horas por semana, passaram a trabalhar 60 horas, com esta redução, deixou de pagar as gratificações de 20, 30 e 50%, que vinham recebendo depois de ultrapassarem as 48 horas, provocando a falta de material para as outras seções¹¹.

As mudanças significaram para o operariado uma queda brusca nos salários. Isso causou uma série de mobilizações e reivindicações, o que vai nos servir de base para o tema central deste texto: as ações de reivindicações e lutas de classe. Esse corte abrupto nos salários foi o principal motivo das ações de resistência, mas outro fator também é determinante para o processo que leva a primeira grande crise entre empregados e empregadores da SCBB: a quebra de um modelo paternalista estabelecido baseado no direito e no costume¹². As duas argumentações se alinham e se justificam: de um lado a diminuição nos salários, e consequentemente a dificuldade perante o mercado de alimentícios e o custo de vida de uma forma geral; de outro lado, a quebra do que era

11 Relatório 24/05/52. Prontuário funcional da fábrica de Moreno. p. 03. Fundo SSP nº 5825-B. Acervo DOPS- PE. APEJE.

12 Sobre direitos e costumes ver: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo : companhia das letras, 1998.



um direito para o operariado de Moreno: as longas jornadas de trabalho para conseguir horas extras legitimadas pelo empregador.

Sendo uma fábrica com vila operária, a SCBB tem o domínio dos seus operários não só dentro do trabalho, mais também na oferta da casa, do lazer, da vida além-fábrica. Modelo de “dominação fábrica com vila operária” (LOPES, 1988), assim caracterizou Leite Lopes se referindo a Companhia de Tecidos Paulista, outro caso de fábrica com vila operária no interior de Pernambuco. Se em Paulista existe a figura do coronel industrial, em Moreno a política local vai ter a influência do provedor da economia local, a SCBB, com ares que permeiam o paternalismo rural, pois legitima a ascensão de políticos que são grandes proprietários rurais. Os políticos da cidade ou são latifundiários locais ou comerciantes da elite da cidade, e o industrial, ofertando emprego, casa e lazer. Não há intervenção direta pelos industriais na política e sim o apoio à camada mais elitizada. Desde a formação da cidade têm-se políticos representante, ora dos latifundiários, ora da elite comercial local, exercendo cargos com o apoio dos industriais da SCBB.

Quando foi feita a emancipação de Moreno, o distrito era um bem privado da fábrica, casas, obras públicas como mercado, praça, contava com todos os atributos de núcleo fabril que se desenvolve em meio rural. Uma vez estabelecida como cidade, passa a ter nos seus cargos públicos representantes da aristocracia rural. Em matéria do Correio de Jaboatão vemos:

(...) a emancipação do districto de Morenos foi um ato organizado pelos senhores-de-engenhos, bastiões da política da sede de Jaboatão, que queriam ampliar seu curral eleitoral para a localidade da Cotoniére e



mesmo, estavam perdendo forças para políticos não tradicionais como os sindicalistas da G. W. R. C. e os comerciantes da cidade. A emancipação do districto de Morenos foi um amparo político para esses donos de engenhos vizinhos da localidade da Cotoniére que ganharam a adesão dos comerciantes da referida localidade para sua causa. (...) a sede deste novo município foi instituída em sua localidade e anexada político-administrativamente a um número de 42 engenhos em sua vizinhança. O corpo de administradores da nova edilidade ficou por conta dos senhores de engenho Comendador Eurico de Souza Leão como prefeito, dono do engenho Gurjaú de Baixo, e Novo da Conceição, e o Coronel Maximiniano Pereira Viana como sub-prefeito, dono do engenho Pereiras (...) Prefeitos deono de engenhos da região e vereadores comerciantes e médicos da localidade da Cotoniére foram aceitos como os novos políticos do nascente município, compondo a sua casa de despacho no prédio contruido pela sociedade anônima para a 'intendência distrital' que agora passou a se chamar de prefeitura (...) Os diretores da fábrica e tôda a sociedade anônima S.C.B.B. respaldou o nôvo município e seu corpo de dirigentes, todavia esta continuou a controlar a sua localidade e a administrar a gerência de suas construcções, limpeza de ruas, pintura das casas e edificações e tudo o que já organisava.¹³

A cidade de Moreno aparece como propriedade privada, por mais que a imprensa e outros setores da sociedade questionassem a estrutura urbana pertencente a uma empresa, era essa a situação. O que faz com

13 Correio de Jaboatão 28 de Outubro de 1928. P. 02. APEJE.



que esse município tenha características de um espaço semi-rural, no sentido que o seu modelo político será dado pelas elites agrárias que desempenharam uma política paternalista e coronelista. Uma cidade, um grande núcleo que tem características políticas rurais.

No entanto, a quebra com a política paternalista, quebra com a economia moral (THOMSON, 19998; 150), faz do ano de 1952 o ponto de partida das reivindicações classistas que se estendem por toda a década de 50. Opressão existiu com os ingleses, mobilizações e resistências perante a exploração capitalista também, mas, antes da crise de 1952 esteve no plano individual, não atingia uma parcela dos operários para formação de comissões, de greves, protestos, mobilizações como justificativa de direito de trabalhar, no direito costumeiro perdido pela autoridade política econômica.

Ações de comunistas, o apoio de políticos conservadores numa constante tentativa de aproximação com a classe operária, e tendências de política com características paternalistas¹⁴, também foram uma das características do período 1946-1964 e das ações políticas pós-crise de 52. Esse era o cenário e os ingredientes que fomentaram e instrumentalizaram as ações dos operários dando a caracterização do período pós-45 e estão deveras explícitos nas reivindicações de 1952.

14 É nesse vazio assistencial deixado pela fábrica que dá lugar a política do Ney Maranhão. Prefeito eleito nesse ínterim tendo direcionado suas ações a essa pauta da classe operária, então negligenciada pela autoridade econômica- a fábrica. Uma discussão mais ampliada sobre esse assunto- a relação paternalista de aproximação junto à classe operária pelo prefeito Ney Maranhão- está em formação na minha dissertação de mestrado.



As mobilizações operárias

Em janeiro de 1952 os operários, em comissão, montam duas propostas para a fábrica; a primeira seria trabalhar 48 horas com um aumento de 100%; na segunda trabalhariam as horas necessárias contanto que as 48 horas e mais as horas excedentes tivessem um aumento de 30%¹⁵. Mas o acordo assinado pelo sindicato na delegacia regional do trabalho dizia que os operários não podiam pedir aumento ou revisão do acordo dentro de dois anos. A proposta dos operários logo recebe uma contra proposta de 20% para 48 horas de serviço ou 5% sobre todas as horas trabalhadas¹⁶. O que também não foi aceito pela comissão, mas abriu uma negociação.

O que estamos vendo são os operários da preparação- setor importante no sistema de produção, pois, sem os seus trabalhos outras partes da fábrica ficam impossibilitadas de funcionar- reunidos em comissão exigindo um ajuste salarial que não faça tamanha diferença dos seus salários, como era antes da reforma que os belgas empreenderam. Organização no chão da fábrica levada à gerência para negociação direta, tendo como tentativa de interlocução a figura do prefeito Ney Maranhão que tenta a aproximação com os operários na oferta de ajuda jurídica, disponibilizando um advogado e apresentando à comissão.

Casos de intermediários são recorrentes nesse momento, ora pelos políticos locais, o prefeito Ney Maranhão, seu pai e deputado

15 Relatório 28/01/52 Prontuário funcional da fábrica de Moreno, p. 01. Fundo SSP nº 5825-C. Acervo DOPS- PE. APEJE.

16 Idem



estadual, Constâncio Maranhão, o vereador Adolfo Gomes; ora deputados representantes dos comunistas como o deputado Roberto Morena. O cenário de luta classista dentro da fábrica também é um cenário de lutas e embates políticos; comunistas e suas lideranças políticas, imprensa com o jornal Folha do Povo – periódico ligado também ao partido comunista – e políticos locais de caráter mais conservador como o prefeito Ney Maranhão, que desenvolve uma política trabalhista paternalista¹⁷, sempre tentando uma interlocução com a classe trabalhadora se colocando no papel de intermediador e exercendo uma política baseada na aproximação direta junto à classe operária.

A politização e organização dos operários, que geraram as demandas reivindicatórias, faz com que essas duas correntes políticas tentem se aproximar, se pondo como representantes legítimos das causas dos operários. E em alguns momentos isso vai ser um recurso dos operários frente às intermediações tanto com a gerência quanto com a justiça do trabalho. Mas as formas de negociações são primordialmente as ações diretas das comissões que vão diretamente à gerência.

Enquanto os operários puxaram a greve pela reivindicação dos ajustes de horas trabalhadas, se recusando a seguir o horário estabelecido a partir do dia 19 de maio, a SCBB tratava o caso argumentando que os operários agiam “com evidente má vontade e indisciplina.”¹⁸ E que os operários não atenderam aos apelos da fábrica, reduzindo o ritmo

17 Analisamos a figura desse político, junto a seu pai, deputado Constâncio Maranhão, tendo uma aproximação muito forte com os trabalhadores, sendo um caso de políticos de direita nos meios trabalhistas. Tema já analisado por Paulo Fonte em “**Um Nordeste em São Paulo**” onde vê a aproximação de Ademar e Barros e Jânio Quadros nas reivindicações dos operários, no cotidiano político dos moradores de São Miguel Paulista.

18 Relatório 15 /05/52 Prontuário funcional da fábrica de Moreno. p. 01-02. Fundo SSP nº 5825-B. Acervo DOPS- PE. APEJE.



de produção praticando a greve branca causando a falta de fio para a seção de fiação. A SCBB faz um apelo para que os operários cumpram as novas regras, mas eles estão determinados a não aderir às novas diligências da fábrica, o que provocaria uma diminuição significativa nos seus salários.

Em 27 de Maio, Constâncio Maranhão e Ney Maranhão vão à administração da fábrica declarando estar a mando do governador Agamenon Magalhães para resolver o caso¹⁹. Reúnem-se com a direção e articulam-se com o sindicato para mostrar aos operários seus esforços na resolução das demandas trabalhistas. Numa reunião marcada pelo órgão de classe declararam o resultado da conferência com os belgas: que voltassem a trabalhar como antes. Pois conseguiram a anulação das reformas administrativas que reduzira o salário. Logo que apresentada, a proposta foi rejeitada, alegando, os operários, que queriam aumento de salário de acordo com o memorial que foi encaminhado ao delegado do trabalho. Em seguida Constâncio Maranhão diz que isso não foi dito a ele e que agora os operários deveriam ir à justiça do trabalho. As novas formulações reivindicatórias eram por uma jornada de trabalho de 48 horas mais 60% de aumento, já reclamadas à justiça do trabalho.

A intervenção não adiantou, pois os operários reivindicam agora reajuste salarial na base do tempo trabalhado, indo o dissídio caminhar na justiça do trabalho, ficando a espera do retorno do memorial que está nas mãos do delegado do trabalho pelas 48 horas trabalhadas e 60% de aumento. A intervenção do deputado não surtiu o efeito esperado por

19 Relatório 27/05/52 Prontuário funcional da fábrica de Moreno. p. 01-02. Fundo SSP nº 5825-B. Acervo DOPS- PE. APEJE.



ele, pois em sua negociação com os gerentes confirmou a volta dos antigos salários, sendo que as pretensões dos operários já ultrapassavam a volta dos antigos salários. As ações dos políticos e a forma que a gerência trata o movimento paredista nos evidenciam quanto de paternalismo, estava presente no trato com os operários, formas paternas de resolução, de intermediação para resolver o caso. Tanto por parte da gerência, que truculenta e inflexível, trata como questão de indisciplina as reivindicações, quanto pelos políticos “Maranhão”, que a todo o momento vão procurar intermediações para resolução consensual entre as partes de forma amigável, de sua forma política.

Fica evidente que os operários, em união nas comissões, se põem firmes nos seus propósitos, o sindicato, sob intervenção, serve como ponto de reuniões e apoio, partindo as decisões do chão da fábrica. Em nova reunião no sindicato para tratar do memorial enviado ao delegado do trabalho, o presidente queria que os operários voltassem a trabalhar às horas extraordinárias, até o máximo de 73 horas. O que não foi aceito. Eles querem, nesse momento, trabalhar 48 horas e aumento de 60%²⁰ e se põem firmes nesse propósito, fazendo a fábrica parar em 31 de Maio por falta de matéria prima e assim permaneceu por quinze dias.

Durante o tempo que a fábrica permaneceu parada por falta de trabalho da seção de preparação, foi relatado pelos investigadores da DOPS, o estrago de duzentos metros de pano e a distribuição de vários panfletos, de caráter “subversivo”, incitando os operários a continuar na luta. Os operários estavam muito organizados, mantinham

20 Relatório 31/05/52 Prontuário funcional da fábrica de Moreno. p. 01. Fundo SSP nº 5825-B. Acervo DOPS- PE. APEJE.



o movimento paredista de braços soltos pouco trabalhando, causando paralisação de outros setores. Consequentemente aumentava a pressão em cima deles com mais operações conjuntas dos belgas e polícia. Na sessão da câmara no dia 5 de junho o vereador Adolfo Gomes proferiu um discurso dizendo que os políticos de Moreno e a câmara deveriam mandar telegrama para o presidente da república e o ministro do trabalho para denunciar a exploração que estava fazendo os belgas em Moreno²¹. Este movimento grevista denuncia a exploração e o autoritarismo fabril, que agora passa pela sua primeira crise. A *Folha do Povo* denunciando também a exploração dos têxteis publicou:

Na cidade de Moreno prossegue a luta dos trabalhadores têxteis, que enfrentam a exploração dos belgas e as ameaças de terrorismo da polícia de Agamenon Magalhães. Em consequência das manobras dos patrões, foram os salários dos trabalhadores reduzidos de maneira verdadeiramente absurda. Na última semana, houve operários que receberam apenas 190 cruzeiros e que antes recebiam, semanalmente 410 cruzeiros. Diante dessa situação, os operários exigem 60 por cento de aumento com 48 horas trabalhadas²².

Em novo relatório de 18 de junho, o investigador tenta achar uma razão para a greve e diz ser essa motivada “em primeiro lugar da pressão da gerência sobre o operariado e pelo aumento de 60% dos salários e 48 horas de serviço. Depois a paralisação acarretada pela falta

21 Relatório 06/06/52 Prontuário funcional da fábrica de Moreno. p. 01. Fundo SSP nº 5825-B. Acervo DOPS- PE. APEJE.

22 Folha do Povo. 7/06/1952. P. 03. APEJE



de matéria prima²³". Mesmo fazendo uma justificativa dentro das demandas reclamadas pelos funcionários, diz que todo esse movimento está sendo orientado pelos comunistas que lotam a cidade com boletins incitando a greve, atribuindo os boletins às ações comunistas. Vejamos um dos boletins:

Companheiros, operários e operárias da fábrica de Moreno:

A miséria nessa empresa está aumentando dia a dia para vocês. Os belgas enriquecendo cada vez mais à custa da exploração desumana que vem empregando com o apoio do governo das classes dominantes. (...) o caminho que vocês tem para sair desta situação de miséria é a luta. (...) As condições estão para nós, precisamos está convencidos disto, que somos 10 vezes mais fortes que os belgas e podemos derrota-los imediatamente.

Tudo pela vitória, tudo pela paz, tudo pela união da classe operária!

Tudo por aumento de 60% no salário!

Tudo por salário mínimo de Cr\$ 1.500,00!

Tudo por eleições livres no sindicato!²⁴

23 Relatório 18/06/52 Prontuário funcional da fábrica de Moreno. p. 01. Fundo SSP nº 5825-B. Acervo DOPS- PE. APEJE.

24 Panfleto impresso distribuído nos meios operários in: Relatório 6/06/52 Prontuário funcional da fábrica de Moreno. Fundo SSP nº 5825-B. Acervo DOPS- PE. APEJE.



Em ofício dirigido à delegacia regional do trabalho a SCBB pede intervenção da polícia para acabar com a greve, uma vez que são os boletins subversivos dos comunistas que orientam a greve e por outro lado a *Folha do Povo* incentiva. Segundo a fábrica, os operários vão ao trabalho e permanecem de braços cruzados agindo de forma intransigente²⁵. Vê-se claramente como os investigadores e a própria fábrica usam do discurso anticomunista para forçar maior repressão frente às reivindicações operárias.

Nem o partido comunista, nem os políticos- que se intitulavam representantes dos operários- são os norteadores e atores ativos das mobilizações operárias tanto no ano de 1952, Apesar de encontrarmos atuação desses dois grupos políticos. Encontramos aqui uma mobilização de massa guiada por um sentido de classe que surge entre os trabalhadores e que se articula de diversas formas para encontrar um caminho possível na resolução de suas reivindicações.

Em setembro sai o resultado do Tribunal Regional do Trabalho sobre o dissídio dos têxteis do Recife dando ganho de causa aos operários tendo os empregadores que pagar 30% de aumento a contar daquele dia, juntamente com as horas trabalhadas reivindicadas²⁶. Isso gera grande expectativa nos têxteis de Moreno, uma vez que seu dissídio está na justiça do trabalho e suas reivindicações se assemelham aos dos de Recife.

Tendo como base o dissídio dos operários de Recife, uma reunião no sindicato no dia 4 de junho ficou decidiu que os operários da

25 Relatório 20/06/52 Prontuário funcional da fábrica de Moreno. p. 01. Fundo SSP nº 5825-B. Acervo DOPS- PE. APEJE.

26 Correio de Moreno. 28/09/1952. p. 04. APEJE.



preparação voltariam ao trabalho com o ajuste de 73 horas trabalhadas durante a semana sem nenhum reajuste nos salários até que a justiça do trabalho decida sobre a reclamação²⁷. Esse acordo foi definido após vitória dos têxteis na justiça local. E acrescenta o investigador: “Espera-se na próxima segunda-feira a normalização dos trabalhos, passando, desta maneira, a primeira crise sentida nas reformas ultimamente adotadas pela nova orientação dos belgas²⁸”.

Após grandes mobilizações e intensos conflitos se encerra um ciclo de lutas dos têxteis de Moreno, onde, em meio às intransigências patronais, não deixaram as suas reivindicações serem abaladas por intimidações feitas pela polícia política e pelos empregadores. Moveram uma luta intensa contra os empregadores buscando um direito perdido com as reformas administrativas e articulando, no decorrer do movimento, novas possibilidades de aumento de salários. Das articulações politizadas das comissões aos usos de mecanismos democráticos, os trabalhadores de Moreno se mantêm coesos e buscaram direitos nas possibilidades estabelecidas pelo sistema democrático vigente²⁹ e na busca por novos meios criados pelas comissões de fábrica frente à justiça do trabalho. O poder coercitivo da SCBB e da polícia local torna válida várias demissões após as dérmaches de 1952, muitos operários perdem seus empregos, outros tem seus nomes listado como criminosos subversivos na DOPS e o movimento sofre um grande abalo. Mas

27 Relatório 25/06/52 Prontuário funcional da fábrica de Moreno. p. 01. Fundo SSP nº 5825-B. Acervo DOPS- PE. APEJE.

28 Relatório 28/07/52 Prontuário funcional da fábrica de Moreno. p. 02. Fundo SSP nº 5825-B. Acervo DOPS- PE. APEJE.

29 Essa é uma das grandes características do período estudado. Os anos 1950 são de grande conscientização e usos das ferramentas democráticas disponibilizadas pela justiça do trabalho.



nada que evite as reivindicações posteriores por todos anos 50 até 1964, quando o movimento operário sofre outro grande abalo.

Considerações finais

Com esse artigo tentamos mostrar a base institucional na qual estava assentada a fábrica têxtil da cidade de Moreno, que caracterizamos como constituidora de uma “cidade-empresa”, sua relação de dominação baseada em aparatos assistenciais e a consequente derrocada do seu modelo clássico de dominação. Traçamos uma abordagem na qual mostramos o cenário institucional, da SCBB, e político, as forças políticas atuantes na cidade de Moreno. E dentro desse contexto mostramos os motivos e tipos de mobilização encontrado pelos operários têxteis no primeiro grande enfrentamento a fábrica.

Tentamos demonstrar a relação dos costumes e a atuação do sujeito histórico mais evidente em nossa narrativa: os operários. De que maneira se articularam, com que armas lutaram no complexo quadro político dos anos 1950. Essa comunicação teve esse objetivo, espero ter deixado claro os pontos propostos à análise e salientar a importância dessa discussão para a história social do trabalho de Pernambuco. E dizer, por fim, que esse cenário é representativo de um contexto maior e atende a questões de todo o do estado de Pernambuco e, de forma mais abrangente, ao brasileiro, pois, os anos entre ditaduras, 1946-1964, demonstra forte poder de ação e mobilização do movimento operário em todo o território nacional, fortemente arrefecido pelo Estado de Exceção ditatorial.



Referências

- Blay, E. A., Dormitórios e Vilas Operárias: O Trabalhador no Espaço Urbano Brasileiro, In: **Valladares, Habitação e Questão**, Prado. L. (org), Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- CORREIA, Telma de Barros. **De Vila Operária a Cidade-Companhia:** as aglomerações criadas por empresas no vocábulo especializado e vernacular. R.B. estudos urbanos e regionais nº 4, Maio 2001. P. 05.
- FONTES, Paulo. **Trabalhadores e cidadãos:** Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Annablume, 1997.
- _____. **Um nordeste em São Paulo:** trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008
- FORTES, Alexandre [et al.]. **Na luta por direitos:** leituras recentes em história social do trabalho. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.
- JEAN, Suetinni. **Um lugar belga em Pernambuco:** o núcleo fabril da Societé Cotonnière Belge-Brésilienne S. A. e a consolidação em cidade de Moreno. Dissertação de mestrado CAC. Arquitetura. Recife, 2011.
- LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.** São Paulo/ Brasília, Marco zero/ editora da UnB, 1988.
- _____. **Formas Comparadas de Imobilização da Força de Trabalho:** fábricas com vila operária tradicionais e grandes projetos. Museu Nacional, Universidade federal do Rio de Janeiro, 1996



NEGRO, Antônio Luigi. **Linhas de montagem o industrialismo nacional desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores**, 1945-1978. – São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **“Não trabalhou porque não quis”**: greve de trabalhadores têxteis na justiça do trabalho (Bahia, 1948). Revista Brasileira de História. São Paulo, v 32, nº64, p101-128-2012.

Piquet, Rosélia. **Cidade-empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

SILVA, Vera Lopes Torres da. **Educação na cidade dos eucaliptos**. Recife: EDUPE, 2006.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: companhia das letras, 1998.

VIANNA, Mônica Peixoto. **Habitação e modos de vida em vilas operárias**. Monografia final, 2004.





Este livro foi diagramado pela Editora Universitária da UFPE. Utilizou-se as famílias tipográficas Minion Pro para o texto, Myriad Pro para título.

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea,

Recife - PE CEP: 50.740-530

Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930

Fax: (0xx81) 2126.8395

www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br

